



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LVII – Nº 011 – QUINTA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 2002 – BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **RAMEZ TEBET** - PMDB-MS⁽¹⁾

1º Vice-Presidente

Deputado **EFRAIM MORAIS** - PFL-PB

2º Vice-Presidente

Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES** – PSB-SE

1º Secretário

Deputado **SEVERINO CAVALCANTI** - PPB-PE

2º Secretário

Senador **ANTERO PAES DE BARROS** – PSDB-MT

3º Secretário

Deputado **PAULO ROCHA** – PT-PA

4º Secretário

Senador **MOZARILDO CAVALCANTI** – PFL-RR

(1) Eleito em 20/09/2001

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 11ª SESSÃO CONJUNTA, EM 7 DE AGOSTO DE 2002

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nº 264/2002, de 7 do corrente, solicitando retificação referente ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 9, de 2002 – CN (LDO), em virtude de erro material de processamento. **Aprovada a retificação**..... 03581

1.2.2 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 88/2002 – CN (nº 2.179/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 943, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras de construção da BR-070/GO, no trecho conhecido como Corredor Araguaia-Tocantins, interligando as fronteiras de Goiás com o Distrito Federal e com o Mato Grosso, na altura de Aragarças – GO, numa extensão de 221,58km (TC nº 003.649/2001-6). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 03583

Nº 89/2002 – CN (nº 2.181/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 948, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de modernização e recuperação da infraestrutura física das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino no Estado da Bahia (TC nº 005.881/2002-1). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 03583

Nº 90/2002 – CN (nº 2.183/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 949, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de adequação de trechos rodoviários

no Corredor Nordeste – BR-230/PB – João Pessoa/Campina Grande. (TC nº 007.858/2002-2). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 03583

Nº 91/2002 – CN (nº 2.186/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 950, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada pela Secex/GO, no período de 28-5 a 13-6-01, na Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas – AGETOP, em cumprimento ao previsto no Plano Especial aprovado pela Decisão nº 122/2001 – Plenário (Fiscobras 2001). (TC nº 007.441/2001-5). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 03583

Nº 92/2002 – CN (nº 509/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 03583

Nº 93/2002 – CN (nº 990/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional relação das obras e contratos fiscalizados (obras complementares no complexo do Senado Federal e de apoio à instalação do posto avançado do Incor em Brasília), no exercício de 2002, para adoção de providência necessária. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 03583

1.2.3 – Vetos Presidenciais

Veto Total nº 12, de 2002 (Mensagem nº 71/2002 – CN), aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 129, de 1995 (nº 3.207/1997, na Câmara dos Deputados), que regulamenta o direito de propriedade das terras das comunidades remanescentes dos quilombos e o procedimento da sua titulação de propriedade imobiliária, na forma do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal..... 03583

Veto Parcial nº 13, de 2002 (Mensagem nº 72/2002 – CN), aposto ao Projeto de Lei da

Câmara nº 67, de 2001 (nº 3.901/2000, na Casa de origem), que modifica o parágrafo único do art. 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.....

03592

Veto Parcial nº 14, de 2002 (Mensagem nº 74/2002 – CN), aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2002 (oriundo da Medida Provisória nº 30/2002), que institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento a agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem nos municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, e dá outras providências.....

03593

Veto Parcial nº 15, de 2002 (Mensagem nº 77/2002 – CN), aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2002 (oriundo da Medida Provisória nº 24/2002), que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas, sob a égide do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ou de outras fontes de recursos, por agricultores familiares, mini e pequenos agricultores, suas associações e cooperativas, e dá outras providências.....

03595

Veto Total nº 17, de 2002 (Mensagem nº 79/2002 – CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2001 (nº 3.614/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre a responsabilidade civil das empresas locadoras de veículos em acidentes de trânsito e dá outras providências.....

03603

Veto Total nº 18, de 2002 (Mensagem nº 99/2002 – CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2001 (nº 113/1999, na Casa de origem), que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório....

03606

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação e designação das Comissões Mistas destinadas a apreciar os vetos presidenciais lidos anteriormente.....

03609

1.2.5 – Leitura de Projetos de Lei do Congresso Nacional

Projeto de Lei nº 44, de 2002 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$54.573,00 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e setenta e três reais) para os fins que especifica. (Mensagem nº 159, de 2002 – CN – nº 690/2002, na origem). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....

03610

Projeto de Lei nº 45, de 2002 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do

Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de R\$209.280.539,00 (duzentos e nove milhões, duzentos e oitenta mil, quinhentos e trinta e nove reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento (Mensagem nº 160, de 2002 – CN – nº 691/2002, na origem). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....

03613

Projeto de Lei nº 46, de 2002 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos. (Mensagem nº 161, de 2002 – CN – nº 692/2002, na origem). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....

03619

Projeto de Lei nº 47, de 2002 – CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), para reforço de dotação consignada no vigente orçamento. (Mensagem nº 162, de 2002 – CN – nº 694/2002, na origem). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....

03623

Projeto de Lei nº 48, de 2002 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$10.011.885,00 (dez milhões, onze mil, oitocentos e oitenta e cinco reais), para reforço de dotação consignada no orçamento vigente. (Mensagem nº 163, de 2002 – CN – nº 695/2002, na origem). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....

03625

Projeto de Lei nº 49, de 2002 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em favor da Justiça Eleitoral, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente. (Mensagem nº 164, de 2002-CN – nº 696/2002, na origem). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....

03627

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dos Projetos de Lei nºs 44 a 49, de 2002 – CN, lidos anteriormente.....

03630

1.2.7 – Parecer

Nº 76, de 2002 – CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 51, de 2002 – CN (nº

6.532/2002, na origem), por meio do qual o Tribunal de Contas da União encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.016/2001 – TCU – Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto do Ministro-Relator, que a fundamentam, referente ao relatório de auditoria nas obras do Projeto Tabuleiros Litorâneos do Piauí, no mesmo Estado. **Deferida a anexação do referido aviso ao Aviso nº 50, de 2002 – CN, nos termos do parecer.** 03630

1.2.8 – Discursos do Expediente (Breves Comunicações)

DEPUTADO DR. ROSINHA – Evidências sobre diversas irregularidades constatadas pela Delegacia Regional do trabalho do Estado do Paraná. 03631

SENADOR EDUARDO SUPLICY, como Líder – Aprovação de requerimento de convocação do Ministro de Estado da Fazenda, Pedro Malan, para prestar esclarecimentos sobre o acordo firmado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional. 03632

DEPUTADO ROBSON TUMA – Sugestões para a divulgação, por meio dos veículos de comunicação das casas do Congresso Nacional, de instruções aos eleitores para o dia da votação, em 6 de outubro de 2002. 03632

DEPUTADO INOCÊNCIO OLIVEIRA, como Líder – Necessidade de maior precisão na elaboração do Orçamento Geral da União. 03633

DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Apoio ao candidato à Presidência da República, Ciro Gomes. 03634

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 49, de 2002, lido e aprovado nesta oportunidade).

Projeto de Lei nº 34, de 2002 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$2.606.057.783,00 (dois bilhões, seiscentos e seis milhões, cinqüenta e sete mil, setecentos e oitenta e três reais), para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes. **Aprovado**, após parecer de plenário (Relator Deputado Sérgio Miranda), tendo usado da palavra os Srs. Giovanni Queiroz, Dr. Rosinha e Ricardo Barros. À sanção. 03638

Item 2 (incluído na pauta, nos termos dos Requerimentos nºs 50 e 51, de 2002, lidos e aprovados nesta oportunidade).

Projeto de Lei nº 43, de 2002 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de

Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), para os fins que especifica. **Aprovado**, após parecer de plenário (Relator Senador Jonas Pinheiro). À sanção. 03761

Item 3 (incluído na pauta, nos termos dos Requerimentos nºs 52 e 53, de 2002, lidos e aprovados nesta oportunidade).

Projeto de Lei nº 45, de 2002 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de R\$209.280.539,00 (duzentos e nove milhões, duzentos e oitenta mil, quinhentos e trinta e nove reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. **Aprovado**, após parecer de plenário (Relator Deputado Santos Filho), tendo usado da palavra o Sr. Geovanni Queiroz. À sanção. 03767

Item 4 (incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 54, de 2002, lido e aprovado nesta oportunidade).

Projeto de Lei nº 37, de 2002 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Contas da União, dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$546.661.876,00 (quinhentos e quarenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e um mil, oitocentos e setenta e seis reais), para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes. **Aprovado**, após parecer de plenário (Relator Deputado Sérgio Miranda). À sanção. 03775

Item 5 (incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 55, de 2002, lido e aprovado nesta oportunidade).

Projeto de Lei nº 38, de 2002 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Defesa, crédito especial no valor global de R\$9.664.614,00 (nove milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e quatorze reais), para os fins que especifica. **Aprovado**, após parecer de plenário (Relator Deputado Giovanni Queiroz). À sanção. . 03813

Item 6 (incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 56, de 2002, lido e aprovado nesta oportunidade).

Projeto de Lei nº 41, de 2002 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$77.217.464,00 (setenta e sete milhões, duzentos e dezessete mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), para os fins que especifica. **Apro-**

vado, após parecer de plenário (Relator Deputado Anivaldo Vale), tendo usado da palavra o Sr. Giovanni Queiroz. À sanção.

03819

Item 7 (incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 57, de 2002, lido e aprovado nesta oportunidade).

Projeto de Lei nº 46, de 2002 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos. **Aprovado**, após parecer de plenário (Relator Deputado Professor Luizinho). À sanção.

03822

Item 8 (incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 58, de 2002, lido e aprovado nesta oportunidade).

Projeto de Lei nº 47, de 2002 – CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), para reforço de dotação consignada no vigente orçamento. **Aprovado**, após parecer de plenário (Relator Deputado Dr. Rosinha). À sanção.

03829

Item 9 (incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 59, de 2002, lido e aprovado nesta oportunidade).

Projeto de Lei nº 49, de 2002 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em favor da Justiça Eleitoral, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente. **Aprovado**, após parecer de plenário (Relator Deputado Sérgio Miranda). À sanção.

03833

Item 10 (incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 60, de 2002, lido e aprovado nesta oportunidade).

Projeto de Lei nº 42, de 2002 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$79.276.270,00 (setenta e nove milhões, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e setenta reais), para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente. **Aprovado**, após parecer de plenário (Relator Deputado Professor Luizinho), tendo usado da palavra os Srs. Giovanni Queiroz, Dr. Rosinha, Professor Luizinho, Inocêncio Oliveira, Ricardo Barros e José Carlos Aleluia. À sanção.

03843

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 19, apresentadas à Medida Provisória nº 51, de 2002.

03845

Nºs 1 a 55, apresentadas à Medida Provisória nº 52, de 2002.

03866

Nº 1, apresentada à Medida Provisória nº 55, de 2002.

03922

Nºs 1 a 4, apresentadas à Medida Provisória nº 56, de 2002.

03924

3 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

4 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

5 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

6 – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO (ROUBO DE CARGAS)

7 – COMISSÃO MISTA ESPECIAL (CRISE DE ENERGIA)

8 – COMISSÃO MISTA ESPECIAL (SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA)

Ata da 11ª Sessão Conjunta, em 7 de agosto de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ramez Tebet e Mozarildo Cavalcanti

ÀS 18 HORAS E 54 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Adir Gentil – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Tavola – Bello Parga – Benício Sampaio – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende – Jefferson Peres – João

Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Tasso Rosado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

E OS SRS. DEPUTADOS:

51ª Legislatura
4ª QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA

EXTRAORDINÁRIA Nº 152 - 07/08/2002

Registro Eletrônico de Presença em Plenário

Início : 07/08/2002 08:59

Fim : 07/08/2002 19:01

Presidente da Casa: Aécio Neves - PSDB/MG

Presidiram a Sessão: Aécio Neves - 09:00
Severino Cavalcanti - 10:32
Aécio Neves - 11:43
José Rocha - 12:29
Wilson Santos - 14:02
Euler Moraes - 16:10
Léo Alcântara - 16:28
Lincoln Portela - 17:19
José Rocha - 17:44

Total de Presentes: 375

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Alceste Almeida	PL	PL/PSL
Almir Sá	PPB	
Francisco Rodrigues	PFL	
Luciano Castro	PFL	
Robério Araújo	PL	PL/PSL
Salomão Cruz	PFL	
Presentes de Roraima : 6		

AMAPÁ

Antonio Feijão	PSDB	
Badu Picanço	PL	PL/PSL
Dr. Benedito Dias	PPB	
Eduardo Seabra	PTB	
Fátima Pelaes	PSDB	
Jurandir Juarez	PMDB	
Sérgio Barcellos	PFL	

Presentes de Amapá : 7**PARÁ**

Anivaldo Vale	PSDB	
Asdrubal Bentes	PMDB	
Deusdeth Pantoja	PFL	
Elcione Barbalho	PMDB	
Gerson Peres	PPB	
Giovanni Queiroz	PDT	PDT/PPS
Josué Bengtson	PTB	
Nicias Ribeiro	PSDB	
Paulo Rocha	PT	
Raimundo Santos	PL	PL/PSL
Renildo Leal	PTB	
Vic Pires Franco	PFL	
Zenaldo Coutinho	PSDB	

Presentes de Pará : 13**AMAZONAS**

Arthur Virgílio	PSDB	
Átila Lins	PFL	
Francisco Garcia	PFL	
José Melo	PFL	

Luiz Fernando	PPB	
Pauderney Avelino	PFL	
Silas Câmara	PTB	
Vanessa Grazziotin	PCdoB	PSB/PCDOB

Presentes de Amazonas : 8

RONDONIA

Agnaldo Muniz
Confúcio Moura

PPS
PMDB

PDT/PPS

Presentes de Rondonia : 2**ACRE**

Ildelfonso Cordeiro
João Tota
Márcio Bittar
Marcos Afonso
Nilson Mourão
Zila Bezerra

PSDB
PPB
PPS
PT
PT
PTB

PDT/PPS

Presentes de Acre : 6**TOCANTINS**

Antônio Jorge
Paulo Mourão

PTB
PSDB

Presentes de Tocantins : 2**MARANHÃO**

Albérico Filho
Cesar Bandeira
Costa Ferreira
Francisco Coelho
Gastão Vieira
José Antonio Almeida
Neiva Moreira
Pedro Fernandes
Pedro Novais
Sarney Filho
Sebastião Madeira

PMDB
PFL
PFL
PFL
PMDB
PSB
PDT
PFL
PMDB
PFL
PSDB

PSB/PCDOB
PDT/PPS

Presentes de Maranhão : 11**CEARÁ**

Adolfo Marinho
Almeida de Jesus
Aníbal Gomes
Ariosto Holanda
Eunício Oliveira
Inácio Arruda
José Linhares
José Pimentel
Léo Alcântara
Manoel Salviano
Moroni Torgan
Nelson Otoch
Pinheiro Landim
Roberto Pessoa

PSDB
PL
PMDB
PSDB
PMDB
PCdoB
PPB
PT
PSDB
PSDB
PFL
PSDB
PMDB
PFL

PL/PSL

PSB/PCDOB

	Partido	Bloco
CEARÁ		
Rommel Feijó	PSDB	
Vicente Arruda	PSDB	
Presentes de Ceará : 16		
PIAUÍ		
Átila Lira	PSDB	
B. Sá	PSDB	
Ciro Nogueira	PFL	
Heráclito Fortes	PFL	
Marcelo Castro	PMDB	
Mussa Demes	PFL	
Paes Landim	PFL	
Themistocles Sampaio	PMDB	
Presentes de Piauí : 8		
RIO GRANDE DO NORTE		
Carlos Alberto Rosado	PFL	
Iberê Ferreira	PTB	
Laíre Rosado	PMDB	
Ney Lopes	PFL	
Presentes de Rio Grande do Norte : 4		
PARAÍBA		
Adauto Pereira	PFL	
Armando Abílio	PSDB	
Carlos Dunga	PTB	
Damião Feliciano	PMDB	
Enivaldo Ribeiro	PPB	
Inaldo Leitão	PSDB	
Ricardo Rique	PSDB	
Presentes de Paraíba : 7		
PERNAMBUCO		
Armando Monteiro	PMDB	
Carlos Batata	PSDB	
Carlos Eduardo Cadoca	PMDB	
Clementino Coelho	PPS	PDT/PPS
Eduardo Campos	PSB	PSB/PCDOB
Fernando Ferro	PT	
Gonzaga Patriota	PSB	PSB/PCDOB
Inocêncio Oliveira	PFL	
Joaquim Francisco	PFL	
José Chaves	PMDB	
José Mendonça Bezerra	PFL	
José Múcio Monteiro	PSDB	
Luciano Bivar	PSL	PL/PSL
Salatiel Carvalho	PMDB	
Severino Cavalcanti	PPB	
Presentes de Pernambuco : 15		
ALAGOAS		
Augusto Farias	PPB	
Divaldo Suruagy	PST	
Helenildo Ribeiro	PSDB	

	Partido	Bloco
ALAGOAS		
João Caldas	PL	PL/PSL
José Thomaz Nonô	PFL	
Olavo Calheiros	PMDB	
Regis Cavalcante	PPS	PDT/PPS
Presentes de Alagoas : 7		
SERGIPE		
Augusto Franco	PSDB	
Ivan Paixão	PPS	PDT/PPS
Jorge Alberto	PMDB	
José Teles	PSDB	
Pedro Valadares	PSB	PSB/PCDOB
Tânia Soares	PCdoB	PSB/PCDOB
Presentes de Sergipe : 6		
BAHIA		
Aroldo Cedraz	PFL	
Benito Gama	PMDB	
Claudio Cajado	PFL	
Coriolano Sales	PMDB	
Eraldo Tinoco	PFL	
Eujácio Simões	PL	PL/PSL
Félix Mendonça	PTB	
Francistônio Pinto	PFL	
Gerson Gabrielli	PFL	
Haroldo Lima	PCdoB	PSB/PCDOB
Jairo Carneiro	PFL	
Jaques Wagner	PT	
João Almeida	PSDB	
João Leão	PPB	
Jonival Lucas Junior	PMDB	
Jorge Khoury	PFL	
José Carlos Aleluia	PFL	
José Lourenço	PMDB	
José Rocha	PFL	
Jutahy Junior	PSDB	
Leur Lomanto	PMDB	
Luiz Alberto	PT	
Luiz Moreira	PFL	
Mário Negromonte	PPB	
Nelson Pellegrino	PT	
Nilo Coelho	PSDB	
Paulo Magalhães	PFL	
Pedro Irujo	PFL	
Roland Lavigne	PMDB	
Saulo Pedrosa	PSDB	
Ursicino Queiroz	PFL	
Waldir Pires	PT	
Walter Pinheiro	PT	
Presentes de Bahia : 33		
MINAS GERAIS		
Aécio Neves	PSDB	

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
Antônio do Valle	PMDB	
Aracely de Paula	PFL	
Bonifácio de Andrada	PSDB	
Carlos Melles	PFL	
Carlos Mosconi	PSDB	
Custódio Mattos	PSDB	
Eduardo Barbosa	PSDB	
Eliseu Resende	PFL	
Fernando Diniz	PMDB	
Gilmar Machado	PT	
Glycon Terra Pinto	PMDB	
Hélio Costa	PMDB	
Herculano Anghinetti	PPB	
Ibrahim Abi-Ackel	PPB	
Jaime Martins	PFL	
João Magalhães	PMDB	
José Militão	PTB	
Lael Varella	PFL	
Lincoln Portela	PSL	PL/PSL
Márcio Reinaldo Moreira	PPB	
Marcos Lima	PMDB	
Maria do Carmo Lara	PT	
Maria Elvira	PMDB	
Maria Lúcia	PMDB	
Mário de Oliveira	PST	
Mauro Lopes	PMDB	
Narcio Rodrigues	PSDB	
Odelmo Leão	PPB	
Olimpio Pires	PDT	PDT/PPS
Osmânio Pereira	PSDB	
Paulo Delgado	PT	
Philemon Rodrigues	PL	PL/PSL
Pimenta da Veiga	PSDB	
Rafael Guerra	PSDB	
Roberto Brant	PFL	
Romei Anizio	PPB	
Romeu Queiroz	PTB	
Ronaldo Vasconcellos	PL	PL/PSL
Saraiva Felipe	PMDB	
Sérgio Miranda	PCdoB	PSB/PCDOB
Silas Brasileiro	PMDB	
Tilden Santiago	PT	
Virgílio Guimarães	PT	
Vittorio Mediolí	PSDB	
Walfrido Mares Guia	PTB	
Presentes de Minas Gerais : 46		
ESPÍRITO SANTO		
Feu Rosa	PSDB	
João Coser	PT	
José Carlos Fonseca Jr.	PFL	

	Partido	Bloco
ESPÍRITO SANTO		
Magno Malta	PL	PL/PSL
Marcus Vicente	PPB	
Nilton Baiano	PPB	
Presentes de Espírito Santo : 6		
RIO DE JANEIRO		
Aldir Cabral	PFL	
Arolde de Oliveira	PFL	
Bispo Rodrigues	PL	PL/PSL
Dr. Heleno	PSDB	
Fernando Gonçalves	PTB	
Itamar Serpa	PSDB	
Jair Bolsonaro	PPB	
Jandira Feghali	PCdoB	PSB/PCDOB
João Sampaio	PDT	PDT/PPS
Jorge Bittar	PT	
José Carlos Coutinho	PFL	
Laura Carneiro	PFL	
Luisinho	PPB	
Luiz Ribeiro	PSDB	
Luiz Sérgio	PT	
Márcio Fortes	PSDB	
Mattos Nascimento	PST	
Milton Temer	PT	
Miriam Reid	PSB	PSB/PCDOB
Miro Teixeira	PDT	PDT/PPS
Roberto Jefferson	PTB	
Ronaldo Cezar Coelho	PSDB	
Rubem Medina	PFL	
Simão Sessim	PPB	
Valdeci Paiva	PSL	PL/PSL
Vivaldo Barbosa	PDT	PDT/PPS
Wanderley Martins	PSB	PSB/PCDOB
Presentes de Rio de Janeiro : 27		
SÃO PAULO		
Alberto Goldman	PSDB	
Aldo Rebelo	PCdoB	PSB/PCDOB
Aloizio Mercadante	PT	
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	
André Benassi	PSDB	
Angela Guadagnin	PT	
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	
Antonio Kandir	PSDB	
Arlindo Chinaglia	PT	
Arnaldo Faria de Sá	PTB	
Arnaldo Madeira	PSDB	
Bispo Wanderval	PL	PL/PSL
Celso Russomanno	PPB	
Chico Sardelli	PFL	
Corauci Sobrinho	PFL	
De Velasco	PSL	PL/PSL

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
Dr. Hélio	PDT	PDT/PPS
Duilio Pisaneschi	PTB	
Emerson Kapaz	PPS	PDT/PPS
Fernando Zuppo	PSDC	
Iara Bernardi	PT	
Jair Meneguelli	PT	
João Eduardo Dado	PDT	PDT/PPS
João Herrmann Neto	PPS	PDT/PPS
João Paulo	PT	
José de Abreu	PTN	
José Dirceu	PT	
José Roberto Batochio	PDT	PDT/PPS
Julio Semeghini	PSDB	
Luciano Zica	PT	
Luiz Antonio Fleury	PTB	
Luiz Eduardo Greenhalgh	PT	
Luiza Erundina	PSB	PSB/PCDOB
Marcos Cintra	PFL	
Michel Temer	PMDB	
Moreira Ferreira	PFL	
Neuton Lima	PFL	
Orlando Fantazzini	PT	
Paulo Kobayashi	PSDB	
Paulo Lima	PMDB	
Professor Luizinho	PT	
Ricardo Berzoini	PT	
Ricardo Izar	PTB	
Robson Tuma	PFL	
Rubens Furlan	PPS	PDT/PPS
Salvador Zimbaldi	PSDB	
Sampaio Dória	PSDB	
Telma de Souza	PT	
Valdemar Costa Neto	PL	PL/PSL
Wagner Rossi	PMDB	
Xico Graziano	PSDB	
Zé Índio	PMDB	
Presentes de São Paulo : 52		
MATO GROSSO		
Celcita Pinheiro	PFL	
Lino Rossi	PSDB	
Ricarte de Freitas	PSDB	
Teté Bezerra	PMDB	
Welinton Fagundes	PL	PL/PSL
Wilson Santos	PSDB	
Presentes de Mato Grosso : 6		
DISTRITO FEDERAL		
Agnelo Queiroz	PCdoB	PSB/PCDOB
Geraldo Magela	PT	
Jofran Frejat	PPB	
Maria Abadia	PSDB	

	Partido	Bloco
DISTRITO FEDERAL		
Paulo Octávio	PFL	
Pedro Celso	PT	
Tadeu Filippelli	PMDB	
Wigberto Tartuce	PPB	
Presentes de Distrito Federal : 8		
GOIÁS		
Aldo Arantes	PCdoB	PSB/PCDOB
Barbosa Neto	PMDB	
Euler Moraes	PMDB	
Geovan Freitas	PMDB	
Jovair Arantes	PSDB	
Juquinha	PL	PL/PSL
Luiz Bittencourt	PMDB	
Nair Xavier Lobo	PMDB	
Pedro Chaves	PMDB	
Ronaldo Caiado	PFL	
Vilmar Rocha	PFL	
Presentes de Goiás : 11		
MATO GROSSO DO SUL		
Ben-Hur Ferreira	PT	
Dr. Antonio Cruz	PMDB	
João Grandão	PT	
Marisa Serrano	PSDB	
Nelson Trad	PTB	
Waldemir Moka	PMDB	
Presentes de Mato Grosso do Sul : 6		
PARANÁ		
Abelardo Lupion	PFL	
Afonso Camargo	PSDB	
Alex Canziani	PSDB	
Basilio Villani	PSDB	
Chico da Princesa	PSDB	
Dilceu Sperafico	PPB	
Dr. Rosinha	PT	
Hermes Parcianello	PMDB	
Iris Simões	PTB	
José Borba	PMDB	
Luciano Pizzatto	PFL	
Luiz Carlos Haully	PSDB	
Max Rosenmann	PMDB	
Moacir Micheletto	PMDB	
Oliveira Filho	PL	PL/PSL
Osmar Serraglio	PMDB	
Padre Roque	PT	
Ricardo Barros	PPB	
Rubens Bueno	PPS	PDT/PPS
Santos Filho	PFL	
Werner Wanderer	PFL	
Presentes de Paraná : 21		

	Partido	Bloco
SANTA CATARINA		
Antônio Carlos Konder Reis	PFL	
Carlito Merss	PT	
Edinho Bez	PMDB	
Edison Andrino	PMDB	
Eni Voltolini	PPB	
Fernando Coruja	PDT	PDT/PPS
Gervásio Silva	PFL	
Hugo Biehl	PPB	
João Matos	PMDB	
João Pizzolatti	PPB	
Leodegar Tiscoski	PPB	
Luci Choinacki	PT	
Paulo Gouvêa	PFL	
Renato Vianna	PMDB	
Serafim Venzon	PDT	PDT/PPS
Vicente Caropreso	PSDB	
Presentes de Santa Catarina : 16		
RIO GRANDE DO SUL		
Airton Dipp	PDT	PDT/PPS
Alceu Collares	PDT	PDT/PPS
Augusto Nardes	PPB	
Beto Albuquerque	PSB	PSB/PCDOB
Darcisio Perondi	PMDB	
Edir Oliveira	PTB	
Esther Grossi	PT	
Ezidio Pinheiro	PSB	PSB/PCDOB
Fetter Junior	PPB	
Germano Rigotto	PMDB	
Henrique Fontana	PT	
Júlio Redecker	PPB	
Luis Carlos Heinze	PPB	
Marcos Rolim	PT	
Mendes Ribeiro Filho	PMDB	
Nelson Proença	PPS	PDT/PPS
Osmar Terra	PMDB	
Osvaldo Biolchi	PMDB	
Paulo Paim	PT	
Pompeo de Mattos	PDT	PDT/PPS
Roberto Argenta	PHS	
Tarcisio Zimmermann	PT	
Telmo Kirst	PPB	
Wilson Cignachi	PMDB	
Yeda Crusius	PSDB	
Presentes de Rio Grande do Sul : 25		

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – As listas de presença acusam o comparecimento de 68 Srs. Senadores e 375 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Juvêncio da Fonseca.

É lido o seguinte:

Ofício nº P-264/2002 – CMO

Brasília, 7 de agosto de 2002

Excelentíssimo Senhor

Senador **Ramez Tebet**

Digníssimo Presidente do Congresso Nacional

Nesta

Senhor Presidente,

Constatou-se, na emissão do substitutivo consolidado e aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, que, por erro material de processamento, não constou a parte do Anexo de Metas Fiscais que estabelece, em valores correntes e constantes, as receitas e despesas não-financeiras, e os resultados nominal e primário da dívida pública para os exercícios de 2003, 2004 e 2005.

O referido Anexo, com suas metas e projeções fiscais, o qual anexo ao presente ofício, foi objeto de tema amplamente debatido no Plenário desta Comissão, tendo constado do Relatório apresentado pelo Relator da matéria, Senador João Alberto Souza, e do Parecer aprovados por essa Comissão, conforme pode ser observado no Volume III, fls. 1686, do PLN nº 9/2002-CN. Não obstante isso, a matéria não constou do substitutivo consolidado e aprovado por este Órgão Técnico.

Igualmente por erro material de processamento, constatou-se também que na emissão do substitutivo consolidado e aprovado pela Comissão e publicado na Seção 1 do DOU de 26-7-2002, que no Anexo de Metas e Prioridades não se fez constar as seguintes alterações constantes da versão 2 da Errata ao Parecer Apresentado ao PL nº 9, de 2002 – CN – PLDO 2003, de 12-6-2002:

1) Programa 0351 – Agricultura Familiar – Pro-naf, onde se lê “4574 – Execução da Assistência Técnica e Extensão Rural” leia-se “5695 – Assistência Técnica e Extensão Rural” (pág. 31 do DOU);

2) Programa 0357 – Controle de Fronteiras para Proteção da Agropecuária, onde se lê “Permissão de

Trânsito Emitida” e “39.208”, leia-se, respectivamente, “Partida Inspeccionada” e “121.289” (pág. 31 do DOU).

3) Programa 0505 – Florestar, onde se lê “Aumentar a Oferta de Produtos e Subprodutos Florestais Oriundos de Áreas Plantadas” leia-se “Aumentar a Oferta de Produtos e Subprodutos Florestais Oriundos de Áreas Plantadas e Manejadas” (pág. 35 do DOU).

As incorreções descritas, ocorridas por lapso de ordem operacional, contrariam a vontade manifestada pelos parlamentares desta Comissão, devendo, por esse motivo, ser sanada, adotando-se as providências regimentais cabíveis.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Brasília, 7 de agosto de 2002. – Deputado **José Carlos Aleluia**, Presidente.

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2003
Metas e Projeções Fiscais
(Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Discriminação	Preços Correntes					
	2003		2004		2005	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. Receita Não-Financeira	322.637,5	22,69	330.765,9	21,55	353.838,6	21,42
II. Despesa Não-Financeira	290.640,3	20,44	296.229,8	19,30	316.665,7	19,17
III. Resultado Primário Fiscal e Seguridade (I-II)	31.997,2	2,25	34.536,1	2,25	37.172,9	2,25
IV. Resultado Nominal	-22.100,4	-1,55	-10.934,6	-0,71	-5.231,5	-0,32
V. Resultado Primário Empresas Estatais	7.821,5	0,55	8.442,2	0,55	9.086,7	0,55
VI. Resultado Primário União (III + V)	39.818,8	2,80	42.978,2	2,80	46.259,6	2,80
IX. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL	492.966,6	33,90	516.634,5	33,16	535.449,7	31,93

Discriminação	Preços Médios 2002 (GP-DI)					
	2003		2004		2005	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. Receita Não-Financeira	306.782,3	22,69	303.029,7	21,55	315.123,3	21,42
II. Despesa Não-Financeira	276.357,5	20,44	271.389,6	19,30	282.017,7	19,17
III. Resultado Primário Fiscal e Seguridade (I-II)	30.424,8	2,25	31.640,1	2,25	33.105,6	2,25
IV. Resultado Nominal	-21.014,3	-1,55	-10.017,7	-0,71	-4.659,1	-0,32
V. Resultado Primário Empresas Estatais	7.437,2	0,55	7.734,2	0,55	8.092,5	0,55
VI. Resultado Primário União (III + V)	37.862,0	2,80	39.374,3	2,80	41.198,1	2,80
VII. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL	468.741,1	33,90	473.312,5	33,16	476.863,4	31,93

Brasília, 7 de agosto de 2002

Exmo. Sr.

Deputado **José Carlos Aleluia**Presidente da Comissão Mista de Planos,
Orçamentos Públicos e Fiscalização

Exmo Sr. Presidente,

Constatou-se, na emissão do substitutivo consolidado e aprovado pela Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, que, por erro material de processamento, não constou a parte do Anexo de Metas Fiscais que estabelece, em valores correntes e constantes, as receitas e despesas não-financeiras, os resultados nominal e primário e o montante da dívida pública para o exercícios de 2003, 2004 e 2005.

O referido Anexo, com suas metas e projeções fiscais, que juntamos ao presente ofício, foi tema amplamente debatido no Plenário da CMO, tendo constatado do nosso relatório e do parecer aprovados por essa comissão, conforme pode ser observado no volume III, fls. 1686, do PLN nº 9/2002-CN. Não obstante isso, a matéria não constou do substitutivo consolidado e aprovado pela CMO.

Igualmente por erro material de processamento, constatou-se também que, na emissão do substitutivo consolidado e aprovado pela Comissão e publicado na Seção 1 do DOU de 26-7-2002, no Anexo de Metas e Prioridades, não se fez constar as seguintes alterações constantes da versão 2 da Errata ao Parecer apresentado ao PL nº 9, de 2002 – CN – PLDO 2003, de 12-6-2002:

1. Programa 0351 – Agricultura Familiar – Pro-naf, onde se lê “4574 – Execução da Assistência Técnica e Extensão Rural” leia-se “5695 – Assistência Técnica e Extensão Rural” (pág. 31 do DOU).

2. Programa 0357 – Controle de Fronteiras para Proteção da Agropecuária onde se lê “Permissão de Trânsito Emitida” e “39.208”, leia-se respectivamente, “Partida Inspeccionada” e “121.289” (pág. 31 do DOU).

3. Programa 0505 – Florestar, onde se lê “Aumentar a Oferta de Produtos e Subprodutos Florestais Oriundos de Áreas Plantadas” leia-se “Aumentar a Oferta de Produtos e Subprodutos Florestais Oriundos de Áreas plantadas e Manejadas” (pág. 35 do DOU).

As incorreções descritas, ocorridas por lapso de ordem operacional, contrariam a vontade manifestada pelos parlamentares dessa Comissão, devendo por esse motivo ser sanada com o envio de correspondência ao presidente da Mesa do Congresso Nacional, cuja minuta sugerimos em anexo, para as providências regimentais cabíveis.

Respeitosamente, Senador **João Alberto Souza**, Relator do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2003.

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2003
Metas e Projeções Fiscais
(Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Preços Correntes

Discriminação	2003		2004		2005	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. Receita Não-Financeira	322.637,5	22,69	330.765,9	21,55	353.838,6	21,42
II. Despesa Não-Financeira	290.640,3	20,44	296.229,8	19,30	316.665,7	19,17
III. Resultado Primário Fiscal e Seguridade (I-II)	31.997,2	2,25	34.536,1	2,25	37.172,9	2,25
IV. Resultado Nominal	-22.100,4	-1,55	-10.934,6	-0,71	-5.231,5	-0,32
V. Resultado Primário Empresas Estatais	7.821,5	0,55	8.442,2	0,55	9.086,7	0,55
VI. Resultado Primário União (III + V)	39.818,8	2,80	42.978,2	2,80	46.259,6	2,80
IX. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL	492.966,6	33,90	516.634,5	33,16	535.449,7	31,93

Preços Médios 2002 (GP-DI)

Discriminação	2003		2004		2005	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. Receita Não-Financeira	306.782,3	22,69	303.029,7	21,55	315.123,3	21,42
II. Despesa Não-Financeira	276.357,5	20,44	271.389,6	19,30	282.017,7	19,17
III. Resultado Primário Fiscal e Seguridade (I-II)	30.424,8	2,25	31.640,1	2,25	33.105,6	2,25
IV. Resultado Nominal	-21.014,3	-1,55	-10.017,7	-0,71	-4.659,1	-0,32
V. Resultado Primário Empresas Estatais	7.437,2	0,55	7.734,2	0,55	8.092,5	0,55
VI. Resultado Primário União (III + V)	37.862,0	2,80	39.374,3	2,80	41.198,1	2,80
VII. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL	468.741,1	33,90	473.312,5	33,16	476.863,4	31,93

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência comunica aos Srs. Parlamentares que se encontram sobre as bancadas cópias do documento que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Em votação a retificação, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A Presidência tomará as providências necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União os seguintes avisos:

Nº 88/2002-CN (nº 2.179/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 943, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras de construção da BR-070/GO, no trecho conhecido como Corredor Araguaia Tocantins, interligando as fronteiras de Goiás com o Distrito Federal e com o Mato Grosso, na altura de Aragarças/GO, numa extensão de 221,58km (TC nº 003.649/2001-6).

Nº 89/2002-CN (nº 2.181/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 948, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de modernização e recuperação da infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino no Estado da Bahia (TC nº 005.881/2002-1).

Nº 90/2002-CN (nº 2.183/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 949, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Nordeste – BR230/PB – João Pessoa/Campina Grande. (TC nº 007.858/2002-2).

Nº 91/2002-CN (nº 2.186/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 950, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada pela SECEX/GO, no período de 28-5 a 13-6-2001, na Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas – AGETOP, em cumprimento ao previsto no Plano Especial aprovado pela Decisão nº 122/2001 – Plenário (Fiscobras 2001). (TC nº 007.441/2001-5).

Nº 92/2002-CN (Nº 509/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional relação das obras nas quais foram registrados indícios de irregularidades graves no decorrer das fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2002.

Nº 93/2002 – CN (nº 990/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional relação das obras e contratos fiscalizados (obras complementares no complexo do Senado Federal e de apoio à instalação do posto avançado do Incor em Brasília), no exercício de 2002, para adoção de providência necessária.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Os avisos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sobre a mesa vetos presidenciais que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Juvêncio da Fonseca.

São lidos os seguintes

VETO TOTAL Nº 12, DE 2002

aposto ao

Projeto de Lei do Senado nº 129, de 1995

(nº 3.207/1997, na Câmara dos Deputados)

(Mensagem nº 71/2002-CN – nº 370/2002, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 129, de 1995 (nº 3.207/97 na Câmara dos Deputados), que "Regulamenta o direito de propriedade das terras das comunidades remanescentes dos quilombos e o procedimento da sua titulação de propriedade imobiliária, na forma do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal".

Ouvindo, o Ministério da Cultura assim se manifestou:

"A Fundação Cultural Palmares afirma que o projeto de lei confere exclusividade a um único órgão público para a titulação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos. Tal rigidez legal altera profunda e negativamente a atuação daquela Fundação no que se refere ao cumprimento do disposto no art. 68 do ADCT, porque a questão do reconhecimento e titulação da propriedade aos remanescentes dos quilombos exige um trabalho de parceria de diversos órgãos da administração pública federal, sob a coordenação da Fundação Cultural Palmares, para que o direito estabelecido no referido artigo do ADCT seja efetivamente conferido às pessoas ali referidas.

Além do mais, não se pode olvidar que o projeto sob exame teve o seu início no ano de 1995, época em que não existia em nosso ordenamento jurídico regras disciplinando o disposto no art. 68 do ADCT. Hoje, entretanto, esse quadro modificou-se, está em vigor o Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001, que regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas.

Nesse decreto são previstas regras precisas sobre o tema objeto do projeto, regras essas que permitem à Fundação Cultural Palmares, em parceria com diversos órgãos públicos, não só cumprir o dever constitucional de titular as terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, como exigido pelo dispositivo constitucional citado, mas também garantir a essas comunidades direitos envolvendo o meio ambiente, a questão fundiária, a proteção aos recursos renováveis, a produção agrícola etc.

Diante dessas considerações, verifica-se que o projeto de lei representa um retrocesso legislativo que traz o inconveniente de tornar menos eficaz o processo administrativo atualmente estabelecido no Decreto nº 3.912, de 2001, e, conseqüentemente, de prejudicar a efetivação do direito de propriedade assegurado pelo art. 68 do ADCT aos remanescentes das comunidades dos quilombos. O interesse público, portanto, ficaria comprometido se a nova sistemática imposta pelo citado projeto de lei entrasse em vigor.”

O Ministério da Justiça acrescentou as seguintes razões de veto:

“O texto do projeto, de iniciativa parlamentar, sob o fundamento de regulamentar o art. 68 do ADCT, em seu art. 1º, assegura “às comunidades remanescentes dos quilombos” o direito à propriedade das terras por elas ocupadas e impõe ao Estado o dever de emitir o respectivo título imobiliário. Já o parágrafo único desse mesmo dispositivo discrimina, como terras sobre as quais recairia o direito de propriedade: (1) os territórios não ocupados pelas comunidades remanescentes dos quilombos quando da entrada em vigor da Constituição de 1988, mas que são “devidamente reconhecidos por seus usos, costumes e tradições”; (2) as áreas contíguas a esses territórios, também não ocupadas em 5 de outubro de 1988, “detentoras de recursos ambientais necessários à conservação dos usos, costumes e tradições” daquelas comunidades; e (3) os sítios com reminiscências históricas dos quilombos.

Dispõe o art. 68 do ADCT que aos “remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Verifica-se, primeiramente, que esse dispositivo constitucional confere o direito de propriedade “aos remanescentes das comunidades dos quilombos” e não “às comunidades remanescentes dos quilombos”, como estabelecido no art. 1º do autógrafo, que está, na verdade, a transferir o direito de propriedade assegurado constitucionalmente aos remanescentes para a comunidade da qual fazem parte. Vale dizer: o direito individual dos remanescentes fica transformado, por força do projeto, em direito coletivo da comunidade. Sem dúvida, ao assim preceituar, o art. 1º do projeto contraria o art. 68 do ADCT e, por isso, é inconstitucional.

Também são inconstitucionais os incisos I, III e IV do parágrafo único do art. 1º do projeto. Com efeito, no art. 68 do ADCT a expressão “remanescentes das comunidades dos quilombos” tem um significado mais reduzido do que, a princípio, se poderia imaginar. Em realidade, o dispositivo contemplou apenas aqueles remanescentes “que estejam ocupando suas terras” no momento da promulgação da Constituição de 1988. Foram excluídos, portanto, os remanescentes que, em 5 de outubro de 1988, não mais ocupavam as terras que até a abolição da escravidão formavam aquelas comunidades. Conclui-se, portanto, que o constituinte de 1988 visou a beneficiar tão-somente os moradores dos quilombos que viviam, até 1888, nas terras sobre as quais estavam localizadas aquelas comunidades, e que continuaram a ocupá-las, ou os seus remanescentes, após o citado ano até 5 de outubro de 1988.

Ora, os incisos I, III e IV do parágrafo único do art. 1º, ao inserirem dentro das terras cuja propriedade é reconhecida aos remanescentes das comunidades dos quilombos, áreas que não eram por essas pessoas ocupadas à época da entrada em vigor da Constituição de 1988, alargou inconstitucionalmente o alcance do art. 68 do ADCT, que – frise-se – assegura a propriedade somente sobre as terras que eram ocupadas pelos quilombolas até 1888 e que continuavam a ser ocupadas pelos seus remanescentes em 5 de outubro de 1988.

Quanto ao inciso IV do parágrafo único do art. 1º, viola ele ainda o § 5º do art. 216 da Constituição, que autoriza tão-somente o tombamento dos “sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” e não o reconhecimento, em favor dos remanescentes ou de qualquer outra pessoa, do direito de propriedade sobre esses imóveis, como quer o projeto.

O art. 2º do texto, por sua vez, considera como comunidade remanescente de quilombos “os grupos étnicos de preponderância negra, encontráveis em todo o território nacional, identificáveis segundo categoria de autodefinição habitualmente designados por “Terras de Preto”, “Comunidades Negras Rurais”, “Mocambos” ou “Quilombos””. Ora, o art. 68 do ADCT não admite tal presunção legal do que sejam remanescentes das comunidades dos quilombos, fundada no que o projeto denomina de “categoria de autodefinição”. Como antes assinalado, a Constituição visou a beneficiar apenas os moradores dos quilombos que viviam, até 1888, nas terras sobre as quais estavam localizadas aquelas comunidades, e que continuaram a ocupá-las, ou os seus remanescentes, após o citado ano até 5 de outubro de 1988. Por certo, o direito de propriedade assegurado pelo art. 68 do ADCT não pode decorrer de presunção legal, mas sim do fato mesmo da ocupação centenária das terras que outrora formavam os quilombos. Dai a inconstitucionalidade do art. 2º do projeto.

Os arts. 3º a 10 do projeto, que compõem os Capítulos I e II do Título II, dispõem sobre o “procedimento administrativo da declaração de reconhecimento das terras das comunidades remanescentes dos quilombos”. A ligação desses dispositivos com o preceituado no art. 1º é patente. Este estabelece o direito material e aqueles o direito instrumental. Ora, se o primeiro, como se viu, é inconstitucional, logicamente os arts. 3º a 10 também contêm o mesmo vício, porque não há como estabelecer um procedimento administrativo constitucionalmente válido para se requerer um direito contrário à Constituição. Cabe aqui dizer que o procedimento administrativo deveria objetivar a declaração de reconhecimento das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e não, como escrito no projeto, “das comunidades remanescentes dos quilombos”.

Além do mais, cumpre enfatizar a inconstitucionalidade existente no inciso III do art. 4º do autógrafo, que dá legitimidade ao Ministério Público para requerer a instauração do mencionado procedimento administrativo, e no art. 19, que confere àquela Instituição legitimidade para “propor ação que vise ao reconhecimento de comunidades como remanescentes de quilombos”. Esses dispositivos do projeto violam o caput do art. 127 e o inciso I do art. 129 da Constituição, segundo os quais o Ministério Público apenas tem legitimidade para defender os interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos (vide RE nº 213.631, STF-Pleno, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ de 7/4/2000, p. 69; e RE nº 195.056, STF-Pleno, Rel. Min. Carlos Velloso, julgado em 9/12/1999). No caso, não se trata de direitos difusos ou coletivos, mas sim de direitos individuais dos remanescentes, que deles podem dispor a qualquer tempo.

No Capítulo II do Título II do projeto, merecem ainda destaques os incisos I, II, IV e V do art. 9º, que se relacionam com o disposto nos incisos I, III e IV do parágrafo único do art. 1º, cuja inconstitucionalidade foi devidamente demonstrada e que diz respeito à violação ao art. 68 do ADCT, que não confere o direito de propriedade aos remanescentes sobre terras que não eram por eles ocupadas em 5 de outubro de 1988, data do início de vigência da atual Constituição.

Quanto aos arts. 11 a 15, compreendidos no Capítulo III do Título II do projeto e que na verdade não dispõem sobre o procedimento administrativo, estabelecem eles regras sobre a titulação da propriedade à “comunidade remanescente de quilombo”. Ora, a mesma inconstitucionalidade detectada no art. 1º também está presente nesses dispositivos.

De fato, a emissão dos títulos de propriedade, que é, por imposição do art. 68 do ADCT, dever do Estado, deve favorecer, ainda segundo esse mesmo artigo constitucional, os remanescentes das comunidades dos quilombos e não as comunidades remanescentes dos quilombos. Repita-se: o direito de propriedade foi reconhecido pela Constituição àqueles e não a estas. Daí a violação dos arts. 11 a 15 do projeto ao art. 68 do ADCT.

Exame mais detido há de ter o art. 12 deste Capítulo II do Título II do projeto. Esse artigo prevê a desapropriação de terras para a efetivação do disposto no art. 68 do ADCT. Como visto, o enunciado do art. 68 do ADCT inicia com a oração aos “remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras”. Daí decorrem duas afirmações importantes para a fixação do alcance da norma constitucional.

A primeira refere-se ao reconhecimento da posse prolongada, contínua, pacífica e cum anime domini que as pessoas beneficiadas com a aplicação do art. 68 do ADCT tinham no momento da promulgação da Constituição de 1988. Com efeito, da ligação entre o adjetivo remanescentes, empregado “para designar coisas ou pessoas que ficam ou que subsistem, após o evento de qualquer fato” (De Plácido e Silva, Vocabulário Jurídico, Forense, Vol. IV, p. 87), e a expressão “ocupando suas terras” surge a idéia de continuidade da posse, transmitida de geração em geração, de forma pacífica e exercida sempre com a intenção de dono. A segunda relaciona-se à existência daquela posse qualificada em 5 de outubro de 1988, como requisito essencial para o reconhecimento do direito de propriedade aos remanescentes (“que estejam ocupando”).

Decorre daí que a Constituição somente declarou um direito que já havia se integrado, pelo decurso do tempo, ao patrimônio dos destinatários do art. 68 do ADCT. De fato, o verbo reconhecer tem o significado vulgar de “admitir como certo, constatar, aceitar, declarar” (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, Nova Fronteira, 2ª ed., p. 1.464). Esse verbo no domínio jurídico não tem acepção diversa, conforme anota De Plácido e Silva, que assevera: “em qualquer circunstância em que se apresente o vocábulo, revelará sempre a existência de fato anterior, que vem comprovar, atestar, certificar, conformar ou autenticar. O reconhecimento, pois, nada gera de novo, isto é, não formula direito nem estrutura fato ou coisa, que já não fosse efetiva ou existente: *Recognitio nil dat novi*, é o princípio que se firmou” (Op. cit., p. 44).

Verifica-se, assim, que o art. 68 do ADCT não cogitou da intervenção da vontade do Estado ou de qualquer outra pessoa física ou jurídica para a conversão da posse em propriedade. Essa conversão se dá pelo só fato de existir, em 5 de outubro de 1988, a posse qualificada e prolongada dos remanescentes das comunidades dos quilombos sobre terras que, à época imperial, formavam aqueles grupamentos organizados por escravos fugitivos.

Desses argumentos constata-se que é inadmissível a desapropriação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos que visa a reconhecer a estes a propriedade daqueles imóveis. A autorização constitucional para a intervenção do Estado nos casos disciplinados pelo citado artigo cinge-se à emissão de títulos de propriedade.

Além do mais, o próprio conceito de desapropriação impede que a União leve a efeito os atos administrativos questionados. Segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro, “desapropriação é o procedimento administrativo pelo qual o poder público ou seus delegados, mediante prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o em seu patrimônio por justa indenização” (Direito Administrativo, Atlas, 12ª ed., p. 151).

Ora, a desapropriação praticada com o fim de expropriar o imóvel de determinada pessoa para, posteriormente, transferir-lhe de novo a propriedade daquele mesmo bem certamente não atende à necessidade pública, à utilidade pública ou ao interesse social. O máximo que esse ato administrativo pode atender é o interesse particular do proprietário do imóvel, que se beneficiará ilicitamente com recursos e bens públicos.

No caso do projeto, o seu art. 12 pretende justamente autorizar a prática dessa espécie de ato ilícito, porque determina a desapropriação de terras, cujas propriedades já são, por força do art. 68 do ADCT, dos remanescentes das comunidades dos quilombos, para, em momento posterior, beneficiá-los com a transmissão do domínio daqueles mesmos bens imóveis expropriados. O art. 12 ora examinado, portanto, afronta o art. 68 do ADCT e também o caput do art. 37 da Constituição, que impõe aos administradores públicos o respeito ao princípio da legalidade.”

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 13 de maio de 2002.



PROJETO VETADO:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 1995
(nº 3.207/1997, na Câmara dos Deputados)

Regulamenta o direito de propriedade das terras das comunidades remanescentes dos quilombos e o procedimento da sua titulação de propriedade imobiliária, na forma do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I DO DIREITO DE PROPRIEDADE

Art. 1º É assegurado às comunidades remanescentes dos quilombos o direito à propriedade das terras por essas ocupadas, nos termos do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos de propriedade na forma desta Lei.

Parágrafo único. São terras ocupadas pelas comunidades remanescentes dos quilombos:

I – os territórios onde habitam, devidamente reconhecidos por seus usos, costumes e tradições;

II – as terras ocupadas pelas comunidades remanescentes dos quilombos, nos termos do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – as áreas detentoras de recursos ambientais necessários à conservação dos usos, costumes e tradições das comunidades remanescentes de quilombos, contíguas às áreas de que trata o inciso I;

IV – os sítios que contenham reminiscências históricas dos quilombos.

Art. 2º Consideram-se comunidades remanescentes de quilombos, para fins desta Lei, os grupos étnicos de preponderância negra, encontráveis em todo o território nacional, identificáveis segundo categorias de autodefinição habitualmente designados por “Terras de Preto”, “Comunidades Negras Rurais”, “Mocambos” ou “Quilombos”.

TÍTULO II DO PROCEDIMENTO DA DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DOS QUILOMBOS CAPÍTULO I DO REQUERIMENTO

Art. 3º O procedimento administrativo da declaração de reconhecimento das terras das comunidades remanescentes dos quilombos será iniciado mediante requerimento formulado ao órgão federal ou estadual competente.

Parágrafo único. O requerimento para instauração do procedimento administrativo de declaração de reconhecimento, previsto no *caput* deste artigo, poderá ser formulado por escrito ou verbalmente, devendo este ser reduzido a termo pelo órgão requerido.

Art. 4º São partes legítimas para requerer a instauração dos procedimentos administrativos:

I – as entidades legalmente constituídas, representantes das comunidades remanescentes dos quilombos;

II – qualquer membro da comunidade remanescente dos quilombos;

III – o Ministério Público e as associações de que trata o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985;

IV – entidades representativas dos interesses culturais, religiosos e políticos afro-brasileiros.

Art. 5º O procedimento administrativo de declaração de reconhecimento de terras da comunidade remanescente de quilombo, na forma prescrita nesta Lei, poderá ser iniciado de ofício tanto pelo órgão federal como pelo estadual competente.

CAPÍTULO II DA IDENTIFICAÇÃO, DELIMITAÇÃO E DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO

Art. 6º O procedimento administrativo da declaração de reconhecimento, previsto no art. 4º, Título II, desta Lei, será constituído pelas fases de identificação, reconhecimento, delimitação e declaração.

Art. 7º É assegurado à comunidade remanescente de quilombo indicar representantes assim como assistente técnico para acompanhamento de todas as fases dos procedimentos administrativos da declaração de reconhecimento.

Art. 8º O órgão competente, para instruir o procedimento, deverá elaborar estudos e levantamentos históricos, geográficos, antropológicos, cartográficos e memorial descritivo.

Parágrafo único. Durante todas as fases do procedimento haverá a participação de profissionais de notório conhecimento técnico-científico, pertencentes aos quadros técnicos de instituições governamentais, associações civis e organizações não-governamentais com o objetivo de fornecer subsídios aos estudos e levantamentos necessários.

Art. 9º No relatório técnico, destinado a orientar todo o procedimento, elaborado pelo órgão competente, constarão:

I – a identificação e a caracterização das terras e sítios, a serem declarados Patrimônio Cultural Brasileiro, com suas respectivas plantas;

II – a denominação do imóvel identificado, informando no conjunto territorial da área delimitada da comunidade as expressões “remanescentes de quilombos”, “área de preservação contígua” ou “sítio de reminiscência histórica”;

III – a circunscrição judiciária ou administrativa em que está situado o imóvel;

IV – o rol dos confinantes e de quem possuir justo título de propriedade da área demarcada;

V – tratando-se das áreas a que se refere o art. 1º e seu parágrafo único, a identificação dos seus ocupantes, que, de acordo com esta Lei, preencherem a condição de reconhecimento das comunidades remanescentes dos quilombos e a identificação dos que não se enquadram nesta Lei;

VI – conclusão sobre o requerimento de pedido da declaração de reconhecimento de comunidade remanescente de quilombo.

Parágrafo único. As plantas das áreas de comunidades remanescentes de quilombos a que se refere o parágrafo único do art. 1º serão elaboradas de acordo com os requisitos da legislação sobre registros públicos.

Art. 10. Compete ao órgão competente, federal ou estadual, emitir a declaração de reconhecimento das terras das comunidades remanescentes de quilombo nos casos em que o relatório técnico conclua favoravelmente ao pedido do requerimento previsto no art. 4º desta Lei.

CAPÍTULO III DA TITULAÇÃO DE PROPRIEDADE

Art. 11. Declarado o reconhecimento da área como de comunidade remanescente de quilombo, o órgão competente iniciará, de imediato e de ofício, os procedimentos de titulação de propriedade.

Parágrafo único. O órgão competente terá o prazo de 30 (trinta) dias para iniciar o procedimento de titulação de propriedade, sob pena de crime de responsabilidade.

Art. 12. Em caso de haver títulos hábeis de terceiros incidentes sobre as áreas a que se refere o art. 1º, o órgão competente dará início à ação de desapropriação cabível.

Art. 13. Nos casos de ocorrência de comunidades remanescentes de quilombos incidentes em terras devolutas federais ou estaduais, o processo será remetido ao órgão de terras competente, para que proceda à titulação da propriedade, na forma da legislação vigente, respeitadas as disposições desta Lei.

Art. 14. Caberá à comunidade disciplinar o uso da terra demarcada, respeitadas as normas de proteção ao meio ambiente estabelecidas em lei e as práticas tradicionais do grupo, visando sempre à manutenção da identidade cultural deste.

Art. 15. É facultado ao órgão competente, concluídos os procedimentos administrativos de expedição de título de propriedade, titular as comunidades beneficiadas de acordo com a manifestação destas, nas formas dispostas a seguir:

I – em nome da entidade representativa da comunidade remanescente de quilombo, devidamente constituída como pessoa jurídica e registrada em cartório do registro competente;

II – em condomínio, com cláusula de inalienabilidade.

CAPÍTULO IV DAS GARANTIAS DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DOS QUILOMBOS

Art. 16. É reconhecido o direito ao pluralismo e à diversidade das comunidades remanescentes dos quilombos através do respeito à sua identidade e valores culturais.

Art. 17. Compete ao Poder Público, com a participação das comunidades remanescentes dos quilombos, garantir a proteção dos recursos naturais nas terras de que trata o art. 1º desta Lei, mediante:

- I – recuperação dos recursos que tenham sofrido processos de degradação;
- II – controle ambiental das atividades potencial ou efetivamente lesivas ao meio ambiente;
- III – programas de educação ambiental.

Art. 18. As comunidades remanescentes dos quilombos, as associações por estas formadas, as entidades de defesa da cultura e valores afro-brasileiros e o Ministério Público Federal são partes legítimas para propor ações que visem a:

- I – garantir a continuidade das comunidades remanescentes, como grupos étnicos afro-brasileiros, enquanto parcelas diferenciadas da população brasileira;
- II – conservação da ocupação do título de propriedade;
- III – garantir continuidade cultural da comunidade remanescente de quilombo mediante a preservação da memória dos remanescentes;
- IV – impedir e punir atos lesivos ao meio ambiente praticados nas terras na forma desta Lei.

Art. 19. O Ministério Público e associações de que trata o art. 5º da Lei nº 7.347, de 1985, são partes legítimas para propor ação que vise ao reconhecimento de comunidades como remanescentes de quilombos.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Os trabalhos de identificação, reconhecimento e delimitação realizados anteriormente à promulgação desta Lei poderão instruir os procedimentos administrativos da declaração de reconhecimento, desde que sejam adequados às disposições desta Lei.

Art. 21. Para efeito de cumprimento do disposto nesta Lei, os órgãos fundiários e de preservação dos valores culturais afro-brasileiros da União e dos Estados, assim como outros órgãos que tenham como objetivo o desenvolvimento de políticas públicas e infraestrutura, disporão de orçamento para as ações de desenvolvimento e concessão de crédito em favor das comunidades tituladas.

Art. 22. É facultado aos órgãos competentes, para o cumprimento das disposições desta Lei, celebrar convênios, contratos, acordos ou instrumentos similares de cooperação com órgãos públicos ou instituições privadas.

Art. 23. Para fins de política agropecuária, as comunidades remanescentes de quilombos receberão dos órgãos públicos competentes tratamento especial envolvendo a abertura de linhas de crédito para financiamento de suas atividades produtivas e de infraestrutura e assistência técnica.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

VETO PARCIAL Nº 13, DE 2002**aposto ao****Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2001****(nº 3.901/2000, na Casa de origem)****(Mensagem nº 72/2002-CN – nº 373/2002, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 67, 2001 (nº 3.901/00 na Câmara dos Deputados), que "Modifica o parágrafo único do art. 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995".

Ouvindo, o Ministério da Justiça manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 2º

"Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Razões do veto

"O que se acresce ao parágrafo único do art. 69 é o poder de cautela consistente no afastamento do indiciado ou réu do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima. Tal providência, consoante justificativa parlamentar, fulmina o processo de agressão contra o ente familiar, sem que haja imposição de medida restritiva de liberdade.

A medida acautelatória de afastamento do lar de que se tem notícia encontra-se prevista no art. 888, inciso VI, do Código de Processo Civil, e tem por objetivo legalizar a separação antes da decretação da dissolução da sociedade conjugal, isentar o cônjuge dos deveres conjugais e de forçar a saída do cônjuge cuja permanência se haja tornado inconveniente ao outro ou aos filhos, sempre em relação à sociedade conjugal, pois somente estes podem requerer tal medida.

O afastamento temporário de um dos cônjuges da morada do casal pode ser preparatória ou postulada no curso do processo civil e seu deferimento se dá, via de regra, liminarmente, e se refere a qualquer dos cônjuges ou a companheiros, pois, segundo construção jurisprudencial, "a companheira tem o direito de requerer o afastamento do companheiro do lar, pois os valores éticos que a medida visa proteger estão presentes no casamento e fora dele". (RESP 93582/RJ, T4, Rel. Min.Ruy Rosado de Aguiar, DJ: 09/09/1996, PG:32372).

Na esfera criminal, contudo, a medida acautelatória de afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima é inovadora.

O elemento normativo "violência doméstica" suscita dúvidas quanto ao seu real alcance, já que o projeto não traz o seu conceito, deixando, assim, a cargo da doutrina e da jurisprudência esse mister. Ademais, deve-se considerar que o termo "violência doméstica" pode abarcar vários delitos, inclusive os não abrangidos pela Lei dos Juizados Especiais Criminais, como por exemplo, os crimes sexuais e a lesão corporal gravíssima.

Pondera-se, por outro lado, que a "violência doméstica" pode ter como autor do fato e como vítima qualquer pessoa que conviva na mesma unidade doméstica ou familiar, não se dirigindo a norma apenas aos cônjuges ou companheiros, podendo, inclusive, ser voltada para menor.

Como acima se evidenciou, a proposta merece aperfeiçoamentos, de sorte que a providência acautelatória nela tratada, que se constitui numa faculdade do juiz, que somente a deverá conceder caso estejam presentes os requisitos de qualquer cautelar, *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, possa, realmente, ser utilizada em prol das vítimas de violência doméstica.

Para que não se postergue a correta aplicação da norma proposta, na espera de decisões do Poder Judiciário que fixem seus exatos limites, é conveniente a apresentação de proposta legislativa que venha suprir as lacunas existentes no projeto, lacunas essas que se fizeram demonstrar anteriormente. Entretanto, em virtude da relevância da medida acautelatória, parece-nos preferível a sanção do projeto, embora, a nosso ver, não se recomende sua vigência imediata.

Diante disso, aconselha-se o veto ao art. 2º, para que a proposta entre em vigor quarenta e cinco dias após a sua publicação, ante o teor do art. 1º do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. No menor prazo possível, será apresentada ao Congresso Nacional proposta legislativa para aperfeiçoar o preceito, objetivando sua melhor aplicabilidade."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 13 de maio de 2002.



PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

**(*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2001
(nº 3.901/2000, na Casa de origem)**

Modifica o parágrafo único do art. 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 69.

Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

VETO PARCIAL Nº 14, DE 2002

aposto ao

**Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2002
(oriundo da Medida Provisória nº 30/2002)**

(Mensagem nº 74/2002-CN – nº 383/2002, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2002, que “Institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento a agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, e dá outras providências”.

Ouvido, o Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Caput e § 1º do art. 4º

“Art. 4º Os compromissos oriundos de financiamentos de Crédito Rural pactuados com recursos controlados do crédito rural oficial, definidos no Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, cujas atividades foram desenvolvidas em áreas ou Municípios declarados pelo Governo Federal em estado de calamidade pública ou situação de emergência em razão do fenômeno de estiagem, poderão ser reescaloados segundo as normas do Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, por prazo compatível com a capacidade de pagamento do produtor, admitindo-se a dispensa do recolhimento da eventual receita obtida ou a ser obtida com a atividade prejudicada pelo fenômeno.

§ 1º Na prorrogação, ficam assegurados os encargos financeiros originais pactuados, bem como eventual mecanismo de equalização por parte do Tesouro Nacional que tenha vigorado durante o financiamento.

Razões do veto

“O dispositivo acrescentado pelo projeto de lei de conversão cria ação governamental que, necessariamente, acarretará aumento da despesa pública. A uma, porque, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, com o art. 4º, “haverá automaticidade na prorrogação das operações de financiamento e nas oriundas de recursos equalizáveis pelo Tesouro Nacional, constantes da unidade orçamentária Operações Oficiais de Crédito – O2C”. A duas, porque, no Brasil, a frustração de safra decorrente de fenômeno climático é uma realidade vivenciada anualmente.

Verifica-se, ainda, pelas informações trazidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que o dispositivo também afronta o art. 167, inciso II, da Constituição Federal.

É que, pela redação do caput do art. 4º do projeto de lei de conversão, a prorrogação será automática já que, atualmente, autorizada pelo Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, e, ocorrendo a prorrogação, a teor do § 1º do dispositivo, o Tesouro Nacional, necessariamente, terá que arcar com as despesas decorrentes de mecanismo de equalização em vigor durante o financiamento prorrogado. E, segundo informações da Secretaria do Tesouro Nacional, caso prevaleça o dispositivo em tela, “a instituição financeira procede à prorrogação e apresenta a conta ao Tesouro Nacional, independentemente da existência de amparo orçamentário e financeiro para efetuar o pagamento.”

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 14 de maio de 2002.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

**(*) PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2002
(oriundo da Medida Provisória nº 30/2002)**

Institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento a agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Bolsa-Renda, a ser custeado com recursos alocados para ações emergenciais de defesa civil, para atendimento dos agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem nos Municípios com reconhecimento de estado de calamidade pública ou de situação de emergência pelo Governo Federal, mediante portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional.

Art. 2º Cabe ao Ministério da Integração Nacional a gestão do Programa de que trata o art. 1º, competindo-lhe definir:

- I – os critérios para a determinação dos beneficiários;
- II – os órgãos responsáveis pelo cadastramento da população no Programa;
- III – o valor do benefício, que poderá ser de até R\$ 60,00 (sessenta reais) mensais;
- IV – as exigências a serem cumpridas pelos beneficiários; e
- V – as formas de controle social do Programa.

Art. 3º A operação do Programa Bolsa-Renda fica condicionada à existência de disponibilidade orçamentária.

Art. 4º Os compromissos oriundos de financiamentos de Crédito Rural pactuados com recursos controlados do crédito rural oficial, definidos no Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, cujas atividades foram desenvolvidas em áreas ou Municípios declarados pelo Governo Federal em estado de calamidade pública ou situação de emergência em razão do fenômeno de estiagem, poderão ser reescalados segundo as normas do Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, por prazo compatível com a capacidade de pagamento do produtor, admitindo-se a dispensa do recolhimento da eventual receita obtida ou a ser obtida com a atividade prejudicada pelo fenômeno.

§ 1º Na prorrogação, ficam assegurados os encargos financeiros originais pactuados, bem como eventual mecanismo de equalização por parte do Tesouro Nacional que tenha vigorado durante o financiamento.

§ 2º Fica o Tesouro Nacional autorizado a criar condições especiais de financiamento para os agricultores dos Municípios declarados em estado de calamidade pública ou atingidos pelo fenômeno da estiagem, visando assegurar a recuperação de sua capacidade produtiva.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

VETO PARCIAL Nº 15, DE 2002

aposto ao

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2002

(oriundo da Medida Provisória nº 24/2002)

(Mensagem nº 77/2002-CN – nº 411/2002, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2002 (MP nº 24, de 2002), que “Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas, sob a égide do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, ou de outras fontes de recursos, por agricultores familiares, mini e pequenos agricultores, suas associações e cooperativas, e dá outras providências”.

Ouvido, o Chefe da Casa Civil da Presidência da República manifestou-se pelo veto aos §§ 3º, 4º e 5º, do art. 8º do projeto aprovado:

“Art. 8º

§ 3º Para as operações contratadas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, de que trata o inciso II deste artigo, as parcelas vencidas e não pagas serão prorrogadas para os anos subsequentes ao do vencimento da última parcela anteriormente pactuada.”

Razões do veto:

“Como se trata de operações de investimento contratadas a partir de 2 de janeiro de 1998, com carência mínima de dois anos, a proposta refere-se, em geral, a uma prestação e a casos isolados de no máximo duas prestações vencidas, não se justificando essa excepcionalidade de prorrogação de obrigações em atraso, sobretudo quando o propósito central do art. 8º sob enfoque é resgatar os benefícios da Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000, do Conselho Monetário Nacional (juros de 3% ao ano, bônus de adimplência de 30%) em favor daqueles que não fizeram a renegociação, mas sem acrescentar vantagens com relação aos que regularizaram as suas dívidas àquela época.”

“§ 4º Para os mutuários com propriedades situadas na região semi-árida é dispensado o pagamento inicial previsto neste artigo para adesão aos novos mecanismos de renegociação, prorrogando-se integralmente o saldo devedor das parcelas vencidas, nas condições estabelecidas nesta Lei.”

Razões do veto:

“Mais uma proposta de exceção ao princípio da regularização das obrigações vencidas, no caso como se a localização no semi-árido por si só fosse determinante para prorrogação integral das parcelas vencidas. O propósito central do art. 8º, acima retratado justificaria o veto também a este § 4º.”

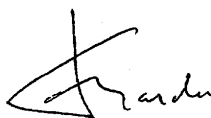
“§ 5º A autorização de que trata este artigo abrange os financiamentos concedidos com recursos públicos aplicados em infra-estrutura de uso comum e na aquisição de lotes nos perímetros públicos de irrigação, conforme estabelecido na Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979.”

Razões do veto:

“Depreende-se que os mencionados financiamentos ao abrigo da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, foge inteiramente ao escopo do art. 8º do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 24, que se refere a operações de crédito rural de investimento contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento ou equalizados pelo Tesouro Nacional, não se justificando portanto contemplá-los no contexto do aludido dispositivo.”

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 24 de maio de 2002.

**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:****(*) PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2002
(oriundo da Medida Provisória nº 24/2002)**

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas, sob a égide do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, ou de outras fontes de recursos, por agricultores familiares, mini e pequenos agricultores, suas associações e cooperativas, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica autorizada a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas ao abrigo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA, cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem até 31 de outubro de 2002, observadas as seguintes condições:

I - repactuação, pelo prazo de até quinze anos, tomando-se o saldo devedor atualizado pelos encargos pactuados para situação de normalidade até a data da repactuação, incorporando-se os juros de que trata o inciso II, e calculando-se prestações anuais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 30 de junho de 2003;

II - a partir da data da repactuação, as operações ficarão sujeitas à taxa efetiva de juros de um inteiro e quinze centésimos por cento ao ano;

III - os mutuários farão jus, nas operações repactuadas, a bônus de adimplência de setenta por cento sobre cada uma das parcelas, desde que o pagamento ocorra até a data aprazada;

IV - os agentes financeiros disporão de prazo até 30 de novembro de 2002 para formalização do instrumento da repactuação.

Art. 2º Os mutuários adimplentes que não optarem pela repactuação farão jus ao bônus de adimplência de que trata o inciso III do art. 1º, no caso de pagamento total de seus débitos até 31 de outubro de 2002.

Art. 3º Os mutuários com prestações vencidas a partir de 2001 poderão ser beneficiários da repactuação nas condições descritas nos incisos do art. 1º.

Art. 4º Os mutuários com obrigações vencidas em anos anteriores a 2001 terão duas alternativas para enquadramento nas disposições do art. 1º:

I - pagamento de dez por cento, no mínimo, do somatório das prestações integrais vencidas, tomadas sem bônus e sem encargos adicionais de inadimplemento, repactuando-se o restante no saldo devedor;

II - pagamento das prestações integrais vencidas, tomadas sem encargos adicionais de inadimplemento e aplicando-se o bônus de que trata o inciso III do art. 1º sobre noventa por cento do montante em atraso.

Art. 5º Fica autorizada a individualização das operações coletivas ou grupais ao amparo do PROCERA, inclusive as realizadas por associações e cooperativas, para possibilitar o atendimento a cada mutuário isoladamente.

Parágrafo único. Os mutuários integrantes de contratos coletivos ou grupais, quando optarem pela operação individualizada de que trata o caput, poderão valer-se:

I - da faculdade prevista no art. 1º, se estiverem adimplentes com suas obrigações vencidas em anos anteriores a 2001;

II - de uma das alternativas constantes do art. 4º, se estiverem inadimplentes com suas obrigações vencidas em anos anteriores a 2001.

Art. 6º Os agentes financeiros darão início às providências relativas ao encaminhamento dos contratos para cobrança de créditos e sua inscrição em Dívida Ativa da União, observada a legislação em vigor:

I - em 1º de novembro de 2002, no caso dos mutuários com obrigações vencidas em anos anteriores a 2001 que não se valerem de uma das alternativas previstas no art. 4º;

II - após cento e oitenta dias do vencimento de prestação não paga.

Art. 7º Os agentes financeiros informarão, até 30 de dezembro de 2002, à Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, os montantes envolvidos nas repactuações e nas liquidações de obrigações.

Art. 8º Fica autorizada a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural de investimento contratadas por agricultores familiares, mini e pequenos produtores e de suas cooperativas e associações, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste ou equalizados pelo Tesouro Nacional, no valor originalmente financiado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem segundo as regras contratuais até 31 de outubro de 2002, observadas as seguintes condições:

I - financiamentos de investimento concedidos até 31 de dezembro de 1997, que não foram renegociados com base na Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000, do Conselho Monetário Nacional e na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995:

- a) prazo de adesão até 31 de outubro de 2002;
- b) rebate no saldo devedor equivalente a oito inteiros e oito décimos por cento, na data da renegociação;
- c) bônus de adimplência de trinta por cento sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento;
- d) aplicação da taxa efetiva de juros de três por cento ao ano, a partir da data da renegociação;
- e) manutenção do cronograma de pagamentos;
- f) no caso de financiamentos com recursos dos mencionados Fundos Constitucionais, os mutuários terão que pagar, para enquadramento neste inciso, dez por cento, no mínimo, do somatório das prestações integrais vencidas até 31 de março de 2002, tomadas sem encargos adicionais de inadimplemento, repactuando-se o restante no saldo devedor de forma proporcional entre as parcelas remanescentes;

II - financiamentos de investimento concedidos no período de 2 de janeiro de 1998 a 30 de junho de 2000, ao abrigo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, observadas as seguintes condições:

- a) prazo de adesão até 31 de outubro de 2002;
- b) rebate de oito inteiros e oito décimos por cento no saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2002.

§ 1º No caso de operações referenciadas no caput formalizadas por intermédio de cooperativa ou associação de produtores, considerar-se-á cada cédula-filha ou instrumento de crédito individual originalmente firmado por beneficiário final do crédito.

§ 2º Na hipótese de liquidação antecipada e total do saldo devedor das operações a que se refere o caput até 31 de dezembro de 2006, aplicar-se-á bônus adicional de dez por cento sobre o montante devido.

§ 3º Para as operações contratadas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, de que trata o inciso II deste artigo, as parcelas

vencidas e não pagas serão prorrogadas para os anos subsequentes ao do vencimento da última parcela anteriormente pactuada.

§ 4º Para os mutuários com propriedades situadas na região semi-árida é dispensado o pagamento inicial previsto neste artigo para adesão aos novos mecanismos de renegociação, prorrogando-se integralmente o saldo devedor das parcelas vencidas, nas condições estabelecidas nesta Lei.

§ 5º A autorização de que trata este artigo abrange os financiamentos concedidos com recursos públicos aplicados em infra-estrutura de uso comum e na aquisição de lotes nos perímetros públicos de irrigação, conforme estabelecido na Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979.

Art. 9º Fica autorizada, para os financiamentos concedidos a agricultores familiares que sejam lastreados por recursos de outras fontes que não os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no caso de frustração de safra por fenômenos climáticos em municípios decretados em situação de emergência ou estado de calamidade pública, com reconhecimento do Governo Federal, a conversão das operações para o âmbito do Fundo Constitucional respectivo, mantendo-se integralmente as condições financeiras do PRONAF, com absorção dos respectivos ônus pelo Fundo Constitucional.

Art. 10. Fica o Ministério do Desenvolvimento Agrário encarregado das providências legais e administrativas necessárias à nomeação de liquidante para conduzir os trabalhos de encerramento das atividades do Fundo Contábil do PROCERA.

Parágrafo único. Fica a Secretaria Federal de Controle incumbida de certificar os valores dos ativos e passivos do Fundo Contábil do PROCERA.

Art. 11. Ficam os gestores dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste autorizados a conceder bônus de adimplência sobre cada parcela da dívida paga até o vencimento, nas proporções e condições a seguir explicitadas, no caso de operações de crédito ao setor rural ao amparo de recursos desses Fundos, cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem até 31 de outubro de 2002:

I - operações de valor originalmente financiado de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais):

a) dívidas contraídas até 31 de dezembro de 1994: trinta e cinco por cento;

b) dívidas contraídas no ano de 1995: vinte e cinco por cento;

c) dívidas contraídas no ano de 1996: dezenove por cento;

d) dívidas contraídas no ano de 1997: dezessete por cento;

e) dívidas contraídas no ano de 1998: catorze por cento;

II - operações de valor originalmente financiado acima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais):

a) para a fração de cada parcela que corresponda ao crédito original de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) aplica-se o disposto nas alíneas do inciso I;

b) para a fração da parcela que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) são mantidos os encargos financeiros pactuados sem aplicação do bônus aqui estabelecido;

III - para aplicação do disposto neste artigo considerar-se-á o somatório das operações existentes em nome do mesmo emitente do instrumento de crédito, identificado pelo respectivo Cadastro de Pessoa Física - CPF ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

Art. 12. O art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º

§ 3º Fica estabelecido o prazo até 31 de outubro de 2002 para o encerramento das renegociações, prorrogações e composições de dívidas amparadas em recursos dos Fundos Constitucionais, inclusive sob a forma alternativa de que trata o art. 4º desta Lei.

..... "(NR)

Art. 13. O impacto orçamentário-financeiro das medidas adotadas de acordo com esta Lei será suportado pelas disponibilidades estabelecidas no Orçamento-Geral da União para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para o Ministério da Integração Nacional, para as Operações Oficiais de Crédito, ou para os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos respectivos exercícios de 2002 a 2004, conforme a natureza da medida.

Art. 14. Para efeito do disposto no art. 1º, inciso I, alínea a, da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, são considerados componentes dos encargos financeiros os rebates e os bônus por adimplemento que forem aplicados aos financiamentos concedidos aos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, consoante resolução do Conselho Monetário Nacional, cabendo o ônus desses benefícios ao respectivo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.

Art. 15. O Conselho Monetário Nacional estabelecerá as condições normativas que se fizerem necessárias ao cumprimento das disposições constantes dos artigos anteriores desta Lei.

Art. 16. O § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, alterado pela Lei nº 10.203, de 22 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

§ 1º O Poder Executivo poderá elevar o referido percentual até o limite de vinte e cinco por cento ou reduzi-lo a vinte por cento.

..... “(NR)

Art. 17. São convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 24, de 23 de janeiro de 2002.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

VETO TOTAL Nº 17, DE 2002
aposto ao
Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2001
(nº 3.614/2000, na Casa de origem)

(Mensagem nº 79/2002-CN – nº 424/2002, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 137, de 2001 (nº 3.614/00 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre a responsabilidade civil das empresas locadoras de veículos em acidentes de trânsito e dá outras providências”.

Ouvido, o Ministério da Justiça assim se manifestou:

“A proposição legislativa em questão tem por fim disciplinar a responsabilidade civil das empresas locadoras de veículos em acidentes de trânsito. Nesse desiderato, dispõe acerca do conceito de “locadora de veículo” para os efeitos desta Lei, as pessoas jurídicas cuja responsabilidade civil deve recair, a obrigatoriedade de contratação de seguro pelas locadoras e, ainda, o valor da indenização devida à vítima na hipótese de danos pessoais decorrentes de acidente de trânsito envolvendo veículo locado.

Infere-se do disposto acima que a responsabilidade civil na locação de veículos, deduzida na medida projetada, assenta-se na teoria da culpa, uma vez que o art. 3º e seu parágrafo único dispõem:

“Art. 3º A locadora responderá pelos danos pessoais causados a terceiros, produzidos na condução do veículo locado, desde que comprovada sua culpa ou dolo na ocorrência do evento danoso.

Parágrafo único. Não existindo culpa ou dolo da locadora de veículo, a responsabilidade civil será daquele que tiver dado causa ao evento danoso.”

Significa dizer que a vítima do dano causado por veículo locado terá que demonstrar os elementos que concorreram para o ato culposos da locadora para o fim de ressarcimento em juízo, ou seja, à vítima recairá o **onus probandi** da culpa da locadora.

Entretanto, tal disposição objeta-se ao entendimento sufragado pelo Supremo Tribunal Federal e consolidado na súmula nº 492, **verbis**:

“A empresa locadora de veículos responde, civil e solidariamente com o locatário, pelos danos causados a terceiro, no uso do carro locado.”

Segundo observa o Ministro Barros Monteiro, do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento proferido nos autos do Recurso Especial nº 33.055-9, de 1994:

“A asserção contida no supracitado verbete sumular baseia-se em três decisões do Supremo Tribunal Federal havidas nos anos de 1966 (RTJ 37/594), 1967 (RTJ 41/796) e 1968 (RTJ 45/65). Em todas elas, a Corte Suprema não abandonou o conceito de culpa como fundamento da responsabilidade civil da empresa locadora. Todavia, no último deles, o eminente Relator, Ministro Evandro Lins, desenvolveu uma linha de pensamento evoluída em relação aos julgados precedentes. A par da menção feita ao estatuído no art. 159 do Código Civil, S. Exa. reportou ao art. 1.521 do mesmo diploma legal, atribuindo-lhe interpretação nitidamente extensiva, e, ainda, às disposições do Código Nacional de Trânsito, que responsabilizam igualmente os proprietários dos veículos e seus condutores. Ao aludir ao art. 1.521 do CC, o Sr. Ministro Relator considerou que o decisório então recorrido lhe dera razoável e construtiva interpretação, “atendendo a uma situação nova criada pelo desenvolvimento industrial e comercial do país”.

Acenou, nesse passo, com a adoção da teoria do risco-criado ou do risco-proveito, a que se referiu o emérito Prof. Alvinio Lima (Culpa e Risco, págs. 347 e 351, ed. 1960). Segundo o saudoso mestre das Arcadas, “vivemos em uma sociedade cada vez mais complexa e que exige desenvolvimento da ação humana; as relações obrigatórias são funções das relações econômicas e sociais e quanto mais estas se intensificam mais aquelas se desenvolvem. O conceito é do notável Josseland, referindo-se à obrigação de segurança que tácita ou expressamente deve existir nos contratos, mas que se aplica às relações extracontratuais. Se a autonomia da vontade não pode deixar de sofrer restrições no domínio do próprio contrato, para assegurar o direito das partes, com mais força de razão a vontade deve ceder terreno aos princípios que impõem a segurança jurídica nas relações extracontratuais” (ob. citada, págs. 344-345).”

Nessa esteira de raciocínio, assevera, ainda, o Ministro Barros Monteiro apud José de Aguiar Dias, que “em matéria de automóveis, a doutrina objetiva vem fazendo constantes progressos, conforme exemplificam as legislações da Dinamarca, Áustria, Alemanha e Itália (Da Responsabilidade Civil, v. I, pág. 92, ed. 1994). Maria Helena Diniz, por sinal, ressalta ainda que “a co-responsabilidade da empresa locadora de carros, ou seja, a solidariedade passiva na composição do prejuízo causado pelo locatário a terceiro não se liga à idéia de culpa”. Assim sendo – prossegue – “consagrada está, em nossa jurisprudência, a responsabilidade objetiva do locador, tenha ele agido com culpa ou não (Julgado dos TJRS, Jurisprudência, 33:414)” (Curso de Direito Civil Brasileiro, 7ª. vol. Responsabilidade Civil, pág. 362, 4ª ed.). Assim, conclui, “ganha terreno, portanto, a doutrina objetiva, arrimada no risco: aquele que auferir proveito com uma situação deve responder pelo risco ou pelas desvantagens dela resultantes (ubi emolumentum, ibi onus; ubi commoda, ibi incommoda)”.

Resta evidente, pois, a adoção da responsabilidade civil objetiva pela doutrina e jurisprudência, abandonando-se a teoria da culpa, ou subjetiva, abraçada pelo Código Civil de 1916. A maior prova disso está refletida no novo Código Civil, ao dispor, no art. 927, parágrafo único, que “haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”.

Como ensina Cáo Mário da Silva Pereira (Stoco, Rui. Tratado de responsabilidade civil: responsabilidade civil e sua interpretação doutrinária e jurisprudencial. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001, p. 109), a aplicação da teoria da culpa perde cada vez mais espaço porque se mostra inadequada para cobrir todos os casos de reparação, ante a multiplicação das oportunidades e das causas de danos.

No caso em tela, ao pretender o legislador que a responsabilidade civil das locadoras de automóveis seja orientada com base na teoria da culpa, propõe um entendimento completamente dissociado do difundido pelos pretórios e pela doutrina. Nesse aspecto, não é inconsequente dizer que a proposta legislativa em análise representa um retrocesso ao tema da responsabilidade civil, posto que alberga uma concepção doutrinária já combatida, e porque não dizer superada, nos dias atuais.

Outra disposição no projeto que nos causou estranheza está inserta no art. 4º e seu parágrafo único, assim redigidos:

“Art. 4º Sem prejuízo do disposto em leis especiais, a locadora é obrigada a segurar os veículos de sua propriedade quanto à responsabilidade civil por danos pessoais causados a terceiros em acidente de trânsito até o limite da indenização estipulada nesta Lei.

Parágrafo único. Os danos pessoais previstos neste artigo referem-se aos prejuízos causados à pessoa da vítima, compreendidos os danos pessoais de ordem patrimonial, moral ou estético.”

Evidencia-se do artigo supratranscrito que o legislador pretende instituir mais uma hipótese de seguro obrigatório, como aqueles previstos no art. 20 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. Contudo, parece-nos discutível a legalidade desse novo seguro, uma vez que o dispositivo antes mencionado prevê, na alínea “b”, o seguro obrigatório de “responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de vias terrestre ...”. Não é despendioso salientar que a citada alínea foi acrescida ao art. 20, por meio da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que “Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não”.

Conforme dispõe o art. 4º da Lei do Seguro Obrigatório, “a indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados”.

Ora, se já existe preceito legal dispondo que os proprietários de veículos automotores são obrigados a contratarem um seguro com fim específico de cobrir os danos causados a terceiros (vítimas) em acidentes de trânsito, não é crível a instituição de outro seguro para resguardar o mesmo objeto e interesse.”

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

PROJETO VETADO:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2001 (nº 3.614/2000, na Casa de origem)

Dispõe sobre a responsabilidade civil das empresas locadoras de veículos em acidentes de trânsito e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A responsabilidade civil das locadoras de veículos decorrente de acidente de trânsito, com veículo locado, reger-se-á pelas disposições desta Lei.

Parágrafo único. Considera-se locadora de veículo, para os efeitos desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado que transfere a outrem, pessoa física ou jurídica, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de veículos automotores de via terrestre, a título de locação, mediante remuneração estipulada em contrato.

Art. 2º As disposições desta Lei somente se aplicam às pessoas jurídicas de direito privado que tiverem por objeto social, devidamente especificado em seus contratos ou estatutos constitutivos, a exploração da atividade de locação de veículos.

Art. 3º A locadora responderá pelos danos pessoais causados a terceiros, produzidos na condução do veículo locado, desde que comprovada sua culpa ou dolo na ocorrência do evento danoso.

Parágrafo único. Não existindo culpa ou dolo da locadora de veículo, a responsabilidade civil será daquele que tiver dado causa ao evento danoso.

Art. 4º Sem prejuízo do disposto em leis especiais, a locadora é obrigada a segurar os veículos de sua propriedade quanto à responsabilidade civil por danos pessoais causados a terceiros em acidente de trânsito até o limite da indenização estipulada nesta Lei.

Parágrafo único. Os danos pessoais previstos neste artigo referem-se aos prejuízos causados à pessoa da vítima, compreendidos os danos pessoais de ordem patrimonial, moral ou estético.

Art. 5º Demonstrado o dolo ou a culpa do locatário, a vítima ou seus sucessores serão indenizados de conformidade com os limites de valores do seguro previstos no art. 6º desta Lei.

Art. 6º O valor do seguro de responsabilidade civil por danos pessoais de que tratam os arts. 1º a 5º desta Lei limita-se a garantir uma indenização máxima de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no caso de morte da vítima, de lesão corporal que resultar em perda de membro, sentido ou função, ou deformidade permanente; ou ainda no caso de lesão corporal que resultar em debilidade permanente de membro, sentido ou função.

Parágrafo único. Na indenização que for fixada em forma de renda, o capital para a sua constituição não poderá exceder o maior valor previsto neste artigo.

Art. 7º Os seguros cuja expiração ocorrer após o início do contrato de locação consideram-se prorrogados até o seu término, cabendo à locadora arcar com os ônus e adicionais decorrentes da prorrogação.

Art. 8º Efetuado o pagamento do valor estipulado para indenização dos danos pessoais, nos limites previstos nesta Lei, fica ressalvado o direito de regresso da seguradora contra o terceiro causador dos danos.

Art. 9º No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data do acidente, o terceiro ou seus sucessores deverão habilitar-se ao recebimento da respectiva indenização.

Art. 10. Esgotado o prazo a que se refere o art. 9º e se não houver a seguradora efetuado o pagamento, poderá o interessado promover, judicialmente, pelo procedimento sumário estabelecido no Código de Processo Civil, o pagamento do seguro diretamente em face da seguradora.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua publicação.

VETO TOTAL Nº 18, DE 2002

aposto ao

Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2001

(nº 113/1999, na Casa de origem)

(Mensagem nº 99/2002-CN – nº 488/2002, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar integralmente o Projeto de Lei nº 112, de 2001 (nº 113/99 na Câmara dos Deputados), que “Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório”.

Ouvidos, os Ministérios de Minas e Energia e da Justiça assim se manifestaram:

“A anistia dos trabalhadores da Petrobrás punidos por força da decisão judicial que declarou a ilegalidade da greve, sem que se verifique no ordenamento jurídico alteração do posicionamento que submete o direito de paralisação aos limites estabelecidos em lei, terá o condão de incentivar o descumprimento de tais limitações e das decisões judiciais que venham a ser proferidas, o que representará inequívoca desmoralização do Poder Judiciário, a quem incumbe a aplicação da lei ao caso concreto.

Frise-se que a intenção do legislador é instituir um benefício que não atingirá a todos os trabalhadores, mas, apenas, os empregados da mencionada estatal, o que é insustentável em face dos princípios constitucionais que privilegiam a igualdade de direitos, sem distinções de qualquer natureza.

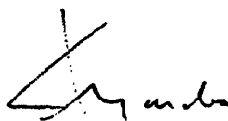
Impõe-se ressaltar a impropriedade do texto no que pertine à concessão de reintegração aos empregados que tiveram suspensos seus contratos de trabalho, uma vez que o instituto da reintegração é aplicável apenas aos casos em que ocorreu o rompimento do contrato de trabalho.

Observa-se, ainda, que o projeto, sem qualquer razão legal para tanto, atribui à Petrobrás a responsabilidade pelo recolhimento integral das contribuições previdenciárias que menciona, uma vez que não faz qualquer previsão quanto ao desconto da parcela a cargo dos empregados, que será arcado integralmente pela União e pelo capital particular, considerando-se a natureza jurídica da empresa, que é uma sociedade de economia mista.

Pelo exposto, o projeto deve ser vetado, pois contraria o interesse público e o princípio da independência e harmonia dos poderes insito no art. 2º da Constituição Federal.”

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 14 de junho de 2002.



PROJETO VETADO:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2001 (nº 113/1999, na Casa de origem)

Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida anistia a dirigentes, representantes sindicais, e demais trabalhadores integrantes da categoria profissional dos empregados da empresa Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás, que, no período compreendido entre 1º de setembro de 1994 e 1º de setembro de 1996, sofreram punições, despedidas ou suspensões contratuais, em virtude de participação em movimento reivindicatório, exercício do mandato ou representação sindical, assegurada aos dispensados ou suspensos a reintegração no emprego.

§ 1º O disposto neste artigo somente gerará efeitos financeiros a partir da publicação desta Lei.

§ 2º Fica assegurado o cômputo do tempo de serviço, a progressão salarial e o pagamento das contribuições previdenciárias, tanto pública quanto privada, do período compreendido entre as dispensas ou suspensões contratuais e a vigência desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O Sr. Presidente (Aroldo Cavalcanti)

De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum e na Resolução nº 2, de 2000-CN, ficam assim constituídas as Comissões Mistas incumbidas de relatar os vetos:

Veto Total nº 12, de 2002 (PLS 129/1995)**Senadores**

Geraldo Cândido
Romeu Tuma
Maguito Vilela
Marina Silva

Deputados

Paulo Paim
Gilmar Machado
Luciano Pizzatto
Nelson Trad

Veto Parcial nº 13, de 2002 (PLC Nº 67/2001)**Senadores**

Lúcio Alcântara
Iris Rezende
Maria do Carmo Alves
Jefferson Péres

Deputados

Zulaiê Cobra
Iara Bernardi
Elcione Barbalho
Paes Landim

Veto Parcial nº 14, de 2002 (PLV 10/2002)**Senadores**

Juvencio da Fonseca
Geraldo Althoff
Geraldo Melo
Arlindo Porto

Deputados

Xico Graziano
Antônio do Valle
João Leão
Wellington Dias

Veto Parcial nº 15, de 2002 (PLV 11/2002)**Senadores**

Jonas Pinheiro
Nabor Júnior
Siqueira Campos
Paulo Hartung

Deputados

Carlos Alberto Rosado
João Grandão
Antonio Carlos Pannunzio
Eni Voltolini

Veto Total nº 17, de 2002 (PLC Nº 137/2001)**Senadores**

Francelino Pereira
Lúcio Alcântara
Fernando Ribeiro
José Fogaça

Deputados

Salatiel Carvalho
Fernando Coruja
Almir Sá
Antônio do Valle

Veto Total nº 18, de 2002 (PLC Nº 112/2001)**Senadores**

José Eduardo Dutra
Luiz Otávio
Antonio Carlos Júnior
Osmar Dias

Deputados

Jair Meneguelli
Antonio Carlos Pannunzio
Osmar Serraglio
Reginaldo Germano

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, as Comissões Mistas deverão apresentar os relatórios sobre os vetos até o dia 27 de agosto de 2002.

A convocação de sessão conjunta destinada à apreciação das matérias será feita após a publicação e distribuição de avulsos contendo os textos dos projetos vetados, os pareceres das comissões que os apreciaram e os relatórios das comissões mistas ora designadas.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 6 de setembro de 2002.

São lidos os seguintes

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 54.573,00, para os fins que especifica.

Brasília

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									14.590
		PROJETOS							
12 363	0044 5135	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL							14.590
12 363	0044 5135 0023	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO CEARA AREA MODERNIZADA/RECUPERADA (VP)40	F	4	P	90	0	281	14.590
TOTAL - FISCAL									14.590
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.590

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									14.590
		PROJETOS							
12 363	0044 3052	PROMOCAO DE CURSOS DE EXTENSAO							14.590
12 363	0044 3052 0023	PROMOCAO DE CURSOS DE EXTENSAO - NO ESTADO DO CEARA	F	3	P	90	0	281	14.590
TOTAL - FISCAL									14.590
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.590

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26310 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CACERES - MT

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									39.983
		PROJETOS							
12 363	0044 3053	VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA AS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL							39.983
12 363	0044 3053 0051	VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA AS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MATO GROSSO							39.983
		VEICULO ADQUIRIDO (UNIDADE)2	F	4	P	90	0	112	39.983
TOTAL - FISCAL									39.983
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									39.983

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N^o 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI N^o 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 1^o Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

II - os provenientes de excesso de arrecadação; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

.....

...

PROJETO DE LEI Nº 45, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de R\$ 209.280.539,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de R\$ 209.280.539,00 (duzentos e nove milhões, duzentos e oitenta mil, quinhentos e trinta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – incorporação de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2001, no valor de R\$ 100.172.471,00 (cem milhões, cento e setenta e dois mil, quatrocentos e setenta e um reais);

II – anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 109.108.068,00 (cento e nove milhões, cento e oito mil, sessenta e oito reais), sendo R\$ 103.108.068,00 (cento e

tres milhões, cento e oito mil, sessenta e oito reais) da Reserva de Contingência, e R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) do Ministério da Justiça, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									30.000.000
		ATIVIDADES							
06 122	0750 2000	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS							30.000.000
06 122	0750 2000 0001	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL							30.000.000
			F	3	P	90	0	100	30.000.000
TOTAL - FISCAL									30.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.000.000

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30907 - FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0661 REESTRUTURACAO DO SISTEMA PENITENCIARIO									95.172.471
		PROJETOS							
14 421	0661 1701	REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAI							6.000.000
14 421	0661 1701 0001	REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAI - NACIONAL							6.000.000
		EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE)229	F	4	P	90	0	324	6.000.000

14 128	0661 1718	CAPACITACAO PROFISSIONAL DE AGENTES RESPONSAVEIS PELA CUSTODIA DO PRESO							1.000.000
14 128	0661 1718 0001	CAPACITACAO PROFISSIONAL DE AGENTES RESPONSAVEIS PELA CUSTODIA DO PRESO - NACIONAL AGENTE CAPACITADO (UNIDADE)9700	F	3	P	90	0	324	1.000.000
14 421	0661 1844	CONSTRUCAO, AMPLIACAO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECEMENTOS PENAI S							65.718.271
14 421	0661 1844 0001	CONSTRUCAO, AMPLIACAO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECEMENTOS PENAI S - NACIONAL VAGA CRIADA (UNIDADE)5860	F	4	P	90	0	324	33.218.271
14 421	0661 1844 0035	CONSTRUCAO, AMPLIACAO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECEMENTOS PENAI S - NO ESTADO DE SA O PAULO VAGA CRIADA (UNIDADE)3250	F	4	P	90	0	327	23.711.861
14 421	0661 1844 0035	CONSTRUCAO, AMPLIACAO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECEMENTOS PENAI S - NO ESTADO DE SA O PAULO VAGA CRIADA (UNIDADE)3250	F	4	P	90	0	327	9.506.410
14 421	0661 1846	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES PENITENCIARIAS - INFOPEN							32.500.000
14 421	0661 1846 0001	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES PENITENCIARIAS - INFOPEN - NACIONAL SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)17	F	4	P	30	0	324	32.500.000
14 421	0661 1846	ATTIVIDADES							6.000.000
14 421	0661 2698	ASSISTENCIA AO PRESO, A VITIMA E AO EGRESSO DO SISTEMA PENITENCIARIO							6.000.000
14 421	0661 2698 0001	ASSISTENCIA AO PRESO, A VITIMA E AO EGRESSO DO SISTEMA PENITENCIARIO - NACIONAL PESSOA ASSISTIDA (UNIDADE)16000	F	4	P	90	0	324	6.000.000
14 421	0661 2719	MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL							1.454.200
14 421	0661 2719 0011	MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DE RONDONIA PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)409	F	3	P	30	0	324	14.640
14 421	0661 2719 0012	MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DO ACRE PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)1247	F	3	P	30	0	324	11.052
14 421	0661 2719 0013	MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DO AMAZONAS PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)1273	F	3	P	30	0	324	11.052
14 421	0661 2719 0014	MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DE RORAIMA PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)141	F	3	P	30	0	324	9.084
14 421	0661 2719 0015	MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DO PARA PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)514	F	3	P	30	0	324	7.846
14 421	0661 2719 0016	MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DO AMA PA PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)136	F	3	P	30	0	324	7.846
14 421	0661 2719 0017	MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DE TOCANTINS PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)164	F	3	P	30	0	324	20.000
14 421	0661 2719 0021	MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DO MARANHAO PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)465	F	3	P	30	0	324	20.000
14 421	0661 2719 0022	MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DO PIAUI PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)327	F	3	P	30	0	324	5.100
14 421	0661 2719 0023	MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DO CEARA PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)1124	F	3	P	30	0	324	5.100
14 421	0661 2719 0024	MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)421	F	3	P	30	0	324	6.208
14 421	0661 2719 0025	MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DA PARAIBA	F	3	P	30	0	324	6.208

14 421	0661 2719 0026	PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)472 MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	F	3	P	30	0	324	12.396 53.776
14 421	0661 2719 0027	PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)1434 MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DE ALAGOAS	F	3	P	30	0	324	53.776 10.220
14 421	0661 2719 0028	PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)208 MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DE SERGIPE	F	3	P	30	0	324	10.220 9.592
14 421	0661 2719 0029	PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)256 MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DA BAHIA	F	3	P	30	0	324	9.592 29.194
14 421	0661 2719 0031	PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)582 MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	3	P	30	0	324	29.194 104.914
14 421	0661 2719 0032	PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)2843 MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	F	3	P	30	0	324	104.914 22.834
14 421	0661 2719 0033	PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)605 MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	P	30	0	324	22.834 124.342
14 421	0661 2719 0035	PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)3316 MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DE SAO PAULO	F	3	P	30	0	324	124.342 603.966
14 421	0661 2719 0041	PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)15813 MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DO PARANA	F	3	P	30	0	324	603.966 65.600
14 421	0661 2719 0042	PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)1769 MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	F	3	P	30	0	324	65.600 34.974
14 421	0661 2719 0043	PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)917 MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	3	P	30	0	324	34.974 91.524
14 421	0661 2719 0051	PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)2399 MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DE MATO GROSSO	F	3	P	30	0	324	91.524 16.954
14 421	0661 2719 0052	PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)433 MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DE GOIAS	F	3	P	30	0	324	16.954 35.312
14 421	0661 2719 0053	PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)926 MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO DISTRITO FEDERAL	F	3	P	30	0	324	35.312 30.368
14 421	0661 2719 0061	PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)807 MUTIRAO NA EXECUCAO PENAL - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	F	3	P	30	0	324	30.368 26.610
		PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)710	F	3	P	30	0	324	26.610
14 421	0661 2727	PROFISSIONALIZACAO DO PRESO							2.000.000
14 421	0661 2727 0001	PROFISSIONALIZACAO DO PRESO - NACIONAL							2.000.000
		PRESO PROFISSIONALIZADO (UNIDADE)21676	F	3	P	30	0	324	2.000.000
14 421	0661 2730	SERVICO DE ACOMPANHAMENTO DA APLICACAO DE PENAS ALTERNATIVAS							3.000.000
14 421	0661 2730 0001	SERVICO DE ACOMPANHAMENTO DA APLICACAO DE PENAS ALTERNATIVAS - NACIONAL							3.000.000
		APENADO BENEFICIADO (UNIDADE)31390	F	3	P	30	0	324	3.000.000

0750 APOIO ADMINISTRATIVO

5.000.000

		ATIVIDADES							
06 122	0750 2000	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS							5.000.000
06 122	0750 2000 0001	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	324	5.000.000

TOTAL - FISCAL

100.172.471

TOTAL - SEGURIDADE

0

TOTAL - GERAL

100.172.471

ORGÃO : 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

UNIDADE : 30909 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FIM DA POLÍCIA FEDERAL

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO									8.700.000
		ATIVIDADES							
06 128	0662 2712	FORMACAO DE QUADROS DA POLICIA FEDERAL							5.000.000
06 128	0662 2712 0001	FORMACAO DE QUADROS DA POLICIA FEDERAL - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	5.000.000
06 181	0662 2722	OPERACOES ESPECIAIS E EMERGENCIAIS							3.700.000
06 181	0662 2722 0001	OPERACOES ESPECIAIS E EMERGENCIAIS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	3.700.000
		OPERACAO REALIZADA (UNIDADE)40	F	3	P	90	0	100	3.700.000
0664 MODERNIZACAO DA POLICIA FEDERAL									6.000.000
		PROJETOS							
06 181	0664 1233	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA POLICIA FEDERAL DE SAO PAULO							6.000.000
06 181	0664 1233 0101	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA POLICIA FEDERAL DE SAO PAULO - NO MUNICIPIO DE SAO PAULO - SP	F	4	P	90	0	150	6.000.000
TOTAL - FISCAL									14.700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.700.000

ORGÃO : 35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

UNIDADE : 35101 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0680 RELACOES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS E ORGANIZACOES INTERNACIONAIS									64.408.068
		ATIVIDADES							
07 211	0680 2837	REPRESENTACAO DIPLOMATICA E CONSULAR NO EXTERIOR							42.233.068
07 211	0680 2837 0001	REPRESENTACAO DIPLOMATICA E CONSULAR NO EXTERIOR - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	42.233.068

07 211	0680 4502	LOCAÇAO DE IMOVEIS NO EXTERIOR								22.175.000
07 211	0680 4502 0001	LOCAÇAO DE IMOVEIS NO EXTERIOR - NACIONAL								22.175.000
			F	3	P	90	0	100		22.175.000
TOTAL - FISCAL										64.408.068
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										64.408.068

ORGÃO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30909 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZACAO DAS ATIVIDADES FIM DA POLICIA FEDERAL

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0664 MODERNIZACAO DA POLICIA FEDERAL									6.000.000
		PROJETOS							
06 181	0664 1899	REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E DO SEGMENTO TECNICO-CIENTIFICO (PROMOTEC/PRO-AMAZONIA)							6.000.000
06 181	0664 1899 0001	REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E DO SEGMENTO TECNICO-CIENTIFICO (PROMOTEC/PRO-AMAZONIA) - NACIONAL							0.000.000
			P	4	P	90	0	150	0.000.000
TOTAL - FISCAL									0.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									0.000.000

ORGÃO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FLUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									103.108.068
99 999 99 999	0999 0998 0999 0998 0105	OPERACOES ESPECIAIS	F	9	F	99	0	100	103.108.068 103.108.068 103.108.068
		RESERVA DE CONTINGENCIA							
		RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL							
TOTAL - FISCAL									103.108.068
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									103.108.068

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

II - os provenientes de excesso de arrecadação; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

PROJETO DE LEI Nº 46, DE 2002-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 48.000.000,00 para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), para atender às programações constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários a execução do disposto no art. 1º decorrerão do excesso de arrecadação de receitas não-financeiras diretamente arrecadadas do Fundo Aeronáutico, no valor de R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

.....
Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º É vedada a suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.

DECRETO Nº 92.512, DE 2 DE ABRIL DE 1986

Estabelece normas, condições de atendimento e indenizações para a assistência médico-hospitalar ao militar e seus dependentes, e dá outras providências

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

II - os provenientes de excesso de arrecadação; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAA-SUBTITULO PRODUTO	E S P	G N D	R P	M D D	I U	F T E	VALOR
0084 ARRECADACAO DE RECEITAS PREVIDENCIARIAS									10.000.000
		ATIVIDADES							
09 125	0084 2570	FISCALIZACAO DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS							10.000.000
09 125	0084 2570 0001	FISCALIZACAO DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - NACIONAL							10.000.000
			S	3	P	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.000.000
TOTAL - GERAL									10.000.000

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									10.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							10.000.000
00 000	0000 0908 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	F	00	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

		OPERACOES ESPECIAIS								
28 344	0906 0284	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA								10.011.885
28 344	0906 0284 0001	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA - NACIONAL								10.011.885
				F	2	F	90	0	188	10.011.885
TOTAL - FISCAL										10.011.885
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										10.011.885

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

.....
Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º É vedada a suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

II - os provenientes de excesso de arrecadação; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

PROJETO DE LEI Nº 49, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 50.000.000.00, em favor da Justiça Eleitoral, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 50.000.000.00 (cinquenta milhões de reais), para atender a programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial da Reserva de Contingência, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S S E	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									50.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							50.000.000
00 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL							50.000.000
			F	0	F	99	0	100	50.000.000
TOTAL - FISCAL									50.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									50.000.000

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

II - os provenientes de excesso de arrecadação; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, a Presidência estabelece o seguinte calendário para apresentação dos projetos: até 12 de agosto, publicação e distribuição de avulsos; até 20 de agosto, prazo final para apresentação de emendas; até 25 de agosto, publicação e distribuição de avulsos das emendas; e até 4 de setembro, encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sobre a mesa parecer que vai ser lido pelo Senhor Primeiro Secretário em exercício, Senador Juvêncio da Fonseca.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 76, DE 2002-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 51, de 2002-CN (nº 6532-SGS-TCU/2002, na origem), por meio do qual o Tribunal de Contas da União encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1016/2001-TCU-Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto do Ministro-Relator, que a fundamentam, referente ao relatório de auditoria nas obras do Projeto Tabuleiros Litorâneos do Piauí, no mesmo Estado.

Relator: Senador **Jonas Pinheiro**

I – Relatório

I.1 – Histórico

Por meio do Aviso nº 51, de 2002-CN (nº 6532-SGS-TCU/2002, na origem), o Tribunal de Contas da União (TCU) encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1016/2001, adotada pelo Plenário daquela Corte, bem como dos respectivos Relatório e Voto do Ministro-Relator, que a fundamentam.

A citada decisão refere-se ao relatório de auditoria realizada nas obras do Projeto Tabuleiros Litorâneos do Piauí, no mesmo Estado, cuja execução encontra-se a cargo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

A auditoria foi realizada em cumprimento à Decisão nº 122/2001, que aprovou Plano Especial de Auditoria, com vistas a subsidiar esta Comissão, no

que diz respeito à detecção de irregularidades graves em obras do governo federal a serem incluídas na lei orçamentária para 2002.

Da leitura dos autos, percebe-se que a execução das obras em causa já tinha sido objeto de restrições impostas pelo TCU, por meio da Decisão nº 803/2000, da 1ª Câmara, conforme consta às fls. 3, alínea **a**. Percebe-se, ademais, que restrições constantes desse processo podem ser caracterizadas como falhas de natureza formal, já que não há qualquer menção a danos ao Erário.

É o relatório.

II – Análise

No Relatório do Ministro-Relator, às fls. 7, subitem 14.2, 5. E menciona que “A obra do Projeto de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí não vem recebendo recursos financeiros por determinação do Congresso Nacional, motivada por irregularidades na execução do contrato celebrado com a empreiteira contratada, detectadas por meio de auditoria realizada pelo TCU”. A referência nos conduz à conclusão de que, neste processo, cuida-se da mesma obra constante do quadro VII da Lei nº 10.407, de 10-1-2002 – lei orçamentária para 2002, classificado como subtítulo 20.607.0379.1836.0029 – Implantação de Projetos de Irrigação – Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos, no Estado do Piauí, com dotação de R\$300.000,00, condicionada ao atendimento do art. 12 da mencionada lei, a qual foi objeto da Decisão nº 1021/2001, encaminhada a esta Comissão por meio do Aviso nº 50, de 2002-CN (nº 6523-SGS-TCU/2002, na origem), que tivemos a honra de apresentar Parecer para deliberação deste colegiado.

Por se tratar da mesma matéria, parece-nos de bom aviso que se proceda a anexação deste processo ao que contém o Aviso nº 50, de 2002-CN, de conformidade com as disposições do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, subsidiário do Regimento Comum.

III – Voto do Relator

Em razão de todo o exposto, o nosso voto é no sentido de que esta Comissão delibere pela anexação do presente ao processo de que consta o Aviso nº 50, de 2002 – CN (nº 6523-SGS-TCU/2002, na origem), por se tratar da mesma matéria.

Sala da Comissão, de 2002. – Deputado, **José Carlos Aleluia**, Presidente – Senador, **Jonas Pinheiro**, Relator.

Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Décima Quinta Reunião Ordinária, em 26 de junho de 2002, Aprovou, por unanimidade, o Relatório do Senador Jonas Pinheiro, pela anexação do Aviso nº 5112002-CN ao Aviso nº 5012002-CN, por se tratar da mesma matéria.

Compareceram os Senhores Deputados José Carlos Aleluia, Presidente, Anivaldo Vale, Segundo Vice-presidente, Airtton Dipp, Alberto Goldman, Alceste Almeida, Almir Sá, Aníbal Gomes, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Aracely de Paula, Armando Abílio, Arnon Bezerra, Átila Uns, Carlito Merss, Claudio Cajado, Clementino Coelho, Cleonânicio Fonseca, Coriolano Sales, Custódio Mattos, Darcísio Perondi, Divaldo Suruagy, Domiciano Cabral, Dr. Rosinha, Eujácio Simões, Eunício Oliveira, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Fernando Gonçalves, Gastão Vieira, Gerson Gabrielli, Gervásio Silva, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Coser, João Grandão João Leão, João Magno, João Matos, João Pizzolatti, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Elias, José Carlos Fonseca Júnior, José Chaves, José Índio, José Rocha, Jovair Arantes, Juquinha, Lael Varella, Laura Carneiro, Luciano Castro, Márcio Reinaldo Moreira, Miiton Monti, Mussa Demes, Nelson Meurer, Newton Lima, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Osvaldo Reis, Paulo Feijó, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Henry, Pedro Novais, Renato Viana, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Roberto Balestra, Rubens Bueno, Sampaio Dória, Santos Filho, Sérgio Carvalho, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro, Tarcísio Zimmermann, Vicente Caropreso e Virgílio Guimarães e os Senadores Freitas Neto, Primeiro Vice-presidente, Tião Viana, Terceiro Vice-presidente, Adir Gentil, Benício Sampaio, Carlos Bezerra, Carlos Patrocínio, Heloísa Helena, João Alberto Souza, donas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Júnior, Osmar Dias, Paulo Souto, Roberto Saturnino, Romeu Tuma, Ronaído Cunha Lima, Sebastião Rocha, Sérgio Machado e Wellington Roberto.

Sala de Reuniões, 26 de junho de 2002. – Deputado **José Carlos Aleluia**, Presidente – Senador, **Jonas Pinheiro**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com referência ao Parecer nº 76, de 2002-CN que acaba de ser lido, a Presidência informa ao Plenário que não há precedente, em Sessão do Congresso Nacional, de requerimento de tramitação conjunta.

A Presidência defere a solicitação da Comissão Mista de Orçamento.

Cumpra-se a solicitação do Parecer preliminar sobre o Aviso nº 50, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, há cerca de dois meses, procurei o Ministro do Trabalho e Emprego, Dr. Paulo Jobim, para apresentar-lhe algumas irregularidades que estão ocorrendo na Delegacia Regional do Trabalho do Paraná. Naquele momento, o Dr. Paulo Jobim disse que analisaria todas as irregularidades que lá estão ocorrendo e que tomaria as devidas providências, mas até agora nada aconteceu nesse sentido.

O tempo está passando e os auditores e servidores da DRT do Paraná não suportam mais a chefia do Delegado Celso Costa. Já fizeram várias manifestações públicas e sempre enviam correspondências ao Sr. Ministro cobrando providências.

A Delegacia Regional do Trabalho do Paraná não pode ter como delegado o Sr. Celso Costa, que tem pedido de prisão solicitada pelo Ministério Público do Paraná por prática de ato de corrupção quando Antonio Belinati – que, inclusive, foi cassado – era Prefeito de Londrina. Esse senhor está sendo processado, há pedido de sua prisão, mas nada tem sido feito.

Devido a esses protestos e à cobrança pela moralidade pública – preocupação que eu desejaria que o Ministro também tivesse – os servidores daquela DRT são perseguidos, ameaçados, submetidos a remoções sem nenhum critério técnico, unicamente por perseguição política.

Esses servidores começaram a fazer, durante toda a semana, um protesto em frente à DRT. Em razão disso, o Sr. Celso Costa, Delegado da DRT, mandou construir alguns pilares em frente ao prédio para impedir o estacionamento de caminhões. Os fiscais de trabalho da DRT, vendo a execução da obra, verificaram que estava trabalhando um menor com idade incompatível para o serviço na construção civil. Nenhum dos trabalhadores era registrado. O dono da empresa que construiu esses pilares disse que o fazia por amizade. Foi construída uma obra pública, provavelmente sem licitação, por trabalhadores não registrados e menores. Isso ocorreu na DRT do Paraná. E constantemente esse Delegado submete os servidores à opressão. Pior do que isso, a imprensa mente

para toda a sociedade civil do nosso Estado dizendo coisas que não têm ocorrido.

A meu ver, o Ministro do Trabalho e Emprego, Dr. Paulo Jobim, se pretende ocupar essa Pasta sem ser acusado de omissão ou conivência, deve imediatamente afastar o Delegado Regional do Trabalho do Estado do Paraná, Sr. Celso Martins Costa.

Não podemos conviver com alguém que contrata empresas sem licitação. Entre as terceirizadas, há uma empresa que presta serviços há seis anos, dando prejuízo de cerca de um milhão de reais ao Erário, e o Sr. Ministro Paulo Jobim sabe disso, porque já lhe enviei correspondência dizendo o que está acontecendo.

Se o Presidente Fernando Henrique Cardoso quer que em todos os níveis de Governo haja moralidade e honestidade, que afaste o Delegado Regional do Trabalho do Paraná, caso contrário, S.Exa. levará para o final de seu mandato a mácula da omissão.

O referido Delegado orienta as fiscalizações das empresas, mas apenas as de pequeno porte, protegendo as de grande porte, mostrando, então, o número de fiscalizações, tornando as de pequeno porte vítimas de medidas draconianas. Não quero dizer que as empresas de pequeno porte não tenham que estar dentro da legalidade, mas geralmente as de grande porte não estão, e ele não as fiscaliza.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, na condição de Líder do PT e do Bloco de Oposição no Senado Federal, peço a palavra para uma inadiável comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V.Exa. dispõe de cinco minutos, nobre Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar que, por consenso, foi aprovado hoje, no plenário do Senado Federal, requerimento de convocação do Ministro Pedro Malan, para que S.Exa. explique naquela Casa do Congresso Nacional os termos do acordo que o Brasil firmou com o Fundo Monetário Internacional. Segundo as agências de notícia, esse acordo entre o FMI e o Governo brasileiro já foi fechado em Washington.

Informou-nos hoje o Senador Romero Jucá que tão logo fossem efetivados os termos desse acordo, o Ministro Pedro Malan assumiria o compromisso de vir ao Congresso explicá-los. Em princípio, ficou acertado que, nessa hipótese, a presença de S.Exa. dar-se-ia no dia 20 de agosto, data para a qual está

prevista realização de sessão do Senado Federal. Essa data está praticamente acordada.

O Ministro Pedro Malan, juntamente com o Presidente do Banco Central, Sr. Arminio Fraga, terá elementos para trazer ao Senado, até porque, constitucionalmente, é responsabilidade do Senado examinar, apreciar e aprovar os termos de acordo com o FMI.

Era o registro que avalei importante fazer ao Plenário da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, é uma grande honra falar da tribuna do Senado Federal, Casa a que pertence meu pai, Senador Romeu Tuma.

Gostaria de fazer uma ponderação, baseado no que dizia o Senador Eduardo Suplicy. Parece que o acordo do FMI só virá no começo de setembro, ou seja, serão aproximadamente 20 dias de instabilidade, insegurança e preocupação.

As agências de notícias estão espalhando pela Internet que o Governo ainda não informou o teor desse acordo.

É extremamente importante que isso seja divulgado para todos os que atuam no mercado, os países estrangeiros e, ainda, para todo o processo econômico do Brasil, a fim de que se tenha um pouco mais de tranquilidade e para que não soframos mais com a instabilidade econômica reinante em nosso País.

Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo a V.Exa. e também à Mesa da Câmara dos Deputados.

As eleições a serem realizadas em outubro serão extremamente complicadas. Em alguns lugares haverá, pela primeira vez, o voto eletrônico. Votaremos em seis candidatos: Deputado Federal – o primeiro voto –, Deputado Estadual, dois Senadores da República, Governador e Presidente da República. Poucas pessoas sabem que a ordem de votação será essa.

Portanto, faço um apelo à Mesa do Senado Federal e à Mesa da Câmara dos Deputados no sentido de que usem a rádio e o sistema de televisão das duas Casas do Congresso Nacional para fazerem uma campanha institucional explicando ao eleitorado brasileiro que nessa eleição existirão seis votos, mostrando a ordem desses votos e que se deverá votar em dois Senadores.

Era o que tinha a dizer.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esta sessão é fruto do esforço das Lideranças com assento no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional.

Como Líder do PFL, tenho adotado firme posição em defesa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Todas as matérias a serem apreciadas no plenário deverão ser analisadas, na preliminar e no mérito, por esse órgão técnico, cujos membros são abalizados, competentes e especializados na elaboração do Orçamento Geral da União, além de disporem de dados sobre o Orçamento e sobre a necessidade de crédito suplementar para suprimimento de recursos nos demais órgãos públicos do Brasil.

Hoje, abre-se uma exceção. O Poder Legislativo assumiu papel importante no Brasil com a promulgação da Constituição de 1988, que lhe restituiu algumas prerrogativas anteriormente retiradas. Em face disso, o Poder Legislativo assumiu posição de destaque, perseguindo ações desejadas por todos os brasileiros, a de estabelecer o verdadeiro Estado de Direito, a democracia plena, a chamada equidade de Poderes.

Portanto, no momento em que o Poder Legislativo assume essa dimensão, após 28 anos de mandato e aguardando ser reconduzido ao cargo por mais quatro anos, porque o povo, árbitro dos homens públicos, julgará positivamente meu trabalho, espero que um dia possamos ter o funcionamento deste Poder na sua plenitude, que no processo eleitoral ele não seja obrigado a parar por determinados períodos, chamados de recesso branco.

O Poder Legislativo é a voz em defesa dos fracos, dos oprimidos e dos necessitados, sobretudo num país com dimensão continental como o nosso, em que os problemas se avolumam nas diferentes regiões.

Assim, Sr. Presidente, abrirei uma exceção com relação à votação dessas matérias. Eram mais de trinta. Foi feita uma triagem e sobram apenas onze para serem votadas. São matérias fundamentais para a manutenção da máquina administrativa do País. Há encargos dos três Poderes da República

e do Ministério Público no valor de 2 bilhões e 600 milhões de reais. Criamos os Planos de Cargos e Salários desses diferentes Poderes e precisamos suprir os recursos necessários para que sejam implantados. Não adianta criar determinada lei se não se dá suporte para que seja exercitada.

Mas isso tudo fortalece uma tese que venho defendendo junto com outros Parlamentares tanto na Comissão Mista de Orçamento como no próprio Congresso Nacional. É a tese de que há necessidade de o Orçamento ser mais realista com aquilo que vamos fazer. Não é possível que no mês de junho, como já houve um caso, já se comece a pedir crédito suplementar.

Sr. Presidente, defendo a tese de um grande brasileiro de quem tenho a honra de ser amigo, o Senador Antonio Carlos Magalhães, que vai voltar a esta Casa pela consagração do voto em seu Estado. Dizia ele que o Congresso Nacional era forte, mas seria muito mais forte quando o Orçamento fosse impositivo. A responsabilidade do Parlamento seria conjunta com a dos demais Poderes da República.

Já avançamos muito. A LDO é um avanço enorme na questão do Orçamento Geral da União. Elaboramos uma lei prévia dizendo como o Governo deve gastar, quais serão os investimentos macroeconômicos do País e qual será a movimentação do custeio, mas o fazemos sempre de forma autorizativa. Muitas vezes, autorizamos aquilo que o Governo já tem o poder de fazer.

Portanto, faço um apelo para que na próxima legislatura, irmanados, possamos fazer um Orçamento impositivo. Esta Casa tem responsabilidades, e pouca gente sabe que este Poder é o mais ligado ao povo porque é o mais transparente, pois está aberto diariamente. Mais de 10 mil pessoas circulam diariamente por aqui e sabem como trabalham os legítimos representantes do povo.

Vou abrir exceção na votação dessa matéria com o sentimento de que é fundamental para a movimentação da máquina administrativa do País. Espero que num futuro bem próximo possamos dizer o que precisa ser feito e que façamos um orçamento realista, para que já em junho não seja necessário pedir crédito suplementar.

Durante o discurso do Sr. Inocêncio Oliveira, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, tenho andado muito pelo Pará e tenho certeza de que todos os Deputados, às vésperas de uma eleição, têm andado ainda mais por seus Estados. Os reclamos da população avolumam-se no período eleitoral, o que é absolutamente normal. Mas o que me traz a esta tribuna é a necessidade de dizer que o povo brasileiro, graças às informações que lhes chegam do Congresso Nacional, seja pela TV Câmara, seja pela TV Senado, começa a entender que é preciso haver mudanças. Sabem por quê? Porque começa a saber que este País, que devia apenas 64 bilhões de reais em 1995, deve hoje 750 bilhões de reais.

O interessante é que, nesse mesmo período, o Governo recebeu 70 bilhões de dólares com a venda das estatais, o que significa algo em torno de 200 bilhões de reais. Com esse valor, teríamos pago a dívida, mas continuamos devendo 750 bilhões de reais.

Mas o Governo não explicou para onde foi esse dinheiro. As universidades estão sucateadas, as rodovias estão deterioradas, a segurança pública é uma vergonha, a população não tem moradia e os hospitais públicos estão com filas enormes. Para onde foram os 750 bilhões de reais?

Nós, brasileiros de todos os Estados, temos a obrigação de explicar. Foi para o bolso dos banqueiros nacionais e internacionais, dos especuladores financeiros nacionais e internacionais, dos agiotas, que não derramam uma gota de suor para ajudar o Brasil a produzir alguma coisa mas levam daqui o produto do sangue e do suor do povo brasileiro. Dizendo isso ao povo do Brasil, tenho certeza de que muitos mudarão de opinião.

Sr. Presidente, quando falamos em bilhões de reais, o povo fica meio atormentado. O que significam 750 bilhões? Esses dias, comecei a fazer um exercício para tentar gastar um pouco desse dinheiro. Fiz a seguinte conta: temos 60 mil quilômetros de rodovias federais pavimentadas. Se quiséssemos fazê-las novamente hoje, abrindo e construindo, gastaríamos 20 bilhões de reais. Com mais 20 bilhões, teríamos condições de construir 4 milhões de casas populares no valor de 5 mil reais cada uma, as quais abrigariam 20 milhões de brasileiros que estão sem teto. Faríamos todas as universidades federais e todos os hospitais federais do Brasil com mais 20 bilhões de reais. Faríamos todos os portos

e aeroportos do Brasil com mais 20 bilhões de reais. Gastaríamos até aí apenas 80 bilhões de reais. Fiquei procurando onde gastar mais e resolvi construir uma nova Brasília. Juscelino Kubitschek gastou 5,5 bilhões de dólares na construção da nossa Capital. Com a inflação do período, daria em torno de 20 bilhões de reais.

Portanto, faríamos um Brasil novo com 100 bilhões de reais. Pois é isso o que o Brasil vai pagar de juros este ano, transferindo recursos importantes para nosso desenvolvimento e criação de emprego para o setor especulativo, que não sua, não trabalha, não tem coração.

Sr. Presidente, não haveremos de ficar calados. Daremos a resposta agora, elegendo Ciro Gomes, que tem história, que tem condições de colocar este País nos trilhos, que não se curva à vontade daqueles que vêm aqui ditar regras por meio do FMI, que vai emprestar mais 30 bilhões de dólares ao Brasil para que a bomba não estoure no colo do Sr. Fernando Henrique, que levou este País ao caos.

Venderam o Brasil. Venderam nossas esperanças. Venderam a tranquilidade do povo brasileiro, que hoje convive com a criminalidade, que aumentou 160% ao ano. Mas a criminalidade aumentou não porque nasceram criminosos. Toda criança nasce inocente, pura. Nós, da sociedade, criamos os marginais, os assassinos, uma vez que não lhes damos direito ao emprego, não damos ao pai de família o direito de trabalhar e sustentar, com dignidade, sua família. Assim, ele acaba roubando uma bicicleta na esquina, vendendo-a na outra, a fim de, na padaria seguinte, comprar o pão e o leite para o filho que está morrendo de fome. É assim que acontece.

Tenho andado pelo interior de meu Estado, pela Transamazônica, pela Cuiabá–Santarém, e noto a enorme indignação do povo. Desemprego, falta de renda para a sociedade avançar e crescer. Solidário com aquele povo, saíu candidato a Vice-Governador um jovem responsável, Delgado Nunes. Vamos ganhar a eleição, porque o povo quer mudança. Vamos mudar para melhorar o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à Ordem do Dia.

Há sobre a mesa requerimento de urgência que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 49, DE 2002-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do PLN nº 34/02, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 2.606.057.783,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes”, na presente Sessão.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 2002.

[Assinaturas]

Ricardo Barros
Deputado Federal

Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional

[Assinaturas]

11/11/02

[Assinaturas]

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento de urgência na Câmara dos Deputados.

As Srs. e os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Aprova o requerimento de urgência, vamos à apreciação da matéria.

“Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 34, de 2002, do Congresso Nacional, que ‘Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$2.606.057.783,00 (dois bilhões, seiscentos e seis milhões, cinquenta e sete mil, setecentos e oitenta e três reais), para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes”.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Miranda, para proferir seu parecer.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (Bloco/PCdoB – MG. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o Presidente da República, baseado no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 131, de 2002, submete à apreciação deste Congresso projeto de lei, que abre, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$2.606.057.783,00.

Os recursos necessários à abertura do referido crédito decorrerão, conforme indicado no PL, da anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$89.541.442,00 e do superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial de 2001, no valor de R\$1.616.516.341,00.

Sr. Presidente, para esclarecer os Srs. Congressistas sobre montante tão elevado de crédito suplementar para pagamento de pessoal, quero lembrar a S.Exas. que o Executivo realizou esse corte usando como pretexto o fato de a contribuição para o Plano de Seguridade Social da União, contribuição dos inativos, não haver sido aprovada pelo Congresso Nacional e constar como receita condicionada.

Não foram apresentadas emendas.

Esse projeto de lei não colide com disposições da LDO e não fere qualquer outro dispositivo legal relativo à alocação de recursos e seus detalhamentos, conforme exigências legais e princípios da boa técnica orçamentária.

Faço apenas duas observações pontuais sobre o referido crédito. Primeira, que tenhamos a precisa noção de que os recursos utilizados para cobrir o crédito, na ordem de 1 bilhão, 616 milhões, provêm do superávit financeiro da União; segunda, por serem recursos que vão financiar despesas não-financeiras – e isso afeta o superávit primário –, serão cortados do Orçamento de 2002.

A execução orçamentária de 2002 já está prejudicada por dois fatores, sendo um deles Restos a Pagar. Já se está pagando 4 bilhões de Restos a Pagar de 2001 e não se executa o Orçamento deste ano. Grande parte desses créditos orçamentários são recursos do balanço patrimonial da União e também implicarão cortes.

Por último, Sras. e Srs. Congressistas, realizei levantamento dos recursos de pessoal do Governo Central, tais como pagamento do Tesouro Nacional e Banco Central. Em 1995, os recursos para pagamento de pessoal representavam 5,85% do PIB; em 2001, 5,54%.

Vejam V.Exas. que os candidatos à Presidência da República enfatizam a necessidade de reforma da previdência do servidor público, haja vista ser essa o

componente fundamental do déficit. Ora, Sras. e Srs. Parlamentares, em comparação com o PIB, os recursos vêm caindo no que se refere a pagamento de servidores, tanto ativos como inativos. O que aumentou foi a dívida: 13% do PIB, em 1995, e, em junho de 1992, 38,2% do PIB. Por que a dívida cresce, se benefícios previdenciários, pagamento de pessoal e investimentos têm diminuído?

A dívida cresce não por causa dos gastos não financeiros ou dos aposentados da Previdência Social e da União. Ela cresce na conta da política econômica do Governo; ela é o custo da política econômica, tanto monetária quanto cambial.

Sr. Presidente, concluindo, defendo a aprovação do Projeto de Lei nº 34, na forma originária do Executivo.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2002–CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 34, de 2002–CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$2.606.057.783,00 para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Sérgio Miranda**

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 131, de 2002–CN (nº 563/2002, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei abrindo aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$2.606.057.783,00 (dois bilhões, seiscentos e seis milhões, cinqüenta e sete mil, setecentos e oitenta e três reais), para atender às despesas constantes do Anexo I do Projeto de lei em epígrafe.

Os recursos necessários à abertura do crédito suplementar decorrerão, conforme indicado no projeto, da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$989.541.442,00, e do superávit financeiro da União apurada no Balanço Patrimonial de 2001, no valor de R\$1.616.516.341,00.

A Exposição de Motivos nº 207/MP, de 1-7-2002, do Ministro de Estado do Planejamento,

Orçamento e Gestão, informa que os recursos destinam-se à recomposição das dotações de pessoal e encargos sociais, por conta da não aprovação da fonte condicionada “956 – Contribuição para o Plano de Seguridade Social da União”, e a complementação de dotações de pessoal e encargos sociais, até novembro do corrente exercício, de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União.

II – Emendas

Não foram apresentadas emendas.

III – Voto

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, não ferindo, tampouco, a quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, e seu detalhamento acha-se conforme as exigências legais e aos princípios da boa técnica orçamentária, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 34, de 2002–CN, na forma do Executivo.

Sala da Comissão, 7 agosto de 2002. – Deputado **Sérgio Miranda**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer conclui pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. e Congressistas, o Deputado Sérgio Miranda chamou a atenção para algo importante e meritório.

Vamos votar favoravelmente ao projeto porque ele se destina a pagamento de pessoal. Temos de aprová-lo. Mas 1 bilhão 600 milhões de reais é o superávit financeiro do ano anterior. Isso significa que tem – e concordo com a análise do Deputado Sérgio Miranda – impacto no superávit primário deste ano. Conseqüentemente, terá de haver cortes em investimentos, principal setor em que se cortam recursos para atender a essas demandas.

Não é esse, porém, o grande problema, a grande sangria que se pratica contra o País – e faço as contas para que o povo brasileiro possa entender o que nos deixa indignados.

O Brasil paga hoje 300 milhões de reais de juros diariamente – 300 milhões de reais! Isso, sim, é uma sangria inominável que se pratica contra o povo brasileiro, um crime de lesa-pátria, como costume dizer. As pessoas que hoje estão no Governo deveriam ser isoladas do mundo por pelo menos uns quarenta anos. Afinal estão matando nossas crianças, nossos filhos!

Para quem não sabe o que são 300 milhões de reais, ressalto que, com essa quantia, podem ser

construídas 60 mil casas populares, que podem abrigar 300 mil brasileiros. Só com o que se gasta com juros diariamente, seria possível fazer 800 quilômetros de rodovias asfaltadas neste País ou construir seis grandes hospitais regionais para atendimento de alta e média complexidade, o que diminuiria o sofrimento do brasileiro que sofre de câncer, por exemplo, e tem de enfrentar filas para receber tratamento. Muitos esperam até seis meses.

Até quando vamos esperar que isso seja consertado? Acredito que este é o momento de mudar esse quadro.

Deputado Inocêncio Oliveira, quero cumprimentá-lo pela coragem, pelo destemor de assumir, em Pernambuco, a liderança de um movimento a favor de Ciro Gomes, candidato que tem experiência e é seu vizinho, um nordestino. Ciro Gomes é corajoso, destemido, preparado, capaz de realmente pôr este País no rumo certo, não permitindo que essa sangria praticada contra o povo brasileiro se perpetue. Estaremos juntos, nobre Líder Inocêncio Oliveira. No Pará, o povo está aderindo como nunca a essa candidatura, que, sem dúvida alguma, poderá tirar o Brasil dessa situação.

Sr. Presidente, votamos a favor, mas ressaltando que o Brasil não está sendo sangrado para pagar seus funcionários. Aliás, os pagamentos estão atrasados e os funcionários merecem receber melhores salários. Muitos não tiveram aumento salarial e nem todos obtiveram a necessária correção dos seus vencimentos. Com o novo Governo, se Deus quiser, as coisas entrarão nos eixos, e o Brasil sairá dessa condição de humilhação em que se encontra.

Às vezes, fico até com vergonha de ser brasileiro. Contudo, orgulhando-me do nosso magnífico povo, vou à luta até o final. É com a indignação de sempre que continuo na luta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse projeto de lei, que abre crédito suplementar de mais de 2 bilhões, destina-se ao atendimento de pessoal.

Como ainda não o tínhamos debatido na Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização, acompanhamos o parecer do Deputado Sérgio Miranda.

Lembramos que esse projeto, que vem atender aos servidores públicos, não é uma dívida do Presidente da República, até porque S.Exa. não o queria.

O Partido dos Trabalhadores, principalmente por intermédio dos Deputados Walter Pinheiro e Paulo Rocha, acompanhou os vários movimentos reivindicativos dos servidores públicos e concorda, primeiro, com o regime de urgência solicitado e, segundo,

com o parecer do Deputado Sérgio Miranda, que comparou a evolução da dívida e os gastos com serviços dessa mesma dívida e o gasto de pessoal.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, há muito tempo estamos chamando a atenção para a destruição do Estado, que passa, é lógico, pela destruição dos direitos dos servidores públicos, sejam esses direitos relativos a salário ou a previdência. E os dados trazidos pelo Deputado Sérgio, numa comparação com o Produto Interno Bruto, mostram claramente essa destruição de direitos, que aniquila o serviço público e que é o motivo de sua má qualidade.

Portanto, Sr. Presidente, o PT acompanha o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PPB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, refere-se esse crédito aos aumentos que aprovamos no final do semestre passado para os servidores públicos – e não o fizemos atendendo apenas a uma reivindicação dos partidos da Oposição. Afinal, os partidos da Situação têm consciência da necessidade de valorizar o servidor público, evidentemente dentro das limitações que o Orçamento impõe.

O custo total dessa ampliação de investimento no serviço público foi de 4 bilhões e 800 milhões de reais por ano. Estamos aqui aprovando crédito suplementar de 2 bilhões e 600 milhões de reais.

É evidente, Sr. Presidente, que ser Governo é estabelecer prioridades: ou se concede aumento ao servidor público ou se fazem estradas; ou se aumenta o salário mínimo ou se investe na saúde. O Governo tem procurado, segundo a forma que lhe parece mais adequada, investir. E tem conseguido colocar as crianças na escola; tem conseguido melhorar o sistema de saúde, especialmente com o programa Saúde da Família, que hoje presta atendimento a 50 milhões de brasileiros; tem investido no Bolsa-Escola e no Bolsa-Alimentação, tanto que o nosso IDH aumentou significativamente.

Este, portanto, é o dilema de ser Governo – e o estamos exercendo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o projeto, nos termos do parecer.

Em votação na Câmara.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação no Senado.

As Sras. e os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 34, DE 2002-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 2.606.057.783,00 para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Federal, da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho, da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Educação, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério da Justiça, do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério dos Transportes, do Ministério das Comunicações, do Ministério da Cultura, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Defesa, do Ministério da Integração Nacional, das Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 2.606.057.783,00 (dois bilhões, seiscentos e seis milhões, cinquenta e sete mil, setecentos e oitenta e três reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I - superávit financeiro da União apurado no Balanço Patrimonial de 2001, no valor de R\$ 1.616.516.341,00 (um bilhão, seiscentos e dezesseis milhões, quinhentos e dezesseis mil, trezentos e quarenta e um reais);

II - anulação de dotações orçamentárias constantes do Anexo II desta Lei, no valor de R\$ 989.541.442,00 (novecentos e oitenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e um mil, quatrocentos e quarenta e dois reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									782.867
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSEOES							782.867
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSEOES - NACIONAL							782.867
			S	I	P	90	0	351	782.867
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									782.867
TOTAL - GERAL									782.867

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S	G N	R P	M O	I U	F T	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									8.749.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							8.749.000
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							8.749.000
			S	I	P	90	0	351	8.749.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.749.000
TOTAL - GERAL									8.749.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F.	G N D.	R P	M O D.	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									4.700.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							4.700.000
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL	S	I	P	90	0	353	4.700.000
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL									5.700.000
		ATIVIDADES							
02 061	0569 4257	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL							5.700.000
02 061	0569 4257 0001	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL	F	I	P	90	0	100	5.700.000
TOTAL - FISCAL									5.700.000
TOTAL - SEGURIDADE									4.700.000
TOTAL - GERAL									10.400.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN	R	M	I	F	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									1.600.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							1.600.000
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL	S	I	P	90	0	353	1.600.000
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL									4.000.000
		ATIVIDADES							
02 061	0569 4257	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL							4.000.000
02 061	0569 4257 0001	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL	F	I	P	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									4.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									1.600.000
TOTAL - GERAL									5.600.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									244.835
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							244.835
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							244.835
			S	I	P	90	0	353	244.835
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									244.835
TOTAL - GERAL									244.835

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									1.402.911
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							1.402.911
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							1.402.911
			S	I	P	90	0	353	1.402.911
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.402.911
TOTAL - GERAL									1.402.911

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									592.121
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							592.121
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							592.121
			S	I	P	90	0	353	592.121
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									2.500.000
		ATIVIDADES							
02 061	0570 4271	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL							2.500.000
02 061	0570 4271 0001	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL							2.500.000
			F	I	P	90	0	100	2.500.000
TOTAL - FISCAL									2.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									592.121
TOTAL - GERAL									3.092.121

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									312.398
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							312.398
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							312.398
			S	I	P	90	0	353	312.398
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									312.398
TOTAL - GERAL									312.398

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									1.864.418
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							1.864.418
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							1.864.418
			S	I	P	90	0	353	1.864.418
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.864.418
TOTAL - GERAL									1.864.418

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									373.996
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							373.996
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							373.996
			S	1	P	90	0	353	373.996
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									373.996
TOTAL - GERAL									373.996

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									1.088.380
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							1.088.380
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							1.088.380
			S	I	P	90	0	353	1.088.380
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.088.380
TOTAL - GERAL									1.088.380

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									4.438.918
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							4.438.918
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							4.438.918
			S	1	P	90	0	353	4.438.918
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.438.918
TOTAL - GERAL									4.438.918

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									1.033.820
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							1.033.820
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							1.033.820
			S	I	P	90	0	353	1.033.820
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.033.820
TOTAL - GERAL									1.033.820

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									358.786
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							358.786
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							358.786
									358.786
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									358.786
TOTAL - GERAL									358.786

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									15.950
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							15.950
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							15.950
			S	I	P	90	0	353	15.950
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.950
TOTAL - GERAL									15.950

UNIDADE : 15102 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIAO - RIO DE JANEIRO

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									17.011.390
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							17.011.390
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							17.011.390
			S	I	P	90	0	353	17.011.390
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									17.011.390
TOTAL - GERAL									17.011.390

UNIDADE : 15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO - SAO PAULO

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									19.373.664
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							19.373.664
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							19.373.664
			S	I	P	90	0	353	19.373.664
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									19.373.664
TOTAL - GERAL									19.373.664

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									12.338.079
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							12.338.079
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							12.338.079
			S	I	P	90	0	353	12.338.079
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									12.338.079
TOTAL - GERAL									12.338.079

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									4.953.192
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							4.953.192
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							4.953.192
			S	I	P	90	0	353	4.953.192
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									19.924.032
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							19.924.032
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL							19.924.032
			F	I	P	90	0	100	19.924.032
TOTAL - FISCAL									19.924.032
TOTAL - SEGURIDADE									4.953.192
TOTAL - GERAL									24.877.224

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F I E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									4.508.320
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							4.508.320
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							4.508.320
			S	I	P	90	0	353	4.508.320
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									311.399
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							311.399
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL							311.399
			F	I	P	90	0	100	311.399
TOTAL - FISCAL									311.399
TOTAL - SEGURIDADE									4.508.320
TOTAL - GERAL									4.819.719

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									2.700.633
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							2.700.633
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							2.700.633
			S	1	P	90	0	353	2.700.633
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									13.273.889
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							13.273.889
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL							13.273.889
			F	1	P	90	0	100	13.273.889
TOTAL - FISCAL									13.273.889
TOTAL - SEGURIDADE									2.700.633
TOTAL - GERAL									15.974.522

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									858.493
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							858.493
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							858.493
			S	I	P	90	0	353	858.493
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									858.493
TOTAL - GERAL									858.493

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									381.173
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							381.173
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							381.173
			S	I	P	90	0	353	381.173
0571 PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA									53.039
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							53.039
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL							53.039
			F	I	P	90	0	100	53.039
TOTAL - FISCAL									53.039
TOTAL - SEGURIDADE									381.173
TOTAL - GERAL									434.212

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									695.465
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							695.465
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL	S	1	P	90	U	353	695.465
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									6.056.762
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							6.056.762
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL	F	1	P	90	0	100	6.056.762
TOTAL - FISCAL									6.056.762
TOTAL - SEGURIDADE									695.465
TOTAL - GERAL									6.752.227

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									337.562
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							337.562
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							337.562
			S	I	P	90	0	353	337.562
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									319.413
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							319.413
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL							319.413
			F	I	P	90	0	100	319.413
TOTAL - FISCAL									319.413
TOTAL - SEGURIDADE									337.562
TOTAL - GERAL									656.975

UNIDADE : 15122 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21A. REGIAO - RIO GRANDE DO NORTE

CREDITO SUPPLEMENTAR**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15123 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22A. REGIAO - PIAUI

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									151.799
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							151.799
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							151.799
			S	I	P	90	0	353	151.799
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									151.799
TOTAL - GERAL									151.799

FUNC.	PROGRAMATA	PROGRAMA/CAQ/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									279.877
09 272	0089 0396	OPERACOES ESPECIAIS							279.877
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							279.877
		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL	S	I	P	90	0	353	279.877
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									200.000
02 061	0571 4256	ATIVIDADES							200.000
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							200.000
		APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL	F	I	P	90	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									200.000
TOTAL - SEGURIDADE									279.877
TOTAL - GERAL									479.877

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									1.261.380
		ATIVIDADES							
04 122	0750 2025	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS							1.261.380
04 122	0750 2025 0001	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL							1.261.380
			F	I	P	90	0	100	1.261.380
TOTAL - FISCAL									1.261.380
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.261.380

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	R	P	M	O	D	I	U	FTE	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO													15.814.000
		OPERACOES ESPECIAIS											
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E											15.814.000
		PENSOES - SERVIDORES CIVIS											
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E											15.814.000
		PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL											
			S	I	P	90	0	351					15.814.000
0750 APOIO ADMINISTRATIVO													30.687.000
		ATIVIDADES											
20 122	0750 2025	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA											30.687.000
		UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS											
20 122	0750 2025 0001	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA											30.687.000
		UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL											
			F	I	P	90	0	100					30.687.000
TOTAL - FISCAL													30.687.000
TOTAL - SEGURIDADE													15.814.000
TOTAL - GERAL													46.501.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0489 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									2.548.006
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							2.548.006
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL							2.548.006
			S	I	P	90	0	333	2.548.006
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.548.006
TOTAL - GERAL									2.548.006

ORGAO : 24800 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24204 - COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									6.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							6.000.000
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL							6.000.000
			S	I	P	90	0	353	6.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.000.000
TOTAL - GERAL									6.000.000

ORGÃO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25104 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									91.708.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							91.708.000
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL							91.708.000
			S	1	P	90	0	353	91.708.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									91.708.000
TOTAL - GERAL									91.708.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS									27.010.201
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 846	0901 0022	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DEVIDA POR EMPRESAS PUBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA							27.010.201
28 846	0901 0022 0001	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DEVIDA POR EMPRESAS PUBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA - NACIONAL							27.010.201
			F	1	P	90	0	100	27.010.201
TOTAL - FISCAL									27.010.201
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									27.010.201

FUNC.		PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0045 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MEDIO										3.724.129
			ATIVIDADES							
12 362	0045 2991		FUNCIONAMENTO DO ENSINO MEDIO							3.724.129
12 362	0045 2991 0033		FUNCIONAMENTO DO ENSINO MEDIO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							3.724.129
				F	I	P	90	0	312	3.724.129
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO										3.276.925
			OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSEOES - SERVIDORES CIVIS							3.276.925
09 272	0089 0181 0033		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSEOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							3.276.925
				S	I	P	90	0	353	3.276.925
TOTAL - FISCAL										3.724.129
TOTAL - SEGURIDADE										3.276.925
TOTAL - GERAL										7.001.054

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									401.425
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2991	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							401.425
12 363	0044 2992 0013	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO AMAZONAS							401.425
			F	I	P	90	0	312	401.425
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									257.809
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS							257.809
09 272	0089 0181 0013	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO AMAZONAS							257.809
			S	I	P	90	0	353	257.809
TOTAL - FISCAL									401.425
TOTAL - SEGURIDADE									257.809
TOTAL - GERAL									659.234

TOTAL - GERAL	686.385
---------------	---------

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									515.558
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							515.558
12 363	0044 2992 0052	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE GOIAS							515.558
			F	I	P	90	0	312	515.558
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									351.676
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSEOES - SERVIDORES CIVIS							351.676
09 272	0089 0181 0052	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSEOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE GOIAS							351.676
			S	I	P	90	0	353	351.676
TOTAL - FISCAL									515.558
TOTAL - SEGURIDADE									351.676
TOTAL - GERAL									867.234

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									471.175
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							471.175
12 363	0044 2992 0031	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							471.175
			F	I	P	90	0	312	471.175
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									142.037
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS							142.037
09 272	0089 0181 0031	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							142.037
			S	I	P	90	0	353	142.037
TOTAL - FISCAL									471.175
TOTAL - SEGURIDADE									142.037
TOTAL - GERAL									613.212

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									501.723
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							501.723
12 363	0044 2992 0025	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA PARAIBA							501.723
			F	I	P	90	0	312	501.723
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									788.859
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							788.859
09 272	0089 0181 0025	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DA PARAIBA							788.859
			S	I	P	90	0	353	788.859
TOTAL - FISCAL									501.723
TOTAL - SEGURIDADE									788.859
TOTAL - GERAL									1.290.582

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									201.407
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							201.407
12 363	0044 2992 0026	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							201.407
			F	I	P	90	0	312	201.407
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									410.049
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							410.049
09 272	0089 0181 0026	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							410.049
			S	I	P	90	0	353	410.049
TOTAL - FISCAL									201.407
TOTAL - SEGURIDADE									410.049
TOTAL - GERAL									611.456

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									435.419
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							435.419
09 272	0089 0181 0033	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							435.419
			S	I	P	90	0	353	435.419
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									435.419
TOTAL - GERAL									435.419

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									542.592
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							542.592
12 363	0044 2992 0042	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							542.592
			F	I	P	90	0	312	542.592
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									294.961
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							294.961
09 272	0089 0181 0042	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							294.961
			S	I	P	90	0	353	294.961
TOTAL - FISCAL									542.592
TOTAL - SEGURIDADE									294.961
TOTAL - GERAL									837.553

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									256.856
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FI/NCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							256.856
12 363	0044 2992 0028	FUNCCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SERGIPE							256.856
			F	I	P	90	0	312	256.856
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									325.626
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							325.626
09 272	0089 0181 0028	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE SERGIPE							325.626
			S	I	P	90	0	353	325.626
TOTAL - FISCAL									256.856
TOTAL - SEGURIDADE									325.626
TOTAL - GERAL									582.482

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									4.085.054
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							4.085.054
12 364	0041 4009 0027	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE ALAGOAS							4.085.054
			F	I	P	90	0	312	4.085.054
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									5.588.812
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							5.588.812
09 272	0089 0181 0027	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE ALAGOAS							5.588.812
			S	I	P	90	0	353	5.588.812
TOTAL - FISCAL									4.085.054
TOTAL - SEGURIDADE									5.588.812
TOTAL - GERAL									9.673.866

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									1.486.965
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							1.486.965
12 364	0041 4009 0023	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO CEARA							1.486.965
			F	I	P	90	0	312	1.486.965
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									20.714.289
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							20.714.289
09 272	0089 0181 0023	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO CEARA							20.714.289
			S	I	P	90	0	353	20.714.289
TOTAL - FISCAL									1.486.965
TOTAL - SEGURIDADE									20.714.289
TOTAL - GERAL									22.201.254

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									7.820.331
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							7.820.331
12 364	0041 4009 0031	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							7.820.331
			F	I	P	90	0	312	7.820.331
0089 - PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									1.666.233
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							1.666.233
09 272	0089 0181 0031	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							1.666.233
			S	I	P	90	0	353	1.666.233
TOTAL - FISCAL									7.820.331
TOTAL - SEGURIDADE									1.666.233
TOTAL - GERAL									9.486.564

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									6.535.195
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							6.535.195
12 364	0041 4009 0015	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO PARA							6.535.195
			F	I	P	90	0	312	6.535.195
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									3.452.171
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							3.452.171
09 272	0089 0181 0015	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO PARA							3.452.171
			S	I	P	90	0	353	3.452.171
TOTAL - FISCAL									6.535.195
TOTAL - SEGURIDADE									3.452.171
TOTAL - GERAL									9.987.366

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN	R	M	I	F	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									5.144,369
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							5.144,369
09 272	0089 0181 0024	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							5.144,369
			S	1	P	90	0	353	5.144,369
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.144,369
TOTAL - GERAL									5.144,369

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									11.763.779
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							11.763.779
12 364	0041 4009 0033	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							11.763.779
			F	I	P	90	0	312	11.763.779
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									48.912.542
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							48.912.542
09 272	0089 0181 0033	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							48.912.542
			S	I	P	90	0	353	48.912.542
TOTAL - FISCAL									11.763.779
TOTAL - SEGURIDADE									48.912.542
TOTAL - GERAL									60.676.321

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									1.588.032
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							1.588.032
12 364	0041 4009 0033	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							1.588.032
			F	I	P	90	0	312	1.588.032
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									1.924.054
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							1.924.054
09 272	0089 0181 0033	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							1.924.054
			S	I	P	90	0	353	1.924.054
TOTAL - FISCAL									1.588.032
TOTAL - SEGURIDADE									1.924.054
TOTAL - GERAL									3.512.086

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									1.786.660
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							1.780.660
12 364	0041 4009 0015	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO PARA							1.780.660
			F	I	P	90	0	312	1.780.660
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									342.417
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							342.417
09 272	0089 0181 0015	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO PARA							342.417
			S	I	P	90	0	353	342.417
TOTAL - FISCAL									1.780.660
TOTAL - SEGURIDADE									342.417
TOTAL - GERAL									2.123.077

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									935.615
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							935.615
12 364	0041 4009 0031	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							935.615
			F	I	P	90	0	312	935.615
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									127.513
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							127.513
09 272	0089 0181 0031	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							127.513
			S	I	P	90	0	353	127.513
TOTAL - FISCAL									935.615
TOTAL - SEGURIDADE									127.513
TOTAL - GERAL									1.063.128

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									1.629.588
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							1.629.588
12 364	0041 4009 0031	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							1.629.588
			F	I	P	90	0	312	1.629.588
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									697.584
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							697.584
09 272	0089 0181 0031	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							697.584
			S	I	P	90	0	353	697.584
TOTAL - FISCAL									1.629.588
TOTAL - SEGURIDADE									697.584
TOTAL - GERAL									2.327.172

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									815.330
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							815.330
12 364	0041 4009 0031	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							815.330
			F	I	P	90	0	312	815.330
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									259.923
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS							259.923
09 272	0089 0181 0031	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							259.923
			S	I	P	90	0	353	259.923
TOTAL - FISCAL									815.330
TOTAL - SEGURIDADE									259.923
TOTAL - GERAL									1.075.253

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									5.193.217
12 364	0041 4009	ATIVIDADES							5.193.217
12 364	0041 4009 0035	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							5.193.217
		FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE SAO PAULO	F	I	P	90	0	312	5.193.217
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									1.436.293
09 272	0089 0181	OPERACOES ESPECIAIS							1.436.293
09 272	0089 0181 0035	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSORES - SERVIDORES CIVIS							1.436.293
		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSORES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	I	P	90	0	353	1.436.293
TOTAL - FISCAL									5.193.217
TOTAL - SEGURIDADE									1.436.293
TOTAL - GERAL									6.629.510

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									522.137
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							522.137
12 364	0041 4009 0024	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							522.137
			F	I	P	90	0	312	522.137
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									1.324.347
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							1.324.347
09 272	0089 0181 0024	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							1.324.347
			S	I	P	90	0	353	1.324.347
TOTAL - FISCAL									522.137
TOTAL - SEGURIDADE									1.324.347
TOTAL - GERAL									1.846.484

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	IU	FT	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									1.032.002
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							1.032.002
12 364	0041 4009 0011	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE RONDONIA							1.032.002
			F	I	P	90	0	312	1.032.002
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									318.358
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							318.358
09 272	0089 0181 0011	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE RONDONIA							318.358
			S	I	P	90	0	353	318.358
TOTAL - FISCAL									1.032.002
TOTAL - SEGURIDADE									318.358
TOTAL - GERAL									1.350.360

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									1.567.490
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							1.567.490
12 364	0041 4009 0013	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO AMAZONAS							1.567.490
			F	I	P	90	0	312	1.567.490
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									1.306.761
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSEOS - SERVIDORES CIVIS							1.306.761
09 272	0089 0181 0013	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSEOS - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO AMAZONAS							1.306.761
			S	I	P	90	0	353	1.306.761
TOTAL - FISCAL									1.567.490
TOTAL - SEGURIDADE									1.306.761
TOTAL - GERAL									2.874.251

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									706.394
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							706.394
12 364	0041 4009 0021	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO MARANHAO	F	I	P	90	0	312	706.394
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									7.129.340
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							7.129.340
09 272	0089 0181 0021	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO MARANHAO	S	I	P	90	0	353	7.129.340
TOTAL - FISCAL									706.394
TOTAL - SEGURIDADE									7.129.340
TOTAL - GERAL									7.835.734

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	L	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									6.199.958
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							6.199.958
12 364	0041 4009 0031	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							6.199.958
			F	I	P	90	0	312	6.199.958
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									1.804.148
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							1.804.148
09 272	0089 0181 0031	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							1.804.148
			S	I	P	90	0	353	1.804.148
TOTAL - FISCAL									6.199.958
TOTAL - SEGURIDADE									1.804.148
TOTAL - GERAL									8.004.106

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									5.421.296
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCAONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							5.421.296
12 364	0041 4009 0051	FUNCAONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MATO GROSSO							5.421.296
			F	i	P	90	0	312	5.421.296
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									1.471.797
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							1.471.797
09 272	0089 0181 0051	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MATO GROSSO							1.471.797
			S	I	P	90	0	353	1.471.797
TOTAL - FISCAL									5.421.296
TOTAL - SEGURIDADE									1.471.797
TOTAL - GERAL									6.893.093

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									2.526.090
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							2.526.090
12 364	0041 4009 0043	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							2.526.090
			F	I	P	90	0	312	2.526.090
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									1.380.798
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							1.380.798
09 272	0089 0181 0043	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							1.380.798
			S	I	P	90	0	353	1.380.798
TOTAL - FISCAL									2.526.090
TOTAL - SEGURIDADE									1.380.798
TOTAL - GERAL									3.906.888

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									2.795.377
12 364	0041 4009	ATIVIDADES							2.795.377
12 364	0041 4009 0035	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							2.795.377
		FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE SAO PAULO	F	I	P	90	0	312	2.795.377
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									833.039
09 272	0089 0181	OPERACOES ESPECIAIS							833.039
09 272	0089 0181 0035	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							833.039
		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	I	P	90	0	353	833.039
TOTAL - FISCAL									2.795.377
TOTAL - SEGURIDADE									833.039
TOTAL - GERAL									3.628.416

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									280.805
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							280.805
12 364	0041 4009 0043	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							280.805
			F	I	P	90	0	312	280.805
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									109.829
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							109.829
09 272	0089 0181 0043	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							109.829
			S	I	P	90	0	353	109.829
TOTAL - FISCAL									280.805
TOTAL - SEGURIDADE									109.829
TOTAL - GERAL									390.634

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									839.082
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							839.082
12 364	0041 4009 0031	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							839.082
			F	I	P	90	0	312	839.082
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									166.699
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							166.699
09 272	0089 0181 0031	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							166.699
			S	I	P	90	0	353	166.699
TOTAL - FISCAL									839.082
TOTAL - SEGURIDADE									166.699
TOTAL - GERAL									1.005.781

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26286 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									737.284
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							737.284
12 364	0041 4009 0016	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO AMAPA							737.284
			F	I	P	90	0	312	737.284
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									8.083
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							8.083
09 272	0089 0181 0016	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO AMAPA							8.083
			S	I	P	90	0	353	8.083
TOTAL - FISCAL									737.284
TOTAL - SEGURIDADE									8.083
TOTAL - GERAL									745.367

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									142.988
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							142.988
09 272	0089 0181 0053	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO DISTRITO FEDERAL							142.988
			S	I	P	90	0	353	142.988
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									314.824
		ATIVIDADES							
12 122	0750 2025	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS							314.824
12 122	0750 2025 0053	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NO DISTRITO FEDERAL							314.824
			F	I	P	90	0	100	314.824
TOTAL - FISCAL									314.824
TOTAL - SEGURIDADE									142.988
TOTAL - GERAL									457.812

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0046 HOSPITAIS DE ENSINO									6.941.033
		ATIVIDADES							
12 303	0046 4010	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL A POPULACAO							6.941.033
12 302	0046 4010 0043	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL A POPULACAO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							6.941.033
			S	I	P	90	0	100	6.941.033
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.941.033
TOTAL - GERAL									6.941.033

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									697.057
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							697.057
12 364	0041 4009 0029	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DA BAHIA							697.057
			F	I	P	90	0	312	697.057
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									385.917
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							385.917
09 272	0089 0181 0029	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DA BAHIA							385.917
			S	I	P	90	0	353	385.917
TOTAL - FISCAL									697.057
TOTAL - SEGURIDADE									385.917
TOTAL - GERAL									1.082.974

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									171.783
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							171.783
12 363	0044 2992 0043	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							171.783
			F	I	P	90	0	312	171.783
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									34.390
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							34.390
09 272	0089 0181 0043	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							34.390
			S	I	P	90	0	353	34.390
TOTAL - FISCAL									171.783
TOTAL - SEGURIDADE									34.390
TOTAL - GERAL									206.173

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									159.551
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							159.551
12 363	0044 2992 0031	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							159.551
			F	I	P	90	0	312	159.551
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									98.431
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 9181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSEOS - SERVIDORES CIVIS							98.431
09 272	0089 9181 0031	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSEOS - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							98.431
			S	I	P	90	0	353	98.431
TOTAL - FISCAL									159.551
TOTAL - SEGURIDADE									98.431
TOTAL - GERAL									257.982

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									92.327
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							92.327
12 363	0044 2992 0026	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							92.327
			F	I	P	90	0	312	92.327
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									120.748
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							120.740
09 272	0089 0181 0026	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							120.740
			S	I	P	90	0	353	120.740
TOTAL - FISCAL									92.327
TOTAL - SEGURIDADE									120.740
TOTAL - GERAL									213.067

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									411.777
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							411.777
12 363	0044 2992 0043	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							411.777
			F	I	P	90	0	312	411.777
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									124.763
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS							124.763
09 272	0089 0181 0043	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							124.763
			S	I	P	90	0	333	124.763
TOTAL - FISCAL									411.777
TOTAL - SEGURIDADE									124.763
TOTAL - GERAL									536.540

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									95.995
12 363	0044 2992	ATIVIDADES							95.995
12 363	0044 2992 0015	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							95.995
		FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO PARA	F	I	P	90	0	312	95.995
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									96.806
09 272	0089 0181	OPERACOES ESPECIAIS							96.806
09 272	0089 0181 0015	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							96.806
		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO PARA	S	I	P	90	0	353	96.806
TOTAL - FISCAL									95.995
TOTAL - SEGURIDADE									96.806
TOTAL - GERAL									192.801

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									170.831
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							170.831
09 272	0089 0181 0023	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO CEARA							170.831
			S	I	P	90	0	353	170.831
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									170.831
TOTAL - GERAL									170.831

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									417.891
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							417.891
12 363	0044 2992 0023	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO CEARA							417.891
			F	I	P	90	0	312	417.891
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									261.563
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS							261.563
09 272	0089 0181 0023	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO CEARA							261.563
			S	I	P	90	0	353	261.563
TOTAL - FISCAL									417.891
TOTAL - SEGURIDADE									261.563
TOTAL - GERAL									679.454

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FLUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0844 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									224.667
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							224.667
12 363	0044 2992 0031	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							224.667
			F	I	P	90	0	312	224.667
0889 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									89.639
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSEOS - SERVIDORES CIVIS							89.639
09 272	0089 0181 0031	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSEOS - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							89.639
			S	I	P	90	0	333	89.639
TOTAL - FISCAL									224.667
TOTAL - SEGURIDADE									89.639
TOTAL - GERAL									314.306

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									68.376
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							68.376
12 363	0044 2992 0013	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO AMAZONAS							68.376
			F	I	P	90	0	312	68.376
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									75.599
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS							75.599
09 272	0089 0181 0013	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO AMAZONAS							75.599
			S	I	P	90	0	353	75.599
TOTAL - FISCAL									68.376
TOTAL - SEGURIDADE									75.599
TOTAL - GERAL									143.975

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									850.061
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							850.061
12 363	0044 2992 0026	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							850.061
									850.061
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									3.600
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS							3.000
09 272	0089 0181 0026	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							3.000
									3.000
TOTAL - FISCAL									850.061
TOTAL - SEGURIDADE									3.000
TOTAL - GERAL									853.061

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									262.486
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							262.486
12 363	0044 2992 0052	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE GOIAS							262.486
			F	I	P	90	0	312	262.486
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									56.922
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							56.922
09 272	0089 0181 0052	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE GOIAS							56.922
			S	I	P	90	0	333	56.922
TOTAL - FISCAL									262.486
TOTAL - SEGURIDADE									56.922
TOTAL - GERAL									319.408

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26327 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SANTA TERESA, ES

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									259.181
		ATIVIDADES							
11 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							259.181
12 363	0044 2992 0032	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							259.181
			F	I	P	90	0	312	259.181
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									293.419
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							293.419
09 272	0089 0181 0032	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							293.419
			S	I	P	90	0	353	293.419
TOTAL - FISCAL									259.181
TOTAL - SEGURIDADE									293.419
TOTAL - GERAL									552.600

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									312.969
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							312.969
12 363	0044 2992 0031	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							312.969
			F	I	P	90	0	312	312.969
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									41.350
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							41.350
09 272	0089 0181 0031	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							41.350
			S	I	P	90	0	353	41.350
TOTAL - FISCAL									312.969
TOTAL - SEGURIDADE									41.350
TOTAL - GERAL									354.319

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									38.003
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							38.003
12 363	0044 2992 0043	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							38.003
			F	I	P	90	0	312	38.003
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									45.101
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSEOS - SERVIDORES CIVIS							45.101
09 272	0089 0181 0043	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSEOS - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							45.101
			S	I	P	90	0	353	45.101
TOTAL - FISCAL									38.003
TOTAL - SEGURIDADE									45.101
TOTAL - GERAL									83.104

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	TOTAL
			S	N	P	O	U	T	
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									154.524
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCAONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							154.524
12 363	0044 2992 0043	FUNCAONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							154.524
									154.524
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									70.431
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							70.431
09 272	0089 0181 0043	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							70.431
									70.431
TOTAL - FISCAL									154.524
TOTAL - SEGURIDADE									70.431
TOTAL - GERAL									224.955

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									435.440
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							435.440
12 363	0044 2992 0031	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							435.440
			F	1	P	90	0	312	435.440
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									80.830
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS							80.830
09 272	0089 0181 0031	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							80.830
			S	1	P	90	0	353	80.830
TOTAL - FISCAL									435.440
TOTAL - SEGURIDADE									80.830
TOTAL - GERAL									516.270

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									268.283
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							268.283
12 363	0044 2992 0052	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE GOIAS							268.283
			F	1	P	90	0	312	268.283
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									72.642
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							72.642
09 272	0089 0181 0052	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE GOIAS							72.642
			S	1	P	90	0	353	72.642
TOTAL - FISCAL									268.283
TOTAL - SEGURIDADE									72.642
TOTAL - GERAL									340.925

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26338 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE VITORIA DE SANTO ANTAO - PE

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR:

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									250.018
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							250.018
12 363	0044 2992 0026	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							250.018
			F	I	P	90	0	312	250.018
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									85.123
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E							85.123
		PENSOES - SERVIDORES CIVIS							
09 272	0089 0181 0026	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							85.123
			S	I	P	90	0	353	85.123
TOTAL - FISCAL									250.018
TOTAL - SEGURIDADE									85.123
TOTAL - GERAL									335.141

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26339 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									815
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							815
09 272	0089 0181 0013	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO AMAZONAS							815
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									815
TOTAL - GERAL									815

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									225.928
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							225.928
12 363	0044 2992 0021	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO MARANHAO							225.928
			F	1	P	90	0	312	225.928
TOTAL - FISCAL									225.928
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									225.928

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									354.975
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							354.975
12 363	0044 2992 0042	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							354.975
			F	I	P	90	0	312	354.975
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									12.471
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSEOES - SERVIDORES CIVIS							12.471
09 272	0089 0181 0042	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSEOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							12.471
			S	I	P	90	0	353	12.471
TOTAL - FISCAL									354.975
TOTAL - SEGURIDADE									12.471
TOTAL - GERAL									367.446

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									226.366
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							226.366
12 363	0044 2992 0029	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA BAHIA							226.366
			F	I	P	90	0	312	226.366
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									2.662
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							2.662
09 272	0089 0181 0029	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DA BAHIA							2.662
			S	I	P	90	0	353	2.662
TOTAL - FISCAL									226.366
TOTAL - SEGURIDADE									2.662
TOTAL - GERAL									229.028

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									1.376.769
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E							1.376.769
		PENSOES - SERVIDORES CIVIS							
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E							1.376.769
		PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL							
			S	I	P	90	0	351	1.376.769
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									600.000
		ATIVIDADES							
22 122	0750 2025	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA							600.000
		UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS							
22 122	0750 2025 0101	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA							600.000
		UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NO							
		MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ							
			F	I	P	90	0	100	600.000
TOTAL - FISCAL									600.000
TOTAL - SEGURIDADE									1.376.769
TOTAL - GERAL									1.976.769

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									112.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E							112.000.000
		PENSOES - SERVIDORES CIVIS							
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E							112.000.000
		PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL							
			S	I	P	90	0	351	112.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									112.000.000
TOTAL - GERAL									112.000.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									2.995.109
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							2.995.109
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL							2.995.109
			S	I	P	90	0	353	2.995.109
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									4.600.000
		ATIVIDADES							
10 122	0750 2025	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS							4.600.000
10 122	0750 2025 0001	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL							4.600.000
			S	I	P	90	0	100	4.600.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.595.109
TOTAL - GERAL									7.595.109

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									20.022
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							20.022
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	S	I	P	90	0	353	20.022
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									20.022
TOTAL - GERAL									20.022

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									9.987.700
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							9.987.700
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL							9.987.700
			S	I	P	90	0	353	9.987.700
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.987.700
TOTAL - GERAL									9.987.700

1.000.000

12,994.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									655.669
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							655.669
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL							655.669
			S	I	P	90	0	353	655.669
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									655.669
TOTAL - GERAL									655.669

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									1.518.181
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							1.518.181
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL							1.518.181
			S	I	P	90	0	353	1.518.181
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.518.181
TOTAL - GERAL									1.518.181

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									8.323.083
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							8.323.083
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL							8.323.083
			S	I	P	90	0	353	8.323.083
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.323.083
TOTAL - GERAL									8.323.083

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									9.155.391
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							9.155.391
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL							9.155.391
			S	1	P	90	0	353	9.155.391
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.155.391
TOTAL - GERAL									9.155.391

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									4.161.541
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							4.161.541
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL							4.161.541
			S	I	P	90	0	353	4.161.541
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									2.000.000
		ATIVIDADES							
04 122	0750 2025	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS							2.000.000
04 122	0750 2025 0001	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL							2.000.000
			F	I	P	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									4.161.541
TOTAL - GERAL									6.161.541

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									211.691.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0053	PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS							211.691.000
09 272	0089 0053 0003	PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DE RONDONIA							24.628.000
09 272	0089 0053 0005	PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DE RORAIMA	S	I	P	90	0	351	24.628.000 4.922.000
09 272	0089 0053 0007	PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DO AMAPA	S	I	P	90	0	351	4.922.000 46.591.000
09 272	0089 0053 0009	PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DO ACRE	S	I	P	90	0	351	46.591.000 4.340.000
09 272	0089 0053 0101	PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO ESTADO DA GUANABARA	S	I	P	90	0	351	4.340.000 131.210.000
			S	I	P	30	0	351	131.210.000
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									83.732.000
		ATIVIDADES							
04 122	0750 2087	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS							83.732.000
04 122	0750 2087 0005	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DO AMAPA							38.041.000
04 122	0750 2087 0007	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DE RORAIMA	F	I	P	90	0	100	38.041.000 23.879.000
04 122	0750 2087 0009	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO TERRITORIO DE RONDONIA	F	I	P	90	0	100	23.879.000 21.772.000
04 122	0750 2087 0101	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS - EXTINTO ESTADO DA GUANABARA	F	I	P	90	0	100	21.772.000 40.000
			F	I	P	30	0	100	40.000
TOTAL - FISCAL									83.732.000
TOTAL - SEGURIDADE									211.691.000
TOTAL - GERAL									295.423.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA									191.978.279
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 845	0903 0032	ENCARGOS COM A MANUTENCAO DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL (CF, ART. 21)							51.167.311
28 845	0903 0032 0053	ENCARGOS COM A MANUTENCAO DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL (CF, ART. 21) - NO DISTRITO FEDERAL							51.167.311
28 845	0903 0036	MANUTENCAO DA POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (CF, ART. 21)	F	I	P	30	0	100	51.167.311
28 845	0903 0036 0053	MANUTENCAO DA POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (CF, ART. 21) - NO DISTRITO FEDERAL							68.832.080
28 845	0903 0037	MANUTENCAO DA POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (CF, ART. 21)	F	I	P	30	0	100	68.832.080
28 845	0903 0037 0053	MANUTENCAO DA POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (CF, ART. 21) - NO DISTRITO FEDERAL							30.547.295
28 845	0903 0038	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL (CF, ART. 21)	F	I	P	30	0	100	30.547.295
28 845	0903 0038 0053	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL (CF, ART. 21) - NO DISTRITO FEDERAL							1.856.947
28 845	0903 0041	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DO SISTEMA DE SEGURANCA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL (CF, ART. 21)	F	I	P	30	0	100	1.856.947
28 845	0903 0041 0053	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DO SISTEMA DE SEGURANCA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL (CF, ART. 21) - NO DISTRITO FEDERAL							39.574.646
			S	I	P	30	0	100	39.574.646
0904 OPERACOES ESPECIAIS: OUTRAS TRANSFERENCIAS									6.181.787
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 845	0904 0033	MANUTENCAO DOS SERVICOS EDUCACIONAIS DO DISTRITO FEDERAL							6.181.787
28 845	0904 0033 0053	MANUTENCAO DOS SERVICOS EDUCACIONAIS DO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL							6.181.787
			F	I	P	30	0	100	6.181.787
TOTAL - FISCAL									158.585.420
TOTAL - SEGURIDADE									39.574.646
TOTAL - GERAL									198.160.066

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0796 INFORMACOES ESTATISTICAS E GEOGRAFICAS									14.283.803
		PROJETOS							
04 121	0796 1791	IMPLANTACAO DA PESQUISA MENSAL DE EMPREGO NACIONAL							4.408.884
04 121	0796 1791 0001	IMPLANTACAO DA PESQUISA MENSAL DE EMPREGO NACIONAL - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	4.408.884
04 121	0796 1793	IMPLANTACAO DO INDICE DE PRECOS AO PRODUTOR							742.434
04 121	0796 1793 0001	IMPLANTACAO DO INDICE DE PRECOS AO PRODUTOR - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	742.434
		ATIVIDADES							
04 121	0796 2228	PESQUISAS ESTRUTURAIS DA AREA SOCIO-DEMOGRAFICA							1.881.818
04 121	0796 2228 0001	PESQUISAS ESTRUTURAIS DA AREA SOCIO-DEMOGRAFICA - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	1.881.818
04 121	0796 4227	PESQUISAS CONJUNTURAIS							1.883.670
04 121	0796 4227 0001	PESQUISAS CONJUNTURAIS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	1.883.670
04 121	0796 4228	PESQUISAS ESTRUTURAIS DA AREA ECONOMICA							1.656.435
04 121	0796 4228 0001	PESQUISAS ESTRUTURAIS DA AREA ECONOMICA - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	1.656.435
		PROJETOS							
04 121	0796 7547	PESQUISA DE ORCAMENTOS FAMILIARES							3.710.562
04 121	0796 7547 0001	PESQUISA DE ORCAMENTOS FAMILIARES - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	3.710.562
TOTAL - FISCAL									14.283.803
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.283.803

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA									25.977.922
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 845	0903 0038	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL (CF. ART. 21)							20.882.911
28 845	0903 0038 0053	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL (CF. ART. 21) - NO DISTRITO FEDERAL	F	4	P	30	0	100	20.882.911
28 845	0903 0417	IMPLANTACAO DE SISTEMA ELETRONICO DE MONITORAMENTO A SEGURANCA DE BRASILIA (CF. ART. 21)							5.095.011
28 845	0903 0417 0053	IMPLANTACAO DE SISTEMA ELETRONICO DE MONITORAMENTO A SEGURANCA DE BRASILIA (CF. ART. 21) - NO DISTRITO FEDERAL	F	3	P	30	0	100	3.595.011
			F	4	P	30	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									25.977.922
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									25.977.922

O SR. JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir preferência para votar o Item 43, que trata da subvenção para o estoque de álcool no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Faço um apelo ao Plenário no sentido de que concorde com

esse pedido de preferência, não só pela importância do projeto, mas em razão de problema pessoal do Senador Jonas Pinheiro.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 50 ,DE 2002

**Preferência para apreciação de
matéria antes de outras**

**Nos termos do Regimento Interno, requero
preferência para PLN 43, de 2002**

Sala das Sessões, em 07/08/2002

Inocência Oliveira

Líder do PFL

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento na Câmara.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa requerimento de urgência.

É lido o seguinte:

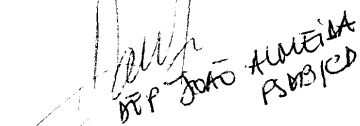
REQUERIMENTO Nº 51, DE 2002-CN

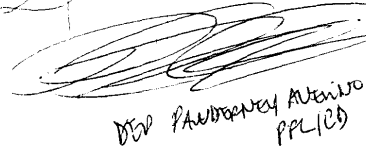
Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

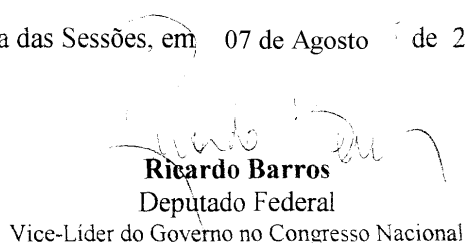
Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do PLN nº 43/02 que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 500.000.000,00 para os fins que especifica”, na presente Sessão.

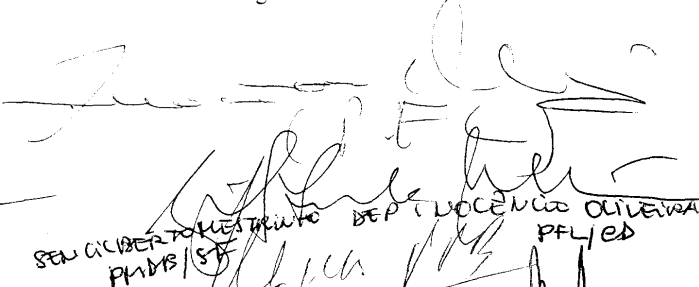
Sala das Sessões, em 07 de Agosto de 2002.

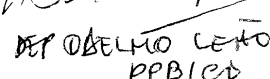

SEN. ROMERO JUCÁ
PSDB/SF

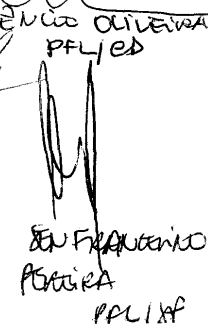

DEP. JOÃO ALMEIDA
PSDB/CD


DEP. PAULO SÉRGIO AZEITEIRO
PFL/CD


Ricardo Barros
Deputado Federal
Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional


SEN. CIDREIRA
PMDB/SF


DEP. ODELMO NETO
PPB/CD


SEN. FRANCISCO
PEREIRA
PFL/SF

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento na Câmara.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos à apreciação da matéria.

“Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 43, de 2002, que ‘Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), para os fins que especifica’”.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro, para proferir parecer ao projeto.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, esses recursos provêm do cancelamento da dívida interna decorrente do Processo de Prestação de Contas da Conta Petróleo, Derivados e Álcool, a antiga PPE. São 500 milhões destinados, conforme a CIDE, para suporte às políticas públicas de combustível no Brasil, no caso em particular para financiar o estoque de álcool.

Sabemos todos que a produção do álcool é muito alta, e esse estoque em excesso acarreta a diminuição do preço do produto. Solicitamos ao Governo – e houve concordância – seja esse dinheiro destinado à redução do estoque.

O nosso voto, Sr. Presidente, é plenamente favorável, porque se trata de caso urgente e relevante.

É o seguinte o parecer na íntegra:

COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PARECER Nº, DE 2002 -CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO,
sobre o Projeto de Lei nº 43, de 2002-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no

valor de R\$500.000.000,00 para os fins que especifica”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: **Senador Jonas Pinheiro**

I – Apreciação

I.1 – Histórico

O Presidente da República, no uso da prerrogativa que lhe confere o **caput** do art. 61 da Constituição Federal, mediante a Mensagem nº 158, de 2002-CN (nº 689/2002, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 43, de 2002-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$500.000.000,00 para os fins que especifica”.

Os recursos necessários ao acréscimo de programação decorrerão do cancelamento de dotação na ação “Dívida Interna Decorrente da Conta Petróleo, Derivados e Álcool (MP nº 2.103, de 2001)”, pertencente à programação do órgão Encargos Financeiros da União.

Conforme consta da Exposição de Motivos nº 257/MP, de 5 de agosto de 2002, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a Mensagem, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, criando a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE com o objetivo de dar suporte às políticas públicas para os combustíveis no Brasil. O produto da arrecadação dessa contribuição será

destinado ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, dentre outros fins.

Ainda segundo a citada Exposição de Motivos, o referido diploma legal foi complementado pela Lei nº 10.453, de 13 de maio de 2002, que definiu os instrumentos a serem utilizados na gestão de políticas públicas para o álcool combustível, destacando-se o financiamento de estoques.

Como a criação dos referidos instrumentos foi posterior à aprovação da Lei Orçamentária de 2002, sua operacionalização está condicionada à suplementação de recursos mediante crédito especial.

Ao presente Projeto de Lei não foram apresentadas emendas.

I.2 – Análise

O referido crédito encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais, legais e regimentais pertinentes à matéria, especialmente o art. 167, inciso V,

da Constituição e os arts. 41, inciso II, e 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Cumpra-se observar que o projeto em exame está elaborado em boa técnica legislativa e afigura-se meritório.

É o relatório.

II – Voto

Diante do exposto, e tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade e mérito do Projeto de Lei em exame, votamos pela aprovação do Projeto de

Lei nº 43, de 2002-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de de 2002. – Deputado **José Carlos Aleluia**, _ Presidente, Senador **Jonas Pinheiro**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o projeto na Câmara, nos termos do parecer.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 43, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 500.000.000,00 para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) crédito especial no valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), em favor de Encargos Financeiros da União, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária, indicada no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Trata-se, Sr. Presidente, de projeto devidamente acordado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na condição de Líder do Partido da Frente Liberal, peço preferência para o PL nº 45, cujo Relator é o ilustre Deputado Santos Filho. S.Exa. já perdeu dois vôos, e o último avião sai agora, às 21h.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 52, DE 2002

Preferência para apreciação de matéria antes de outras,

Nos termos do Regimento Interno,
requero preferência para o PLN 45, DE 2002.

Sala das Sessões, em

08/08/2002

Inocência de Oliveira, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento de preferência na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa requerimento de urgência, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

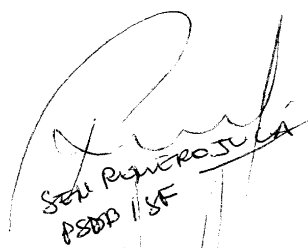
É lido o seguinte:

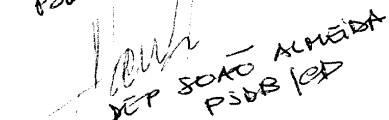
REQUERIMENTO Nº53, DE 2002 - CN

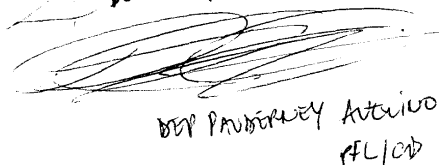
Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

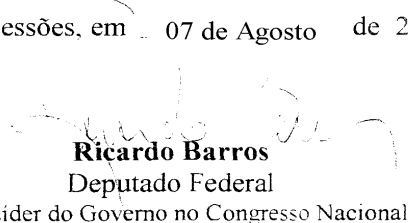
Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do PLN nº 45/02 que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de R\$ 209.280.539,00 para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”, na presente Sessão.

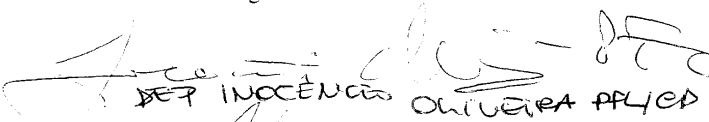
Sala das Sessões, em 07 de Agosto de 2002.

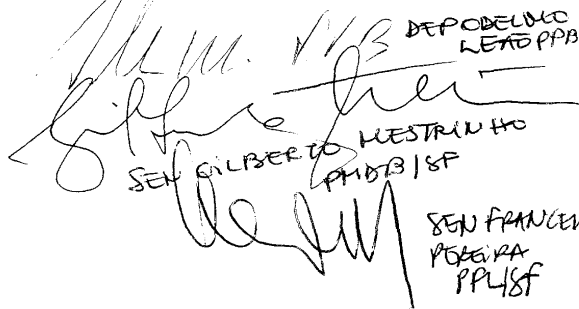

SEN. RAMEZ TEBET
PSDB/RS

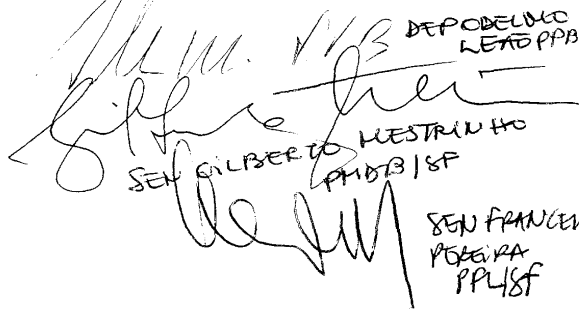

DEP. JOÃO ALMEIDA
PSDB/CE


DEP. PROFERNEY ANTUNES
PFL/CE


Ricardo Barros
Deputado Federal
Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional


DEP. INOCÊNCIA OLIVEIRA
PFL/CE


SEN. GILBERTO MESTRINHO
PMDB/SP


SEN. FRANCISCO PEREIRA
PPL/SP

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento de urgência na Câmara do Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, vamos à apreciação da matéria.

O SR. SANTOS FILHO – Sr. Presidente, peço a palavra para proferir parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SANTOS FILHO (Bloco/PFL – PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o Projeto de Lei nº 45 abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de R\$209.280.539,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

Os recursos necessários à abertura desse crédito suplementar decorrerão, conforme indicado no projeto, da anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$109.108.068,00, dos quais R\$103.108.068,00 são da Reserva de Contingência do superávit financeiro da União, e do apurado no balanço patrimonial de 2001, no valor de R\$100.172.471,00.

A Exposição de Motivos nº 254, de 2 de agosto de 2002, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informa que, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, esse crédito se destina à recomposição cambial dos recursos orçamentários voltados ao seu custeio. Com relação ao Ministério da Justiça, destina-se esse crédito ao custeio de operações policiais relativas à proteção de candidatos a cargos eletivos, à apuração de crimes eleitorais, à promoção da segurança em eventos públicos durante o processo eleitoral de 2002 e dentre outros, à conclusão de obras a cargo da Superintendência Regional de São Paulo, bem como à construção de cinco penitenciárias

federais e ao reaparelhamento de estabelecimentos penais.

Não foram apresentadas emendas.

Voto

Considerando que não colide com a disposição da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e seu detalhamento e se encontra conforme as exigências legais e os princípios da boa técnica orçamentária, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 45, de 2002, do Congresso Nacional, nos termos do Executivo.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2002 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 45, de 2002-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de R\$209.280.539,00 para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”.

Relator: Deputado **Santos Filho**

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 160, de 2002-CN (nº 691/2002, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei abrindo ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de R\$209.280.539,00 (duzentos e nove milhões, duzentos e oitenta mil, quinhentos e trinta e nove reais), para atender às despesas constantes do Anexo I do Projeto de Lei em epígrafe.

Os recursos necessários à abertura do crédito suplementar decorrerão, conforme indicado no projeto, da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$109.108.068,00, dos quais R\$103.108.068,00 da Reserva de Contingência, e do superávit financeiro da União apurado no Balanço Patrimonial de 2001, no valor de R\$100.172.471,00.

A Exposição de Motivos nº 254/MP, de 2-8-2002, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informa que os recursos destinam-se, quanto ao Ministério das Relações Exteriores, à recomposição cambial dos recursos orçamentários voltados ao seu custeio, e, com relação ao Ministério da Justiça, “ao custeio de operações policiais relativas a proteção de candidatos a cargos eletivos, à apuração de crimes eleitorais, à promoção da segurança em eventos públicos, durante o processo eleitoral de 2002”, dentre outros, e para conclusão de obras, a cargo da Superintendência Regional de São Paulo, bem como para a construção de cinco penitenciárias federais e ao reaparelhamento de estabelecimentos penais.

II – Emendas

Não foram apresentadas emendas.

III – Voto

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, não ferindo, tampouco, a quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, e seu detalhamento acha-se conforme às exigências legais e aos princípios da boa técnica orçamentária, Somos pela Aprovação do Projeto de Lei nº 45, de 2002-CN, nos termos do Executivo.

Sala da Comissão, 7 agosto de 2002. _ Deputado **Santos Filho**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer conclui pela aprovação do projeto.

Em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com referência a esse projeto também há superávit financeiro, ou seja, o Governo quer gastar neste ano o que deixou de gastar no ano passado.

Há ainda questão de metodologia. Se existe dinheiro – essa receita vem originariamente de 2001 –, ele deveria entrar como receita neste exercício, não alterando o superávit primário. O superávit primário do ano passado, em torno de 40 bilhões, elevou o superávit financeiro de 2002 para 80 bilhões de reais. É o que as autoridades chamam de colchão de liquidez.

Sabe V.Exa., Sr. Presidente, o que está acontecendo? Está saindo hoje de Mato Grosso um “caminhão” de 500 caminhões, pela Cuiabá–Santarém – vão chegar a Santarém no sábado, dia 10 –, em protesto contra este Governo, que, em 1994, quando lá foi pedir votos, assumiu o compromisso de asfaltar essa estrada e praticamente nada fez. Sabe V.Exa. quantos irmãos nossos moram isolados na região? Mais de 200 mil brasileiros na Cuiabá–Santarém e mais 300 mil na Transamazônica. Com a aprovação desse projeto, logicamente estamos autorizando o corte de investimentos.

Graças a Deus, este Governo, em que não acredito mais, está terminando. Chega de Governos incompetentes neste País! Está na hora de chegar ao poder alguém que tenha responsabilidade com o povo brasileiro.

Estamos votando favoravelmente à matéria porque a verba se destina à Polícia Federal e às penitenciárias. Este País vive clima de caos, de verdadeira loucura. Não se investiu nada, todo o dinheiro tem ido para banqueiros, atravessadores e agiotas. Agora, querem socorrer todos os setores, mas não são capazes de fazê-lo. As coisas estão vazando por entre os dedos.

Sr. Presidente, votamos favoravelmente à matéria, esperando que o Governo tome vergonha e a Cuiabá–Santarém seja, enfim, asfaltada. Não acredito que saia alguma verba neste ano, mas apenas migalhas. Em todo caso, vamos continuar brigando para que o dinheiro para pelo menos mais dez quilômetros de asfalto seja liberado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Encerrada a discussão, vamos à votação do projeto, nos termos do parecer.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 45, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de R\$ 209.280.539,00 para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de R\$ 209.280.539,00 (duzentos e nove milhões, duzentos e oitenta mil, quinhentos e trinta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – incorporação de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no

exercício de 2001, no valor de R\$ 100.172.471,00 (cem milhões, cento e setenta e dois mil, quatrocentos e setenta e um reais);

II – anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 109.108.068,00 (cento e nove milhões, cento e oito mil, sessenta e oito reais), sendo R\$ 103.108.068,00 (cento e três milhões, cento e oito mil, sessenta e oito reais) da Reserva de Contingência, e R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) do Ministério da Justiça, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									30.000.000
06 122	0750 2000	ATIVIDADES							
		MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS							30.000.000
06 122	0750 2000 0001	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	30.000.000
TOTAL - FISCAL									30.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.000.000

ORÇAO : 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
UNIDADE : 30907 - FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0661 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO									95.172.471
		PROJETOS							
14 421	0661 1701	REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS							6.000.000
14 421	0661 1701 0001	REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS - NACIONAL							0.000.000
		EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE)229	F	4	P	90	0	324	0.500.000
14 128	0661 1713	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE AGENTES RESPONSÁVEIS PELA CUSTÓDIA DO PRESO							1.000.000
14 128	0661 1713 0001	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE AGENTES RESPONSÁVEIS PELA CUSTÓDIA DO PRESO - NACIONAL							1.000.000
		AGENTE CAPACITADO (UNIDADE)9700	F	3	P	90	0	324	1.000.000
14 421	0661 1844	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS							65.718.271
14 421	0661 1844 0001	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS - NACIONAL							33.218.271
		VAGA CRIADA (UNIDADE)5860	F	4	P	90	0	324	23.711.861
			F	4	P	90	0	327	0.506.410
14 421	0661 1844 0035	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS - NO ESTADO DE SÃO PAULO							32.500.000
		VAGA CRIADA (UNIDADE)3250	F	4	P	30	0	324	32.500.000
14 421	0661 1846	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMACOES PENITENCIARIAS - INFOPEN							6.000.000
14 421	0661 1846 0001	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMACOES PENITENCIARIAS - INFOPEN - NACIONAL							6.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)17	F	4	P	90	0	324	0.000.000
		ATIVIDADES							
14 421	0661 2698	ASSISTÊNCIA AO PRESO, A VÍTIMA E AO EGRESSO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO							10.000.000
14 421	0661 2698 0001	ASSISTÊNCIA AO PRESO, A VÍTIMA E AO EGRESSO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO - NACIONAL							10.000.000
		PESSOA ASSISTIDA (UNIDADE)16000	F	3	P	30	0	324	4.000.000
			F	3	P	90	0	324	0.000.000
14 421	0661 2719	MUTIRÃO NA EXECUÇÃO PENAL							1.454.200
14 421	0661 2719 0011	MUTIRÃO NA EXECUÇÃO PENAL - NO ESTADO DE RONDONIA							14.640
		PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)409	F	3	P	30	0	324	14.640
14 421	0661 2719 0012	MUTIRÃO NA EXECUÇÃO PENAL - NO ESTADO DO ACRE							11.052
		PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)247	F	3	P	30	0	324	11.052
14 421	0661 2719 0013	MUTIRÃO NA EXECUÇÃO PENAL - NO ESTADO DO AMAPÁ							9.084
		PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)273	F	3	P	30	0	324	9.084
14 421	0661 2719 0014	MUTIRÃO NA EXECUÇÃO PENAL - NO ESTADO DE RORAIMA							7.846
		PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)141	F	3	P	30	0	324	7.846
14 421	0661 2719 0015	MUTIRÃO NA EXECUÇÃO PENAL - NO ESTADO DO PARÁ							20.000
		PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)514	F	3	P	30	0	324	20.000
14 421	0661 2719 0016	MUTIRÃO NA EXECUÇÃO PENAL - NO ESTADO DO AMAPÁ							5.100
		PRESO ASSISTIDO (UNIDADE)136	F	3	P	30	0	324	5.100
14 421	0661 2719 0017	MUTIRÃO NA EXECUÇÃO PENAL - NO ESTADO DE TOCANTINS							6.208

0750 APOIO ADMINISTRATIVO								5.000.000
		ATIVIDADES						
06 122	0750 2000	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS						5.000.000
06 122	0750 2000 0001	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL						5.000.000
			F	3	P	90	0	324
		TOTAL - FISCAL	100.172.471					
		TOTAL - SEGURIDADE	0					
		TOTAL - GERAL	100.172.471					

UNIDADE : 30909 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZACAO DAS ATIVIDADES FIM DA POLICIA FEDERAL

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0664 MODERNIZACAO DA POLICIA FEDERAL									6.000.000
		PROJETOS							
06 181	0664 1899	REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E DO SEGMENTO TECNICO-CIENTIFICO (PROMOTEC/PRO-AMAZONIA)							6.000.000
06 181	0664 1899 0001	REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E DO SEGMENTO TECNICO-CIENTIFICO (PROMOTEC/PRO-AMAZONIA) - NACIONAL							0.000.000
			F	4	P	90	0	150	0.000.000
TOTAL - FISCAL									0.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									0.000.000

UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									103.108.068
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999 99 999	0999 0998 0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	F	99	0	100	103.108.068 103.108.068 103.108.068
TOTAL - FISCAL									103.108.068
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									103.108.068

O Sr. Ramez Tebet, Presidente,, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

Secretário em exercício, Senador Juvêncio da Fonseca.

É lido o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º

REQUERIMIENTO N° 54 , DE 2002-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do PLN nº 37/02, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Contas da União, dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 546.661.876,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes”, na presente Sessão.

Sala das Sessões, em 7/8

de 2002.

Ricardo Barros
Deputado Federal

Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional

Prof. Dr. J. K.

Joe Powers Jr
PSDB/IF

From Article - 103/104

~~CONFIDENTIAL~~

197 RFL
dep O Collins St

Dep Oditur Lea PPB/CD

2002. ~~_____~~ PDT
 @ 100 miles
 11/11/02
 PHOBIS

al - *[Handwritten signature]*

[Handwritten signature]

SEN. PRACELIANO PEREIRA
PFL / SF

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Passa-se à apreciação da matéria.

“Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 37, de 2002, do Congresso Nacional, que ‘Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Contas da União, dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$546.661.876,00 (quinhentos e quarenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e um mil, oitocentos e setenta e seis reais), para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes”.

Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda, para proferir o parecer.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (Bloco/PCdoB – MG. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o Presidente da República, com base no art. 61 da Constituição Federal e por meio da Mensagem nº 152, submete à apreciação deste Congresso projeto de lei que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Contas da União, de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$546.661.876,00.

Os recursos necessários à abertura de crédito suplementar decorrerão, conforme indicado no projeto, da anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de 385 milhões de reais e do superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial, de 161 milhões de reais.

Sras. e Srs. Congressistas, a exposição de motivos que acompanha o projeto informa que os recursos se destinam à suplementação das dota-

ções de pessoal e encargos sociais decorrentes da revisão da remuneração da Magistratura da União, da reestruturação das carreiras dos servidores do Poder Judiciário, da reestruturação da carreira de apoio técnico-administrativo do Ministério Público da União e da revisão da remuneração dos membros do Ministério Público da União, assim como para atender decisão judicial que garante a extensão da Gratificação de Desempenho, aprovada pela Lei nº 10.356, aos inativos e pensionistas do Tribunal de Contas da União.

Não foram apresentadas emendas.

Considerando que o projeto de lei não colide com a disposição da Lei de Diretrizes Orçamentárias, não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e seu detalhamento e está conforme as exigências legais e os princípios da boa técnica orçamentária, somos por sua aprovação.

Quero fazer um breve comentário, Sr. Presidente. Mais uma vez, a dotação que vai satisfazer esse crédito vem de duas fontes, mais uma vez do superávit financeiro da União. É importante fazer essa ressalva. Isso é legal, permitido pela Lei nº 4.320, mas vai implicar corte. O Executivo deveria dar transparência a esse corte. Vai-se cortar em tal rubrica para transferir para o pagamento de pessoal. Nisso, como é feito hoje, não existe transparência.

A outra parte do crédito, 385 milhões, vem de cancelamentos da dívida pública mobiliária. Ora, quando o Congresso vota o Orçamento, não podemos mexer na dívida. O Governo, porém, mexe na dívida ao cancelar recursos para pagar pessoal.

Por último, quero dizer que esse crédito é destinado a satisfazer o pagamento da remuneração dos membros do Supremo Tribunal Federal. Os Ministros do Supremo tiveram a sua remuneração aumentada.

A Emenda Constitucional nº 19, ao modificar o art. 48, inciso XV, diz que a fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal se dá por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, mas, na minha opinião, esse projeto não foi feito por iniciativa conjunta. O Supremo argumenta que, por não ter sido regulamentada a matéria, vale a concepção anterior à Emenda nº 19. Considero que isso não está de acordo com os

princípios da Constituição, mas abre precedente para a revisão de outras remunerações.

Sr. Presidente, faço essas observações com o intuito de esclarecer a situação, não de me opor à aprovação do crédito, e voto favoravelmente ao projeto.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2002-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 37, de 2002-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Contas da União, dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 546.661.876,00 para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes.”

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Sérgio Miranda**

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 152, de 2002-CN (nº 680/2002, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei abrindo aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Contas da União, dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$546.661.876,00 (quinhentos e quarenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e um mil, oitocentos e setenta e seis reais), para atender às despesas constantes do Anexo I do Projeto de Lei em epígrafe.

Os recursos necessários à abertura do crédito suplementar decorrerão, conforme indicado no projeto, da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$385.000.000,00, e do superávit financeiro da União apurado no Balanço Patrimonial de 2001, no valor de R\$161.661.876,00.

A Exposição de Motivos nº 247/MP, de 31-7-2002, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informa que os recursos desti-

nam-se à suplementação das dotações de pessoal e encargos sociais, decorrentes da revisão da remuneração da magistratura da União, da reestruturação das carreiras dos servidores do Poder Judiciário, da reestruturação da carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União e da revisão da remuneração dos membros do Ministério Público da União, assim como para atender decisão judicial que garante a extensão da Gratificação de Desempenho, aprovada pela Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, aos inativos e pensionistas do Tribunal de Contas da União.

II – Emendas

Não foram apresentadas emendas.

III – Voto

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, não ferindo, tampouco, a quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, e seu detalhamento acha-se conforme às exigências legais e aos princípios da boa técnica orçamentária, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 37, de 2002-CN, na Forma do Executivo.

Sala da Comissão, de agosto de 2002. – Deputado **Sérgio Miranda**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O parecer concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 37, DE 2002-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Contas da União, dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 546.661.876,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Tribunal de Contas da União, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Federal, da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho, da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 546.661.876,00 (quinhentos e quarenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e um mil, oitocentos e setenta e seis reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – superávit financeiro da União apurado no Balanço Patrimonial de 2001, no valor de R\$ 161.661.876,00 (cento e sessenta e um milhões, seiscentos e sessenta e um mil, oitocentos e setenta e seis reais);

II – anulação parcial de dotação orçamentária constante do Anexo II desta Lei, no valor de R\$ 385.000.000,00 (trezentos e oitenta e cinco milhões de reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO
UNIDADE : 03101 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO

ANEXO 1			CREDITO SUPPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N U	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									26.957.153
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							26.957.153
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							26.957.153
			S	I	P	90	0	353	26.957.153
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									26.957.153
TOTAL - GERAL									26.957.153

ORGAO : 10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
UNIDADE : 10101 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									3.395.804
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							3.395.804
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							3.395.804
			S	I	P	90	0	353	3.395.804
0565 PRESTACAO JURISDICCIONAL NO STF									3.776.399
		ATIVIDADES							
02 061	0565 6359	APRECIACAO E JULGAMENTO DE CAUSAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL							3.776.399
02 061	0565 6359 0001	APRECIACAO E JULGAMENTO DE CAUSAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - NACIONAL							3.776.399
			F	I	P	90	0	100	3.776.399
TOTAL - FISCAL									3.776.399
TOTAL - SEGURIDADE									3.395.804
TOTAL - GERAL									7.172.203

FUNC.	PROGRAMATA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									15.393.221
09 272	0089 0396	OPERACOES ESPECIAIS							15.393.221
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							15.393.221
		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL	S	I	P	90	0	353	15.393.221
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL									75.015.800
02 061	0569 4257	ATIVIDADES							75.015.800
02 061	0569 4257 0001	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL							75.015.800
		JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL	F	I	P	90	0	100	75.015.800
TOTAL - FISCAL									75.015.800
TOTAL - SEGURIDADE									15.393.221
TOTAL - GERAL									90.409.021

FUNC.	PROGRAMATA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									506.800
09 272	0089 0396	OPERACOES ESPECIAIS							506.800
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							506.800
		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL	S	I	P	90	0	353	506.800
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL									3.865.600
02 061	0569 4257	ATIVIDADES							3.865.600
02 061	0569 4257 0001	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL							3.865.600
		JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL	F	I	P	90	0	100	3.865.600
TOTAL - FISCAL									3.865.600
TOTAL - SEGURIDADE									506.800
TOTAL - GERAL									4.372.400

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	J	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									487.600
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOS							487.600
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOS - NACIONAL							487.600
			S	I	P	90	0	353	487.600
0569 PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL									3.965.600
		ATIVIDADES							
02 061	0569 4257	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL							3.965.600
02 061	0569 4257 0001	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL							3.965.600
			F	I	P	90	0	100	3.965.600
TOTAL - FISCAL									3.965.600
TOTAL - SEGURIDADE									487.600
TOTAL - GERAL									4.453.200

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAQ/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									3.833.950
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							3.833.950
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							3.833.950
			S	I	P	90	0	353	3.833.950
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									7.592.935
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							7.592.935
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL							7.592.935
			F	I	P	90	0	100	7.592.935
TOTAL - FISCAL									7.592.935
TOTAL - SEGURIDADE									3.833.950
TOTAL - GERAL									11.426.885

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									52.722
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							52.722
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							52.722
			S	I	P	90	0	353	52.722
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									434.488
		ATIVIDADES							
02 061	0570 4271	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL							434.488
02 061	0570 4271 0001	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL							434.488
			F	I	P	90	0	100	434.488
TOTAL - FISCAL									434.488
TOTAL - SEGURIDADE									52.722
TOTAL - GERAL									487.210

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									183.752
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							183.752
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							183.752
			S	1	P	90	0	353	183.752
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									1.269.374
		ATIVIDADES							
02 061	0570 4271	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL							1.269.374
02 061	0570 4271 0001	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL							1.269.374
			F	1	P	90	0	100	1.269.374
TOTAL - FISCAL									1.269.374
TOTAL - SEGURIDADE									183.752
TOTAL - GERAL									1.453.126

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									849.124
09 272	0089 0396	OPERACOES ESPECIAIS							849.124
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							849.124
		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL	S	I	P	90	0	353	849.124
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									2.127.901
02 061	0570 4271	ATIVIDADES							2.127.901
02 061	0570 4271 0001	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL							2.127.901
		REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL	F	I	P	90	0	100	2.127.901
TOTAL - FISCAL									2.127.901
TOTAL - SEGURIDADE									849.124
TOTAL - GERAL									2.977.025

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									312.351
09 272	0089 0396	OPERACOES ESPECIAIS							312.351
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							312.351
		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL	S	I	P	90	0	353	312.351
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									1.092.334
02 061	0570 4271	ATIVIDADES							1.092.334
02 061	0570 4271 0001	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL							1.092.334
		REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL	F	I	P	90	0	100	1.092.334
TOTAL - FISCAL									1.092.334
TOTAL - SEGURIDADE									312.351
TOTAL - GERAL									1.404.685

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									370.601
09 272	0089 0396	OPERACOES ESPECIAIS							370.601
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							370.601
		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL	S	I	P	90	0	353	370.601
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									1.696.695
02 061	0570 4271	ATIVIDADES							1.696.695
02 061	0570 4271 0001	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL							1.696.695
		REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL	F	I	P	90	0	100	1.696.695
TOTAL - FISCAL									1 696 695
TOTAL - SEGURIDADE									370.601
TOTAL - GERAL									2.067.296

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									81.869
09 272	0089 0396	OPERACOES ESPECIAIS							81.869
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							81.869
		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL	S	I	P	90	0	353	81.869
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									1.063.305
02 061	0570 4271	ATIVIDADES							1.063.305
02 061	0570 4271 0001	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL							1.063.305
		REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL	F	I	P	90	0	100	1.063.305
TOTAL - FISCAL									1.063.305
TOTAL - SEGURIDADE									81.869
TOTAL - GERAL									1.145.174

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAOA/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									444.067
09 272	0089 0396	OPERACOES ESPECIAIS							444.067
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							444.067
		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL	S	I	P	90	0	353	444.067
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									1.619.841
02 061	0570 4271	ATIVIDADES							1.619.841
02 061	0570 4271 0001	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL							1.619.841
		REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL	F	I	P	90	0	100	1.619.841
TOTAL - FISCAL									1.619.841
TOTAL - SEGURIDADE									444.067
TOTAL - GERAL									2.063.908

ORGÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL									
UNIDADE : 14118 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI									
ANEXO I									
CREDITO SUPLEMENTAR									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)									
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00									
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									363.525
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							363.525
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							363.525
			S	I	P	90	0	353	363.525
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									1.810.568
		ATIVIDADES							
02 061	0570 4271	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL							1.810.568
02 061	0570 4271 0001	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL							1.810.568
			F	I	P	90	0	100	1.810.568
TOTAL - FISCAL									1.810.568
TOTAL - SEGURIDADE									363.525
TOTAL - GERAL									2.174.093

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									469.234
09 272	0089 0396	OPERACOES ESPECIAIS							469.234
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							469.234
		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL	S	1	P	90	0	353	469.234
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									1.331.076
02 061	0570 4271	ATIVIDADES							1.331.076
02 061	0570 4271 0001	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL							1.331.076
		REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL	F	1	P	90	0	100	1.331.076
TOTAL FISCAL									1.331.076
TOTAL - SEGURIDADE									469.234
TOTAL - GERAL									1.800.310

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									31.934
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							31.934
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							31.934
			S	I	P	90	0	353	31.934
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									766.193
		ATIVIDADES							
02 061	0570 4271	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL							766.193
02 061	0570 4271 0001	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL							766.193
			F	I	P	90	0	100	766.193
TOTAL - FISCAL									766.193
TOTAL - SEGURIDADE									31.934
TOTAL - GERAL									798.127

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									2.969.864
09 272	0089 0396	OPERACOES ESPECIAIS							2.969.864
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							2.969.864
		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL	S	I	P	90	0	353	2.969.864
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									7.857.249
02 061	0570 4271	ATIVIDADES							7.857.249
02 061	0570 4271 0001	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL							7.857.249
		REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL	F	I	P	90	0	100	7.857.249
TOTAL - FISCAL									7.857.249
TOTAL - SEGURIDADE									2.969.864
TOTAL - GERAL									10.827.113

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									259.585
09 272	0089 0396	OPERACOES ESPECIAIS							259.585
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							259.585
		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							259.585
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									854.393
02 061	0570 4271	ATIVIDADES							854.393
02 061	0570 4271 0001	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL							854.393
		REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL							854.393
TOTAL - FISCAL									854.393
TOTAL - SEGURIDADE									259.585
TOTAL - GERAL									1.113.978

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									4.158
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							4.158
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL	S	I	P	90	0	353	4.158
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									387.698
		ATIVIDADES							
02 061	0570 4271	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL							387.698
02 061	0570 4271 0001	REMUNERACAO DE PESSOAL DA JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL	F	I	P	90	0	100	387.698
TOTAL - FISCAL									387.698
TOTAL - SEGURIDADE									4.158
TOTAL - GERAL									391.856

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									4.682.573
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							4.682.573
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							4.682.573
			S	I	P	90	0	353	4.682.573
0571 PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA									7.697.908
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							7.697.908
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL							7.697.908
			F	I	P	90	0	100	7.697.908
TOTAL - FISCAL									7.697.908
TOTAL - SEGURIDADE									4.682.573
TOTAL - GERAL									12.380.481

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									9.262.055
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	9089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							9.262.055
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							9.262.055
			S	I	P	90	0	353	9.262.055
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									14.173.739
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							14.173.739
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL							14.173.739
			F	I	P	90	0	100	14.173.739
TOTAL - FISCAL									14.173.739
TOTAL - SEGURIDADE									9.262.055
TOTAL - GERAL									23.435.794

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO - SAO PAULO

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									7.733.758
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							7.733.758
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							7.733.758
			S	I	P	90	0	353	7.733.758
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									15.498.584
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							15.498.584
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL							15.498.584
			F	I	P	90	0	100	15.498.584
TOTAL - FISCAL									15.498.584
TOTAL - SEGURIDADE									7.733.738
TOTAL - GERAL									23.232.342

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									9.773.375
09 272	0089 0396	OPERACOES ESPECIAIS							9.773.375
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							9.773.375
		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL	S	I	P	90	0	353	9.773.375
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									11.851.465
02 061	0571 4256	ATIVIDADES							11.851.465
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							11.851.465
		APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL	F	I	P	90	0	100	11.851.465
TOTAL - FISCAL									11.851.465
TOTAL - SEGURIDADE									9.773.375
TOTAL - GERAL									21.624.840

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									1.871.954
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							1.871.954
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL	S	I	P	90	0	353	1.871.954
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									4.376.315
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							4.376.315
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL	F	I	P	90	0	100	4.376.315
TOTAL - FISCAL									4.376.315
TOTAL - SEGURIDADE									1.871.954
TOTAL - GERAL									6.248.269

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAOA/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									3.833.950
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							3.833.950
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							3.833.950
			S	I	P	90	0	353	3.833.950
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL, TRABALHISTA									7.592.935
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							7.592.935
02 061	0571 4256 9001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL							7.592.935
			F	I	P	90	0	100	7.592.935
TOTAL - FISCAL									7.592.935
TOTAL - SEGURIDADE									3.833.950
TOTAL - GERAL									11.426.885

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									1.499.408
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							1.499.408
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							1.499.408
			S	I	P	90	0	353	1.499.408
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									5.469.597
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							5.469.597
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL							5.469.597
			F	I	P	90	0	100	5.469.597
TOTAL - FISCAL									5.469.597
TOTAL - SEGURIDADE									1.499.408
TOTAL - GERAL									6.969.005

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									3.567.882
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							3.567.882
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							3.567.882
			S	I	P	90	0	353	3.567.882
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									5.655.023
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							5.655.023
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL							5.655.023
			F	I	P	90	0	100	5.655.023
TOTAL - FISCAL									5.655.023
TOTAL - SEGURIDADE									3.567.882
TOTAL - GERAL									9.222.905

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15114 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13A. REGIAO - PARAIBA

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									572.331	
		OPERACOES ESPECIAIS								
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							572.331	
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							572.331	
			S	1	P	90	0	353	572.331	
0571 PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA									4.811.978	
		ATIVIDADES								
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							4.811.978	
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL							4.811.978	
			F	1	P	90	0	100	4.811.978	
TOTAL - FISCAL									4.811.978	
TOTAL - SEGURIDADE									572.331	
TOTAL - GERAL									5.384.309	

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15115 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14A. REGIAO - RONDONIA/ACRE

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									420.829	
		OPERACOES ESPECIAIS								
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							420.829	
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							420.829	
			S	1	P	90	0	353	420.829	
0571 PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA									3.425.520	
		ATIVIDADES								
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							3.425.520	
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL							3.425.520	
			F	1	P	90	0	100	3.425.520	
TOTAL - FISCAL									3.425.520	
TOTAL - SEGURIDADE									420.829	
TOTAL - GERAL									3.846.349	

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									248.255
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							248.255
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							248.255
			S	I	P	90	0	353	248.255
0571 PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA									1.668.135
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							1.668.135
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL							1.668.135
			F	I	P	90	0	100	1.668.135
TOTAL - FISCAL									1.668.135
TOTAL - SEGURIDADE									248.255
TOTAL - GERAL									1.916.390

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									208.416
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							208.416
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							208.416
			S	I	P	90	0	353	208.416
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									1.688.804
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							1.688.804
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL							1.688.804
			F	I	P	90	0	100	1.688.804
TOTAL - FISCAL									1.688.804
TOTAL - SEGURIDADE									208.416
TOTAL - GERAL									1.897.220

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									75.787
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							75.787
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL	S	1	P	90	0	353	75.787
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									1.233.510
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							1.233.510
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL	F	1	P	90	0	100	1.233.510
TOTAL - FISCAL									1.233.510
TOTAL - SEGURIDADE									75.787
TOTAL - GERAL									1.309.297

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	Q N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									193.867
09 272	0089 0396	OPERACOES ESPECIAIS							193.867
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							193.867
		PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL	S	I	P	90	0	353	193.867
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									1.824.997
02 061	0571 4256	ATIVIDADES							1.824.997
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							1.824.997
		APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL	F	I	P	90	0	100	1.824.997
TOTAL - FISCAL									1.824.997
TOTAL - SEGURIDADE									193.867
TOTAL - GERAL									2.018.864

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									7.700.800
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							7.700.000
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL							7.700.000
			S	I	P	90	0	353	7.700.000
0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA									27.200.575
		ATIVIDADES							
03 091	0581 4264	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA- GERAL DA REPUBLICA							27.200.575
03 091	0581 4264 0001	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA- GERAL DA REPUBLICA - NACIONAL							27.200.575
			F	I	P	90	0	100	27.200.575
TOTAL - FISCAL									27.200.575
TOTAL - SEGURIDADE									7.700.000
TOTAL - GERAL									34.900.575

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									2.266.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSEOES							2.200.000
09 272	0089 0396 0053	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSEOES - NO DISTRITO FEDERAL							2.200.000
			S	I	P	90	0	353	2.200.000
0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA									6.700.000
		ATIVIDADES							
03 091	0581 4261	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS							6.700.000
03 091	0581 4261 0053	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS - NO DISTRITO FEDERAL							6.700.000
			F	I	P	90	0	100	6.700.000
TOTAL - FISCAL									6.700.000
TOTAL - SEGURIDADE									2.200.000
TOTAL - GERAL									8.900.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									4.700.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 272	0089 8396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES							4.700.000
09 272	0089 0396 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - NACIONAL	S	1	P	90	0	353	4.700.000
0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA									13.200.000
		ATIVIDADES							
03 091	0581 4262	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DO TRABALHO							13.200.000
03 091	0581 4262 0001	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DO TRABALHO - NACIONAL	F	1	P	90	0	100	13.200.000
TOTAL - FISCAL									13.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									4.700.000
TOTAL - GERAL									17.900.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S S E	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0905 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)									385.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 843	0905 0455	DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA							385.000.000
28 843	0905 0455 0001	DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL							385.000.000
			F	2	F	90	0	100	385.000.000
TOTAL - FISCAL									385.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									385.000.000

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Sobre a mesa requerimento que será lido pelo
Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Juvêncio
da Fonseca.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 55 ,DE 2002-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

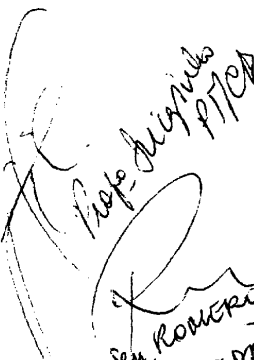
Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara
dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa
Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do PLN nº 38/02, que
“Abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do
Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Defesa, crédito especial
no valor global de R\$ 9.664.614,00, para os fins que especifica”, na
presente Sessão.

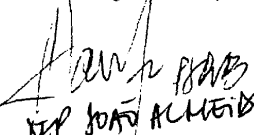
Sala das Sessões, em 07, de agosto de 2002.

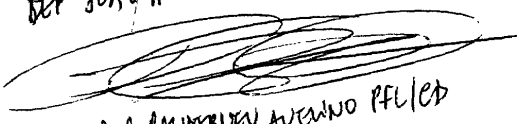

Ricardo Barros

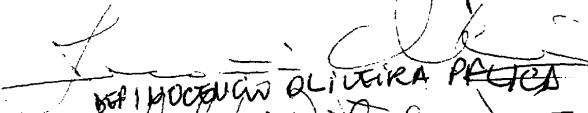
Deputado Federal

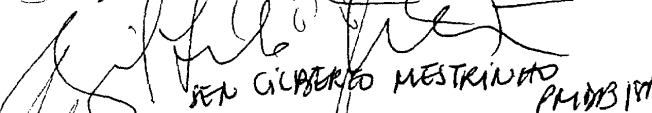
Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional

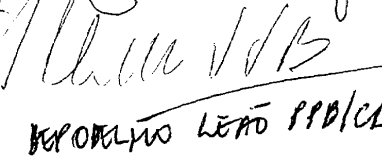

Sen. Juvêncio da Fonseca
PSDB/SE

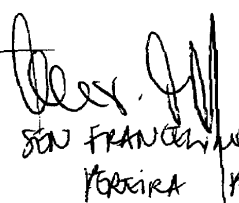

Dep. João Almeida
PSDB/CE


Dep. Faubert de Azevedo
PFL/CE


Dep. Juvêncio da Fonseca
PSDB/SE


Sen. Gilberto Mestrinho
PMDB/MT


Dep. Roberto Leão
PPD/CE


Sen. Francisco Pereira
PP

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) - Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Passa-se à apreciação da matéria.

“Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 38, de 2002, do Congresso Nacional, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Minas e Energia e do Ministério da Defesa, crédito especial no valor global de R\$9.664.614,00 (nove milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil e seiscentos e quatorze reais), para os fins que especifica”.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Giovanni Queiroz para proferir parecer.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT - PA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Exmo. Sr. Presidente da República com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 153, de 2002-CN, submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em favor do Ministério das Minas e Energia e do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 9.664.614, 00, para atender às despesas constantes do Anexo I, do projeto de lei em epígrafe.

Os recursos necessários à abertura do crédito decorrerão, conforme indicado no Anexo II do projeto, da anulação parcial de dotações orçamentárias.

A exposição de motivos do Ministro de Estado do Planejamento, Gestão e Orçamento informa que os recursos se destinam, no âmbito do Ministério da Defesa, ao pagamento de pessoal e encargos sociais decorrentes da participação do contingente militar brasileiro na força de manutenção de paz que integra a administração transitória das Nações Unidas no Timor Leste. Em relação ao Ministério das Minas e Energia, esse crédito se destina ao pagamento de pensões a cargo da Agência Nacional de Petróleo.

Não foram apresentadas emendas.

Sr. Presidente, trata-se de dinheiro para o pagamento de militares que vão para o Timor Leste – e, logicamente, eu não poderia deixar de votar a favor do projeto.

O nosso voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 38, de 2002-CN, na forma do Executivo.

O Exército brasileiro está dispensando alistados porque não tem dinheiro para pagar sua alimentação. É uma vergonha! Isso sem falar no problema da falta de munição. Então, o mínimo que podemos fazer é aprovar esse crédito, que, logicamente, não é suficiente para atender à necessidade do nosso Exército, mas, pelo menos, vai ajudar os que vão para o Timor Leste.

Votamos favoravelmente, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2002 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 38, de 2002-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Defesa, crédito especial no valor global de R\$9.664.614,00, para os fins que especifica”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Giovanni Queiroz**

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 153, de 2002-CN (nº 683/2002, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei abrindo aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Defesa, crédito especial no valor global de R\$9.664.614,00 (nove milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e quatorze reais), para atender às despesas constantes do Anexo I do Projeto de Lei em epígrafe.

Os recursos necessários à abertura do crédito decorrerão, conforme indicado no Anexo II do projeto, da anulação parcial de dotações orçamentárias.

A Exposição de Motivos nº 221/MP, de 9-7-2002, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informa que os recursos destinam-se, quanto ao Ministério da Defesa, ao pagamento de pessoal e encargos sociais decorrentes da participação do contingente militar brasileiro na Força de Manutenção de Paz integrante da Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste e, em relação ao Ministério das Minas e Energia, para pagamento de pensões a cargo da Agência Nacional de Petróleo.

II – Emendas

Não foram apresentadas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O parecer conclui pela aprovação do projeto.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam
permanecam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 38, DE 2002-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Defesa, crédito especial no valor global de R\$ 9.664.614,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Defesa, crédito especial no valor global de R\$ 9.664.614,00 (nove milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e quatorze reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32265 - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL								
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0089 - PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									64.614	
		OPERACOES ESPECIAIS								
25 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS							64.614	
25 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	S	I	P	90	0	137	64.614	
TOTAL - FISCAL									0	
TOTAL - SEGURIDADE									64.614	
TOTAL - GERAL									64.614	

ORGÃO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 52101 - MINISTÉRIO DA DEFESA

ANEXO I			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FTE	VALOR
8032 OPERACOES MILITARES									9.600.000
		ATIVIDADES							
05 212	8032 6002	MISSAO DAS NACOES UNIDAS PARA O TIMOR LESTE							9.600.000
05 212	8032 6002 0001	MISSAO DAS NACOES UNIDAS PARA O TIMOR LESTE - NACIONAL	F	1	P	90	0	100	9.600.000
TOTAL - FISCAL									9.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.600.000

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º

Secretário em exercício, Senador Juvêncio da Fonseca.

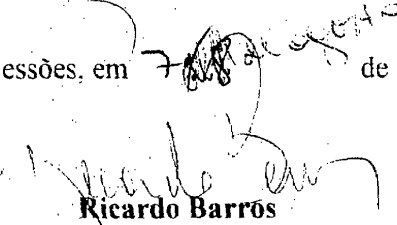
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 56 , DE 2002-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

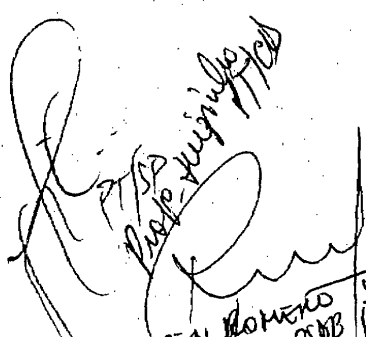
Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do PLN nº 41/02, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$ 77.217.464,00, para os fins que especifica”, na presente Sessão.

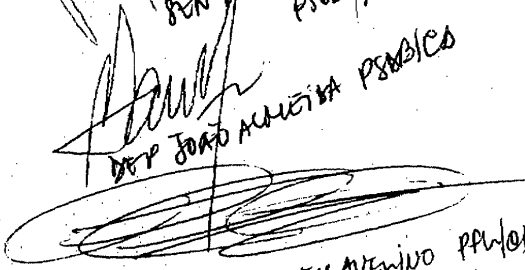
Sala das Sessões, em 7 de agosto de 2002.



Ricardo Barrós

Deputado Federal

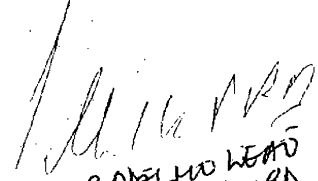
Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional

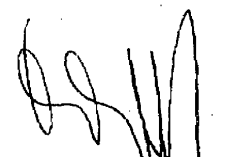

SEN ROMERO
PSDB / SF


DEP JOÃO ALMEIDA
PSDB/CD


DEP PAULETE AZEITEIRO
PP/CD


SEN GILBERTO MESTRINO
PMDB/SF


DEP ODILINO LEITE
PPB/CD


SEN FRANCISCO PEREIRA
PPL/SF

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) - Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Passa-se à apreciação da matéria.

“Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 41, de 2002, do Congresso Nacional, que ‘Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$77.217.464,00 (setenta e sete milhões, duzentos e dezessete mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), para os fins que especifica’”.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Anivaldo Vale, para proferir parecer ao projeto.

O SR. ANIVALDO VALE (PSDB – PA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 41, de 2002-CN, abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$77.217.464,00, para os fins que especifica.

O Exmo. Sr. Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 156, de 2002, nº 686 na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), Unidade Orçamentária nº 28.903, crédito especial no valor de R\$77.217.464,00.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 250, de 31 de julho de 2002, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito em referência tem por objetivo incluir na programação orçamentária do FND recursos a serem utilizados pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) no financiamento de projeto de pesquisa em ciência e tecnologia.

Os recursos necessários à abertura do crédito serão oriundos do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do FND relativo ao exercício anterior.

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei em epígrafe.

Voto.

Verificamos que a proposição não fere quaisquer dispositivos relativos à alocação de recursos, que o balanço patrimonial de 2001 do FND indica a ocorrência do superávit financeiro apontado como fonte de recursos e que o detalhamento do crédito está realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 41, de 2002, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Poder Executivo.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2002–CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 41, de 2002–CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$77.217.464,00, para os fins que especifica”.

Relator: Deputado **Anivaldo Vale**

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 156, de 2002-CN, (nº 686/2002, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei autorizando o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND (Unidade Orçamentária 28903), crédito especial no valor de R\$77.217.464,00 (setenta e sete milhões, duzentos e dezessete mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais).

De acordo com a Exposição de Motivos nº 250/MP, de 31-7-2002, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito em referência tem por objetivo incluir na programação orçamentária do FND recursos a serem utilizados pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no financiamento de projetos de pesquisa em ciência e tecnologia.

Os recursos necessários à abertura do crédito serão oriundos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do FND do exercício anterior.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei em epígrafe.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2002. –
Relator, Deputado **Anivaldo Vale**.

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2002

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00																			
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA		TÍTULO DO SUBPROPOSTIVIDADE		G F N		L E A		C R E D I T O S		L E I + C R É D I T O S		E M P E N H A D O		L I Q U I D A D O		V A L O R E S		% V A L P A G O S	
				N T A		D E		L E I A		C R E D I T O S		E M P E N H A D O		L I Q U I D A D O		V A L O R E S		S A T O R I Z A D O	
								(A)		(B)		(D)		(E)		(F)		(G)=(F)/(C)	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 28903 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO																			
134.122.141/9.2057.0001	Serviços de Auditoria e Controle - Nacional	3	280	90				173.600		-2	173.596	21.034	21.034	21.034		21.034		12,12	
134.123.041/9.0411.0001	Fomento a Pequenas e Médias Empresas - Nacional	5	280	90				18.635.000		0	18.635.000	0	0	0		0		0	
144.62.037/0.79.0001	Fomento ao Acre de Bem de Consumo - Nacional	5	280	90				99.264.104		0	99.264.104	0	0	0		0		0	
144.62.037/0.384.0001	Fomento ao Acre de Investimentos - Nacional	5	280	90				243.000.000		0	243.000.000	0	0	0		0		0	
199.999.999/0.0998.0101	Reserva de Contingência - Recursos Provenientes de Receita Própria e Vinculada de Fundos e da Administração Indireta	8	250	00				0		0	0	0	0	0		0		0	
99.999.999/0.0998.0101		8	250	99				69.444.840		0	69.444.840	0	0	0		0		0	
99.999.999/0.0998.0101		8	280	00				0		0	0	0	0	0		0		0	
99.999.999/0.0998.0101		8	280	99				130.555.160		0	130.555.160	0	0	0		0		0	
Total da UO:								561.072.704		-2	561.072.702	21.034	21.034	21.034		21.034		0,00	
Total								561.072.704		-2	561.072.702	21.034	21.034	21.034		21.034		0,00	

CRITÉRIOS SELECIONADOS	Órgão:	Selo:	Programa:	ProjAtiv:	Fonte:	Localidade:	Element
	UC: 28903	Função:	Subfunção:	Subtítulo:	Gnd:	UF:	Mod. Apli
Fonte: SIAFISTN - Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN							
							Emissão
							07/08/02 11:49:06 Pág. 1 de 1

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O parecer é pela aprovação do projeto.

Em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse é mais um projeto que se utiliza de recursos do superávit financeiro.

Sabemos, Deputado Anivaldo Vale, que esses recursos serão extraídos também de algum outro investimento. Mas como este Governo realmente não executa coisa alguma, até porque não tem competência para tal, não seriam esses recursos que iriam prejudicar outros investimentos.

Meu voto, Sr. Presidente, é favorável por ser esse crédito destinado à ciência, pesquisa e tecnologia—e quero expor o que me move nessa direção.

Tenho conversado com alguns amigos e mostrado uma questão importante neste momento. Comparo o meu Estado, o Pará, com o Japão, ilha de 378 mil quilômetros quadrados e 140 milhões de japoneses. A área do Estado do Pará é três vezes e meia maior que a do Japão. O Brasil tem 170 milhões de brasileiros em toda a sua extensão territorial. No Brasil não há maremoto, terremoto, furacão ou vulcão. A altitude é extraordinária; o clima, formidável. O Japão tem todas essas intempéries e um clima invernos, preocupante, agressivo; aquela ilha às vezes chega a tremer, em pontos diferentes, mil vezes por ano, mas é a segunda maior potência do mundo.

O que fez o Japão ser a segunda maior potência econômica do mundo? Serão os cérebros japoneses melhores que os brasileiros? Não. Todo cérebro possui o mesmo número de células nervosas. Os dirigentes japoneses, porém, realmente são mais inteligentes, porque desenvolveram mais capacidade de gerenciamento e possuem mais responsabilidade. Instruíram o povo ja-

ponês, investiram em ciência e na pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias de ponta. E hoje aquela nação é a segunda maior potência do mundo.

O que falta ao Brasil? Investimento, educação e pesquisas tecnológicas capazes de tirá-lo do buraco em que se encontra. Sem esses itens não nos podemos equiparar com os países mais desenvolvidos. Envergonho-me dos nomes que governam este País. Tenho vergonha até de mim mesmo, porque embora brigue, denuncie e cobre solução para os nossos problemas, lamentavelmente, sozinho não consigo resolvê-los.

Sr. Presidente, o povo brasileiro dará o troco. As coisas vão mudar no Pará e em todo o País. Será eleito Governador Hildegardo Nunes, jovem competente, sério e determinado; e o Brasil elegerá para Presidente da República Ciro Gomes, que já provou ser competente: foi Governador, Deputado Estadual, Ministro de Estado e Prefeito Municipal de Fortaleza. Ciro Gomes, com toda essa experiência, conhecimento técnico e científico, vai guiar o País ao rumo certo.

Espero que Ciro fique oito anos à frente do comando nacional e que depois desse tempo entre outro com a mesma competência. Só assim, o Brasil sairá da miséria e da vergonha em que se encontra.

Voto a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Encerrada a discussão, passa-se à votação.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

ANEXO			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0463 INOVACAO PARA COMPETITIVIDADE									77.217.464
		OPERACOES ESPECIAIS							
04 123	0463 0410	FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE PESQUISA POR MEIO DA FINEP							77.217.464
04 123	0463 0410 0001	FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE PESQUISA POR MEIO DA FINEP - NACIONAL							77.217.464
			F	5	F	90	0	680	77.217.464
TOTAL - FISCAL									77.217.464
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									77.217.464

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr.
1º Secretário em exercício, Senador Juvêncio da
Fonseca.

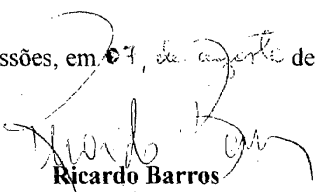
É lido o seguinte:

Requerimento nº 57 de 2002-CN

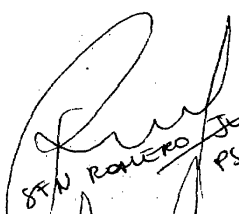
Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

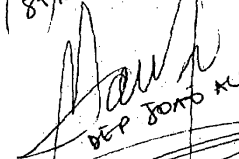
Nos termos do art. 155, do Regimento interno da Câmara
dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa
Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do PLN nº 46/02 que
“Abre ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de R\$
48.000.000,00, em favor do Ministério da Defesa, para o Fundo da
Aeronáutica”, na presente Sessão.

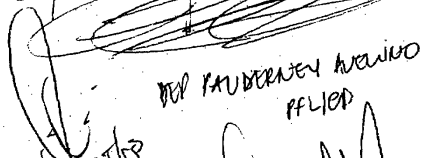
Sala das Sessões, em 07, de agosto de 2002.

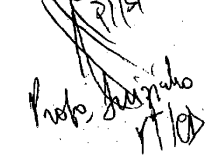

Ricardo Barros
Deputado Federal

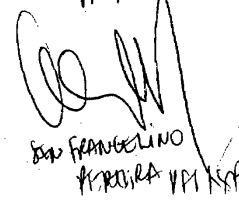
Vice-Lider do Governo no Congresso Nacional

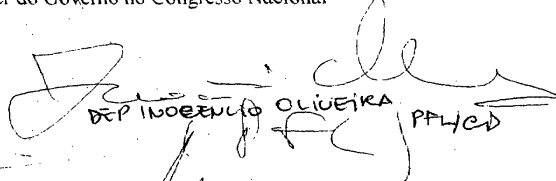

SEN ROMERO
PSDB/SF

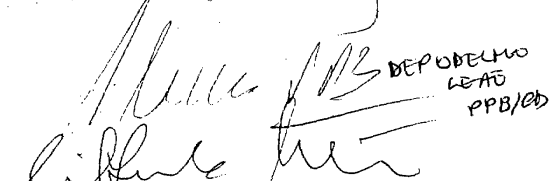

DEP JOÃO ALMEIDA
PSDB/CD


DEP FAUDERNEY AZEVEDO
PFL/CD


Prof. Sérgio
PT/CD


SEN FRANGELINO
PROCURADOR VPI/SF


DEP INOCÊNCIO OLIVEIRA
PFL/CD


DEP ODELMO
LEÃO
PPB/CD


SEN GILBERTO MESTRINO
PMDB/SF

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Passa-se à apreciação da matéria:

“Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 46, de 2002, do Congresso Nacional, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos”.

Dependente de parecer a ser proferido em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Professor Luizinho, para emitir parecer.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, passo a ler o relatório:

O Exmo. Sr. Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 161, de 2002, no Congresso Nacional, e Mensagem nº 69, de 2002, submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar de R\$48.000.000,00, para atender às despesas constantes do Anexo I do projeto de lei em epígrafe.

Os recursos necessários à abertura do crédito suplementar decorrerão, conforme indicado no projeto, de excesso de arrecadação de receitas não financeiras diretamente arrecadadas do Fundo Aeronáutico.

A Exposição de Motivos nº 251, de 2 de agosto de 2002, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informa que os recursos se destinam ao custeio de serviços administrativos, à manutenção e conservação de bens imóveis, bem como à suplementação de despesas médico-hospitalares e odontológicas a cargo da Aeronáutica.

Não foram apresentadas emendas.

Voto.

Considerando que não colide com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2002, não

fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que o seu detalhamento está conforme as exigências legais e o princípio da boa técnica orçamentária, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 46, de 2002, nos termos do Executivo.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2002–CN

Da Comissão Mista, de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 46, de 2002–CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$48.000.000,00 para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos.”

Relator: Deputado **Professor Luizinho**

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 161, de 2002–CN (nº 692/2002, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei abrindo aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), para atender às despesas constantes do Anexo I do Projeto de Lei em epígrafe.

Os recursos necessários à abertura do crédito suplementar decorrerão, conforme indicado no projeto, do excesso de arrecadação de receitas não-financeiras diretamente arrecadadas do Fundo Aeronáutico.

A Exposição de Motivos nº 255/MP, de 2-8-2002, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informa que os recursos destinam-se ao custeio de serviços administrativos, à manutenção e conservação de bens imóveis, bem como a suplementação de despesas médico-hospitalares e odontológicas a cargo da Aeronáutica.

II – Emendas

Não foram apresentadas emendas.

III – Voto

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, não ferindo, tampouco, a quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, e seu detalhamento acha-se conforme às exigências legais e aos princípios da boa técnica

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Sobre a mesa requerimento que será lido pelo
Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Juvêncio
da Fonseca.

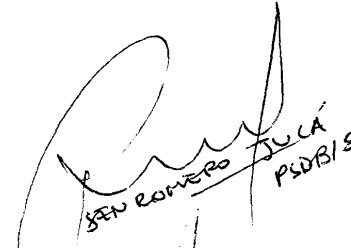
É lido o seguinte:

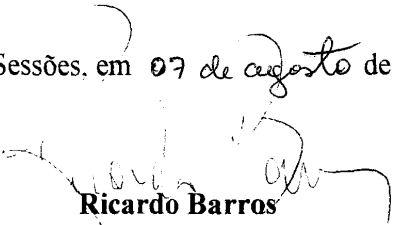
REQUERIMENTO Nº 58, DE 2002-CN

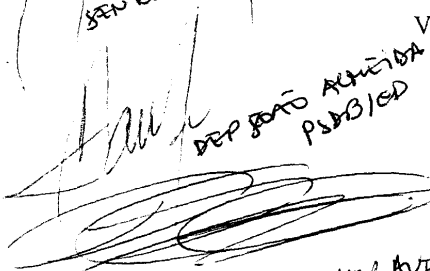
Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

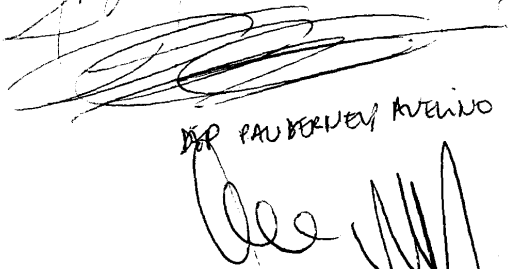
Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara
dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa
Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do PLN nº 47/02 que
“Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do
Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor
de R\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente
orçamento”, na presente Sessão.

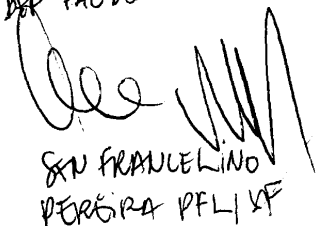
Sala das Sessões, em 07 de agosto de 2002.

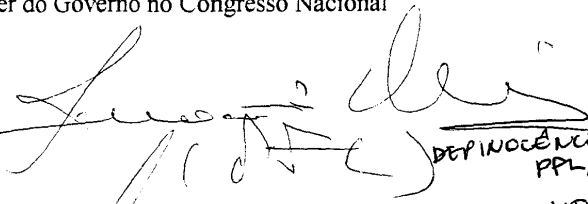

SEN ROMERO JUCA
PSDB/SF

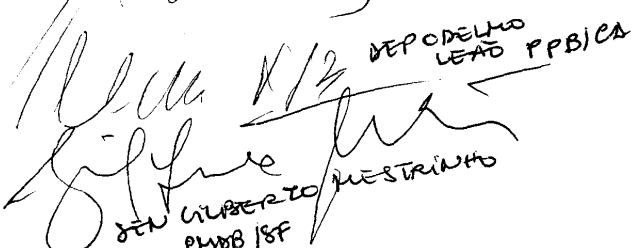

Ricardo Barros
Deputado Federal
Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional

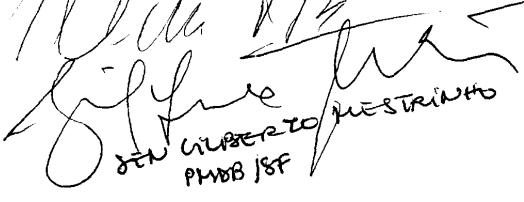

DEP JOÃO ALMEIDA
PSDB/ED


DEP PAULO SÉRGIO AZEITEIRO


SEN FRANCISCO PEREIRA
PFL/XF


DEP INOCÊNCIA OLIVEIRA
PPL/ED


DEP ODILHO LEÃO
PPB/CA


SEN GILBERTO MESTRINHO
PMDB/SF

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Passa-se à apreciação da matéria.

“Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 47, de 2002, do Congresso Nacional, que ‘Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), para reforço de dotação consignada no vigente orçamento’”.

Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha, para emitir parecer.

O SR. DR. ROSINHA (PT - PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

Sras e Srs. Congressistas, vou imediatamente ao voto do Relator.

O exame da proposição quanto à compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que ela se ajusta ao estabelecido pelo PPA.

Quanto à conformidade com disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a percepção deste Relator é a de que as adições à programação pretendida por esse crédito adicional não contraria as redações expressas em tal lei.

Constatou-se igualmente que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento está realizado segundo os princípios da boa lei técnica orçamentária.

A execução orçamentária das ações específicas no projeto de lei, não levando em consistência a solicitação de crédito adicional apresentada pelo Poder Executivo, como se percebe no quadro seguinte, que mostra o autorizado, o empenhado e o percentual de execução de 72% já executado em pleno mês de agosto, significa, portanto, a necessidade da suplementação.

Acompanha o parecer o relatório de execução das zonas abrangidas por esse crédito suplementar.

Em consequência, somos pela aprovação do projeto de Lei nº 47, de 2002, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER N.º , DE 2002 - CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei n.º 47, de 2002-CN, que *Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social crédito suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00 para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.*

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: *Dr. Koziulha*

I – RELATÓRIO

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, b, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, através da Mensagem nº 694/2002, na origem, o Projeto de Lei nº 47, de 2002 - CN, que *Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00 para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.*

2. A Exposição de Motivos-EM n.º 258/MP, de 5 de agosto de 2002, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informa que o crédito pleiteado visa a possibilitar o pagamento de indenização de transporte aos Auditores Fiscais da Previdência Social, tendo por objetivo garantir a continuidade das atividades de fiscalização no exercício corrente.

3. Os recursos para suplementação são resultantes da anulação parcial da reserva de contingência.

II - EMENDAS

4 Ao PL n.º 47/2002-CN não foram apresentadas emendas.

III - VOTO DO RELATOR

5 O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

6 Quanto à conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº10.266, de 24 de julho de 2001), a percepção deste Relator é de que as adições à

programação pretendidas por este crédito adicional não contrariam as vedações expressas em tal Lei.

7 Constatou-se igualmente, que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

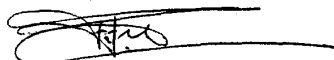
8 A execução orçamentária das ações especificadas no projeto de lei não revelam inconsistências na solicitação de crédito adicional apresentado pelo Poder Executivo, como se percebe no quadro seguinte (posição de 04.08.2002).

SUBTÍTULO	AUTORIZADO	EMPENHADO	% DE EXECUÇÃO	PEDIDO DE SUPLEMENTAÇÃO	PEDIDO DE CANCELAMENTO
FISCALIZAÇÃO DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	17.835.700	12.831.199	72%	10.000.000	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	596.063.118				10.000.000

9 Acompanha esse parecer relatório da execução das ações abrangidas por este crédito suplementar.

10 Em consequência, **somos pela aprovação do PL n.º 47/2002-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.**

Sala da Comissão, 07 de agosto de 2002



Relator

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2002

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00											
Acumulado até: 4/8/2002											
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA		TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE		LEI APOS VETOS (Dotação Inicial) (A)		CRÉDITOS REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LÍQUIDO (E)	VALORES PAGOS (F)	% VAL. PAGOS S/AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 33201				INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL							
09.125.0084.2570.0001				Fiscalização do Recolhimento das Contribuições Previdenciárias - Nacional							
Total da UO:				17.835.705	-5	17.835.700	12.831.199	11.108.543	11.102.249	62,35	
Total				17.835.705	-5	17.835.700	12.831.199	11.108.543	11.102.249	62,35	

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão:	Selo:	Programa:	Projativ:	Fonte:	Localidade:	Elemento:
	UC:	Função:	Subfunção:	Subtítulo:	Grd:	UF:	Mod. Aplic:
Fonte: SIAF/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN							
i:\Backup\O\2002\04Ago2002.mdb - 127 RelDespesas por UO/Funcional							
Emissão							7/8/2002 16:26:27 Pág. 1 de 1

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
O parecer conclui pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Passa-se à votação.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na
Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam
permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, no
Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam
permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 47, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da
União, em favor do Ministério da Previdência
e Assistência Social, crédito suplementar no
valor de R\$ 10.000.000,00, para reforço de
dotação consignada no vigente orçamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial da Reserva de Contingência, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO	ESF	END	RPR	MCD	U	FTE	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									10.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
09 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							10.000.000
00 000	0000 0008 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL					0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									10.000.000

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –

É lido o seguinte:

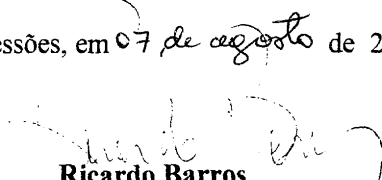
Há sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr.
1º Secretário em exercício, Senador Juvêncio da Fonseca.

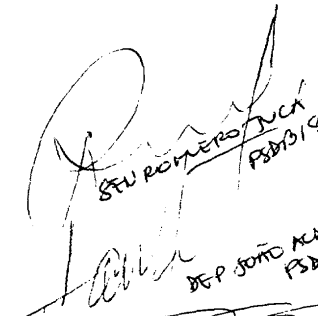
REQUERIMENTO Nº 59, DE 2002-CN

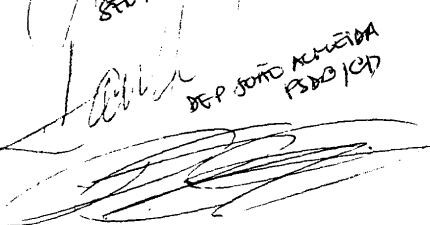
Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

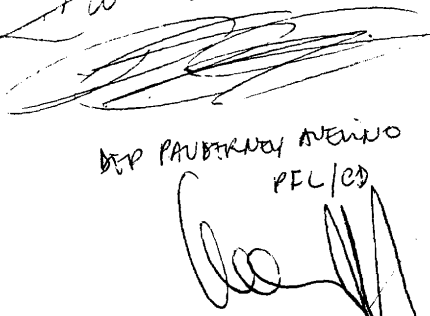
Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do PLN nº 49/02 que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de R\$ 50.000.000,00, em favor da Justiça Eleitoral, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente”, na presente Sessão.

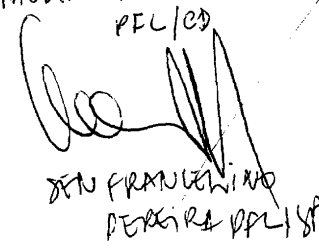
Sala das Sessões, em 07 de agosto de 2002.

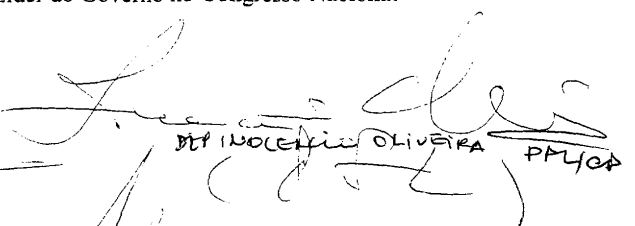

Ricardo Barros
Deputado Federal
Vice-Lider do Governo no Congresso Nacional

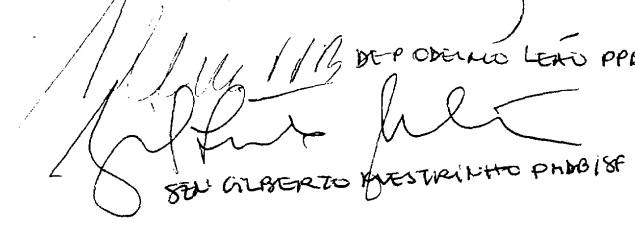

SEN ROMERO JUCH
PSDB/SF

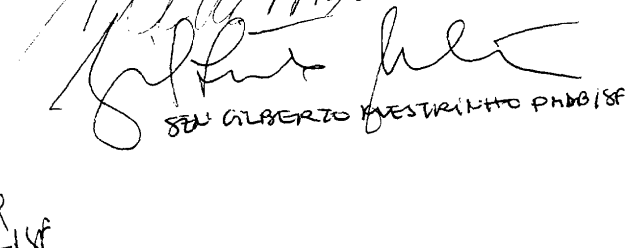

DEP JOÃO ALMEIDA
PSDB/CD


DEP PAUBERTONY AZEVEDO
PEL/CD


SEN FRANCISCO PEREIRA
PPR/SF


DEP INOCÊNCIA OLIVEIRA
PP/CD


DEP ODÁIRIO LEÃO
PPB/CD


SEN GILBERTO MESTRINHO
PRB/SF

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Em votação o requerimento, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Passa-se à apreciação da matéria:

“Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 49, de 2002, do Congresso Nacional, que ‘Abre ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em favor da Justiça Eleitoral, para reforço de dotações constantes no Orçamento vigente’”.

Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda, para emitir parecer sobre a matéria.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (Bloco/PCdoB – MG. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Sr. Presidente da República, tomando por base o art. 61 da Constituição Federal, submete à apreciação deste Congresso Nacional projeto de lei que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$50.000.000,00.

Os recursos necessários à abertura do crédito suplementar decorrerão, conforme indicado no projeto, da anulação parcial da reserva de contingência.

A exposição de motivos nº 264, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informa que os recursos se destinam à alimentação e treinamento de pessoas convocadas para as eleições; armazenamento, segurança e transporte das urnas eletrônicas no Brasil e no exterior; campanhas de divulgação institucional; ressarcimento de despesas do Ministério da Defesa, Polícia Rodoviária Federal e Ministério das Relações Exteriores, que apóiam a Justiça Eleitoral na realização das eleições, e emissão, expedição e entrega de convocações e intimações.

Não foram apresentadas emendas.

Voto

Levando em conta que o projeto não colide com as disposições da LDO, não fere quaisquer outros dispositivos legais e é meritório, porque visa proporcionar melhores condições para a realização das eleições de outubro deste ano, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 49, nos termos da proposta do Executivo.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2002 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 49, de 2002—CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de R\$50.000.000,00, em favor da Justiça Eleitoral, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente”.

Relator: Deputado **Sérgio Miranda**

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei abrindo ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para atender às despesas constantes do Anexo I do Projeto de Lei em epígrafe.

Os recursos necessários à abertura do crédito suplementar decorrerão, conforme indicado no projeto, da anulação parcial da Reserva de Contingência.

A Exposição de Motivos nº 264/MP, de 5-8-2002, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informa que os recursos destinam-se à suplementação de despesas relacionadas ao processo eleitoral de 2002.

II – Emendas

Não foram apresentadas emendas.

III – Voto

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, não ferindo, tampouco, a quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, e seu detalhamento acha-se conforme às exigências legais e aos princípios da boa técnica orçamentária, somos pela Aprovação do

Projeto de Lei nº 49, de 2002-CN, nos Termos do Executivo.

Sala da Comissão, 7 agosto de 2002. – **Sérgio Miranda**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O parecer conclui pela aprovação do projeto.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Passa-se à votação.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 49, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 50.000.000,00, em favor da Justiça Eleitoral, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anuidade parcial da Reserva de Contingência, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO : 13000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ANEXO I				CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)				RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO		VER	CON	PR	MOD	OUT	FE	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL										50.000.000
ATIVIDADES										
02 061	0570 4269	PLEITOS ELEITORAIS								50.000.000
02 061	0570 4269 0001	PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL		F	3	P	90	0	100	50.000.000
TOTAL - FISCAL										50.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										
TOTAL - GERAL										50.000.000

ÓRGÃO : 190000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

ANEXO II				CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)				RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO		VER	D/C	R	P	N	I	F	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA											\$0.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS									
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA									50.000.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL									50.000.000
				F	0	P	90	0	100		50.000.000
TOTAL - FISCAL											50.000.000
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											50.000.000

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Se-
cretário em exercício, Senador Juvêncio da Fonseca.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2002-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para votação do PLN nº 42/02 que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 79.276.270,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente”. na presente Sessão.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 2002.

Ricardo Barros

Deputado Federal

Vice-Lider do Governo no Congresso Nacional

SEN. ROMERO JUCA
PSDB/SF

DEP. JOÃO AURELIO
PSDB/CE

DEP. PAUDERNEY ALVINO
PP/CE

DEP. INOCÊNCIO OLIVEIRA
PP/CE

PP/CE

SEN. GILBERTO MESTRINHO
PMDB/SF

DEP. ODEILHO LEMO
PP/CE

SEN. FRANCISCO PEREIRA
PP/SF

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Em votação o requerimento.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não houve acordo entre nós e o Relator desta matéria. A matéria não foi inserida na pauta por decisão unânime. Por isso, quero pedir ao Relator que aparte este item.

A origem do recurso é superávit financeiro do ano anterior, o que irá alterar o superávit primário, provocando cortes de investimento. Esses 14 milhões de reais serão destinados a acervo bibliográfico, e já há 19 milhões previstos no Orçamento, nenhum centavo empenhado.

Não tem sentido essa suplementação agora, em detrimento de tantas outras obras necessárias ao País.

Se puder apartar, bem, votamos. Do contrário, pedirei a V.Exa que dê por encerrada a sessão por falta de **quorum**, o que é evidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Esclareço a V.Exa., Deputado Giovanni Queiroz, que estamos votando o requerimento de urgência. Após o parecer do Relator, a argumentação de V.Exa. pode ser apreciada.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, gostaria que o acordo fosse feito antecipadamente. Caso contrário, encaminharei a V.Exa a solicitação de encerramento da sessão neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concederei a palavra ao Relator, para que S.Exa. preste esclarecimentos antes da votação do requerimento.

O SR. DR. ROSINHA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Tem V.Exa a palavra.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos concedendo um e outro crédito, mas a população que assiste à **TV Câmara** não sabe o que exatamente está sendo votado.

Não podemos deixar de votar principalmente este projeto. Não consigo entender a posição do Líder do PDT, Deputado Giovanni Queiroz. Ainda ontem a Light cortou a luz da Universidade Federal do Rio de

Janeiro por falta de pagamento. Em consequência, ficou sem luz também o hospital universitário.

O que estamos votando neste momento é suplementação de verba para institutos de educação superior e para hospitais universitários, que estão sucateados.

Não é possível que aqueles que tanto defenderam os hospitais universitários se posicionem dessa maneira. Desde o ano passado se defendia na Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados a inclusão de 180 milhões de reais no Orçamento. Não conseguimos aprovar o recurso naquela época, e agora se cria esse problema todo por causa de 14 milhões.

Sei que o Relator vai justificar o porquê de não aceitar a proposta, mas estou entrando no mérito de todo o projeto. A Comissão Mista de Orçamento e as demais Comissões da Câmara dos Deputados recebem todos os meses uma romaria de reitores e diretores de hospitais universitários, e agora que estamos votando uma suplementação pequena, que não corrige as necessidades, criam esse empecilho todo.

Sei que 14 milhões de reais é muito dinheiro, principalmente para quem não tem nada, mas não é muito para um Governo que faz sangrar deste País bilhões e bilhões de reais para pagamento do serviço da dívida — e é criticado por muitos, várias vezes, por mim inclusive.

Solicito às Lideranças de todos os partidos que votemos ainda hoje este projeto, conforme acordado anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Vamos ouvir os esclarecimentos do Relator antes da votação do requerimento.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Nobre Deputado Giovanni Queiroz, este é o quarto projeto que trata de superávit. Três nós já aprovamos, e eles abriam créditos imensamente superiores a este. Qual é o problema agora?

V.Exa. tem certa razão quando diz que ainda não foram executados os 19 milhões já previstos, mas estes 14 milhões são necessários para a complementação do ano, para custear a manutenção de contratos de aquisição de periódicos eletrônicos firmados com editoras internacionais para os cursos de pós-graduação. Estamos tratando da melhoria do acervo dos nossos hospitais universitários e, conseqüentemente, da melhoria da qualidade do ensino. Precisamos, primeiro, destinar aos hospitais universitários verbas para que possam funcionar e, depois,

cuidar também da composição e manutenção do seu acervo.

V.Exa. criou uma contradição, Deputado Giovanni Queiroz. Nós já aprovamos três verbas de supravit. Esta seria a quarta, e os valores anteriores eram imensamente maiores. E mais: estamos defendendo os hospitais universitários, que, como muito bem disse V.Exa., estão abandonados por este Governo, destruídos. Acabamos de ouvir o exemplo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que teve o fornecimento de energia cortado. A UFRJ não tinha dinheiro nem para pagar sua conta de luz.

É o apelo que faço. Se V.Exa. não puder me atender, solicitarei à Presidência autorização para não proferir o parecer hoje. É óbvio que não vou pôr o projeto em risco.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ambos estão certos. Está certo o Relator da matéria quando lembra que já concedemos três créditos por excesso de arrecadação — e aprovamos a suplementação para custeio da máquina administrativa do País —, e está certo o Deputado Giovanni Queiroz quando alega que, neste caso específico, há 19 milhões de reais que ainda não foram gastos, aos quais se quer somar mais 14 milhões.

A situação das universidades brasileiras é crítica; os hospitais universitários funcionam de maneira precária, e esses 14 milhões serão destinados à melhoria do setor bibliográfico das universidades.

Apelo para o Deputado Giovanni Queiroz, profundo conhecedor dos meandros do Orçamento da União, no sentido de que dê mais esse crédito de confiança ao Ministério da Educação. Se permitimos a melhoria do acervo bibliográfico dos hospitais universitários e até mesmo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), poderemos, num futuro próximo, cobrar melhores atendimentos e melhores condições de funcionamento dos hospitais e aperfeiçoamento técnico dos que cursam Medicina.

Deputado Giovanni Queiroz, esta suplementação é mais um crédito de confiança que se dá a instituições tão sérias e tão importantes para a vida do País.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho ouvido apelo de pessoas sem dúvida nenhuma extraordinariamente responsáveis, particularmente do Líder do PFL, nobre Deputado Inocêncio Oliveira. Logicamente já estou convencido de que não é isso que irá matar o meu povo do sul do Pará, mas outros desmandos deste Governo.

Quero deixar bem claro que esses recursos — e aí não vale discurso que não seja verdadeiro — não são para atender ao hospital universitário, mas para atender acervos bibliográficos. O que quero retirar é apenas isso, porque já há 19 milhões do orçamento que nem sequer foram empenhados por este Governo. Então, vamos dar um voto de confiança para as universidades, porque este Governo não merece crédito nenhum, pois até agora não liberou nenhum centavo. Há 19 milhões, querem mais 14 milhões, sem ter empenhado nada; portanto, zero. É bom que se saiba disso. Vão colocar esse dinheiro, que ficará paralisado, porque o Ministro da Educação não está tendo força nem crédito junto ao Sr. Guilherme Dias, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, nem junto ao Sr. Pedro Malan, Ministro da Fazenda, que não tem nenhuma sensibilidade com o setor. Então, pedem mais 14 milhões, mas há 19 milhões bloqueados.

Mas, de qualquer forma, vamos atender ao apelo dos companheiros e votar a matéria. Espero que, depois dessas eleições, possamos conferir a aplicação desses recursos e ver o que foi acrescentado em termos de equipamentos para melhor aperfeiçoar aqueles que se estão formando.

Sr. Presidente, precisamos, sim, de inteligência neste País. Mas estamos formando inteligência que, lamentavelmente, está indo embora, porque o salário é miserável. Não se prestigia com salário nem o professor, aquele que se forma, que tem mestrado, doutorado, que pode servir ao Brasil. Eles têm de ir embora para sobreviver, porque não se tem uma política efetiva para fixar esses homens, que muito podem contribuir na área de pesquisa da ciência e tecnologia. Lamentavelmente, este País está sucateando seus cérebros.

Daremos outra oportunidade de formar mais, porque, de repente, nem no Brasil ficam. Vão prestar serviços fora. Mas não nos negaremos a dar oportunidade àqueles que podem servir a este País.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Em votação o requerimento de urgência na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

“Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 42, de 2002, do Congresso Nacional, que ‘Abre aos Orçamentos Fiscal e da Segurança Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de 79 milhões, 276 mil, 270 reais para reforço de dotações consignadas no Orçamento vigente’”.

Depende de parecer a ser proferido em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Deputado Professor Luizinho, para emitir parecer.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer ao nobre Deputado Giovanni Queiroz, que nos está permitindo emitir o parecer e votar este projeto neste momento.

Passo diretamente ao voto do Relator.

O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

Quanto à conformidade com as disposições da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO/2002, a percepção deste Relator é de que as inclusões de programações pretendidas por esse crédito adicional não contrariam as redações expressas em tal lei.

Examinando o Balanço Geral da União relativo ao exercício de 2001, verifica-se que existe saldo sufi-

ciente no balanço patrimonial para cobertura do presente crédito.

Constatou-se igualmente que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios da boa técnica orçamentária. Em consequência, somos pela aprovação do PL nº 42/2002, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É o nosso voto, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2002 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 42, de 2002 – CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$79.276.270,00, para reforço de dotações constantes no orçamento vigente.”

Autor: Poder Executivo

Relator: **Professor Luizinho**

I – Relatório

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, **b**, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, através da Mensagem nº 157, de 2002-CN (nº 687, de 2002, na origem), o Projeto de Lei nº 42, de 2002 – CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$79.276.270,00, para reforço de dotações constantes no orçamento vigente.”

A Exposição de Motivos – E.M., nº 251/MP, de 31 de julho de 2002, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, informa que o crédito ora planejado tem por objetivo “adequar o orçamento vigente de suas unidades às reais necessidades de execução”, conforme os demonstrativos apresentados a seguir:

Unidade/Programa/Ação	Suplementação
Universidade Federal de São Paulo	65.060.400
Hospitais de Ensino	65.060.400
Serviços Sociais à Comunidade por meio de Hospitais de Ensino	65.060.400
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES	14.000.000
Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação	14.000.000
Ampliação do Acervo Bibliográfico para a Pós-Graduação	14.000.000
Fundação Universidade Federal de Uberlândia	215.870
Desenvolvimento do Ensino de Graduação	215.870
Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino	215.870
TOTAL	79.276.270

Origem	Valor
Excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas	65.060.400
Superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 2001, da Fundação Universidade Federal de Uberlândia	215.870
Superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 2001, da União	65.060.400
TOTAL	14.000.000
TOTAL	79.276.270

Esclarece, ainda, a E.M., que os recursos necessários ao atendimento da proposta de crédito para a Universidade Federal de São Paulo serão provenientes de excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, cuja projeção foi apresentada pela Unidade Orçamentária, em atendimento ao disposto no art. 40, § 5º, da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 (LDO/2002), conforme quadro abaixo:

Ministério/Unidade/Discriminação	Lei (a)	Reestimativa (b)	Excesso/ Frustração (c=b-a)
Ministério da Educação			
26.262 – Universidade Federal de São Paulo	20.650.200	104.202.050	83.551.850
16000501 – Serviços Hospitalares	20.650.200	104.202.050	83.551.850

Os recursos propostos para a ação “Serviços Sociais à Comunidade por meio de Hospitais de Ensino” destinam-se à prestação de serviços hospitalares oriundos de contratos firmados após a elaboração da proposta orçamentária de 2002.

A suplementação prevista para a ação “Ampliação do Acervo Bibliográfico para a Pós-Graduação” visa à manutenção dos contratos de aquisição de periódicos eletrônicos firmados com as editoras internacionais, bem como ao pagamento de parcela destinada às Instituições Federais de Ensino Superior para aquisição de periódicos no formato impresso.

O reforço pleiteado para a ação Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino possibilitará a reforma de telhados de prédios, aquisição de microcomputadores e material para consumo em geral.

Os recursos necessários ao atendimento do crédito suplementar correrão à conta do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2001 da Fundação Universidade Federal de Uberlândia e da União no montante de R\$14.215.870,00 (quatorze milhões, duzentos e quinze mil, oitocentos e setenta reais) e da incorporação de excesso de arrecadação de recursos não financeiros diretamente arrecadados da Universidade Federal de São Paulo, no valor de R\$65.060.040,00 (sessenta e cinco milhões, sessenta mil e quarenta reais).

Lida na Sessão do Congresso Nacional de 6-8-2002, a Mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização e designado esta Parlamentar para relatar a matéria, na forma regimental.

II – Emendas

Ao PL nº 42/2002-CN não foram apresentadas emendas.

III – Voto do Relator

O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

Quanto à conformidade com as disposições da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO-2002), a percepção deste

Relator é de que as inclusões de programações pretendidas por este crédito adicional não contrariam as vedações expressas em tal lei.

Examinando o Balanço Geral da União relativo ao exercício de 2001, verifica-se que existe saldo suficiente no Balanço Patrimonial para cobertura do presente crédito. Constatou-se igualmente que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Em consequência, somos pela aprovação do PL nº 42/2002-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2002. – Deputado **Gilmar Machado**, Relator – Professor **Luizinho**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O parecer concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, antes de entrar no mérito do projeto, aproveito a oportunidade para dizer que, segundo a imprensa, o Ministro Paulo Renato estabeleceu, para o Orçamento do ano que vem, 61 milhões para as universidades e 20 milhões para os hospitais universitários, baseado na Lei de Diretrizes Orçamentárias. S.Exa. fez este anúncio hoje, reunido com vários dirigentes sindicais e de hospitais.

É importante destacar, Deputado Inocêncio Oliveira, que, quando a LDO chegou a esta Casa, no projeto do Governo, no seu Anexo de Metas, não existia o número 41. Sua inserção se deu através de emenda nossa, do Partido dos Trabalhadores. Só existiam os Anexos de Metas nºs 40 e 42. No 41, a emenda que inserimos, o Ministro afirma agora que está liberando os recursos.

É importante que seja feita essa liberação, mas o Ministro deveria ter dito que sua vontade inicial não era essa. É importante também – e agradecemos ao Deputado Giovanni Queiroz ter revisto sua posição – votar este PL.

Recebi, ainda esta semana, correspondência da Associação Brasileira de Hospitais Universitários, que diz o seguinte:

“São mais de 6 mil hospitais integrados ao SUS. Desses, 154 foram reconhecidos pelos Ministérios da Saúde e da Educação como de ensino. Em 2001, esses hospitais foram responsáveis pelo atendimento de aproximadamente 9% dos leitos do SUS, 12% das internações e 24% dos recursos do SUS. Responderam, no mesmo período, por algo em torno de 50% das cirurgias cardíacas, 70% dos transplantes e 50% das neurocirurgias. Hoje, só em pessoal, faltam aos hospitais universitários aproximadamente 20 mil servidores, porque eles estão hoje atendendo, porém, são terceirizados”.

O que estamos votando é importante, porque não atende todas as necessidades, nem todos os hospitais. Trata-se de um PL que remete uma parte de recurso para a CAPES, que entendemos bastante importante, destinado às bolsas de estudo, e os 14 milhões que estavam sendo questionados, mesmo que tenham 19 milhões que não foram gastos, são para aquisição de acervo.

Qualquer cidadão que visite uma biblioteca de qualquer universidade pública brasileira notará que ela necessita de acervo, fora algumas em que o acervo está extremamente atrasado. Quando falo em acervo não falo em bibliografia nacional, mas internacional, que muitas dessas bibliotecas precisam.

Temos 19 milhões não gastos, agora somados a esses 14 milhões. Espero que o mais rapidamente possível seja discutida a compra desse material bibliográfico.

Não pode o Ministro Paulo Renato deixar a sua disposição esse montante de dinheiro sem fazer a licitação da compra desse acervo. Se S.Exa. se achar incompetente, como disse o Deputado Giovanni Queiroz – com quem eu concordo, porque realmente o Ministro é incompetente na defesa da escola pública, mas muito competente para autorizar o funcionamento de escolas privadas – que remeta esse dinheiro para que os reitores das universidades comprem o acervo.

Outro atendido é o importante Hospital de Ensino da Universidade Federal de São Paulo. Queremos

que todos os demais hospitais brasileiros sejam atendidos, porque o montante necessário é muito superior ao que votamos.

Feitas essas observações, acompanharemos o parecer favorável do nosso colega de bancada, Deputado Professor Luizinho. Mas é importante fazer essas ressalvas para dizer que mesmo esse montante aprovado agora é insuficiente para atender todas as necessidades das universidades públicas e dos hospitais de ensino no âmbito federal.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz, para discutir a matéria.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (Bloco/PDT – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho que concordar com o Deputado Professor Luizinho. No Brasil, passamos por uma séria crise da universidade pública. Costumo dizer que, em alguns Estados, a universidade está mal e porcamente formando o jovem; formando mesmo, quase ninguém.

Quando os jovens de algumas áreas mais específicas vão para o mercado de trabalho, vêem que não sabem nada, que têm apenas um canudo na mão. O Brasil está tendo a coragem de enganar nossos jovens. Ao conferir-lhe um diploma em determinada área da ciência, está iludindo-o.

Precisamos reverter esse processo. Devemos começar pela recuperação dos professores, que precisam estar motivados, atualizados, até porque hoje há disponibilidade de informações para o cidadão do mundo na Internet. Hoje, com mais rapidez, renova-se, multiplica-se o conhecimento.

É necessário haver instrumentos que dêem ao professor condição de buscar a informação para levar à sala de aula. Mais ainda, o aluno também precisa ter acesso à busca de informações via Internet.

Lamentavelmente, tenho de concordar com o Deputado Professor Luizinho. A universidade brasileira está sucateada, e não podemos dela abrir mão. Dezenove milhões é pouco, em face da grande demanda que temos para as universidades brasileiras. A minha indignação é por que não se empenhou um centavo até agora.

Ao pedir mais 14 milhões de reais o Ministro da Educação deveria, pelo menos, ter provado que era competente para empenhar os 19 milhões de reais já existentes, ou 10 milhões de reais. Mas vamos dar esse voto de confiança.

Para o Pará foram liberados apenas 11 milhões de reais para infra-estrutura dos projetos de assentamento do INCRA, para atender 20 mil famílias de produtores rurais. E sabe quanto será liberado, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, que conhece como poucos a Amazônia? Treze milhões e meio de reais. É uma tristeza. Quatorze milhões de reais aqui, 19 milhões de reais ali, mais tantos milhões para cá, e o trabalhador que tem coragem de enfrentar a mata, de enfrentar as dificuldades daquela região, fica marginalizado, principalmente agora, diante da medida provisória do Governo que altera o Código Florestal dispondo que o pequeno produtor rural pode ocupar apenas 20% da área. E o trabalhador produtor fica engessado.

Não se pode tirar recursos do PRONAF para comprar 5, 6, 10 ou 15 alqueires para melhorar a renda familiar, porque o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso – ainda bem que está terminando – engessa o trabalhador rural, que não pode produzir. Se ele tem 10 alqueires, só poderá ocupar 2 alqueires. Isso é brincadeira! Se querem uma legislação para preservar a Amazônia, é preciso que façam mudanças. É preciso preservar grande parte dela, não toda, porque não estamos lá para criar bicho ou índio, estamos lá para produzir.

Portanto, temos que mudar essas coisas.

Sr. Presidente, voto favoravelmente.

Como autor do projeto de decreto legislativo que tramitou no Senado favorável ao plebiscito a ser realizado no Estado do Pará sobre a criação do Estado de Tapajós, quero convidá-lo, Sr. Presidente, a estar conosco, no próximo sábado, no grande caminhonço que vai até Santarém, importante eixo de escoamento da produção do Centro-Oeste.

Santarém produz mais de um milhão de sacas de arroz, tem 20 mil hectares de áreas mecanizadas – vai agora para 40 mil hectares – e abre o portão para exportar para a Europa e Estados Unidos em condições formidáveis de competição com os produtores internacionais.

Daí meu convite a V.Exa. para lá estar conosco. Será uma honra para o povo de Santarém recebê-lo como homem combativo da Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RICARDO BARROS (PPB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a aprovação desta matéria é importante, como também todas as outras votadas nesta sessão.

Quero destacar o fruto do acordo, do consenso, da consciência dos Parlamentares que lideram seus partidos na Comissão de Orçamento para que pudéssemos aprovar rapidamente esses créditos que, na verdade, são reflexos, na sua maioria, de decisões que tomamos anteriormente de fortalecer as categorias profissionais e valorizar o servidor público, permitindo, com esses créditos, que o Governo execute os aumentos salariais determinados pelo Congresso Nacional no final do primeiro semestre.

Agradeço especialmente aos Líderes, aos Deputados Giovanni Queiroz, Jorge Bittar, Sérgio Miranda, Dr. Rosinha, Professor Luizinho, Inocêncio Oliveira, José Carlos Aleluia, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Márcio Reinaldo Moreira, Eunício Oliveira, João Almeida e Santos Filho e aos Senadores que nos estão apoiando nesse trabalho, pessoas que participam efetivamente das decisões da Comissão. Parlamentares que, diferentemente de tantos outros que já estão em suas bases, aqui permaneceram para concretizar o acordo nesta importante sessão.

Sr. Presidente, quero dizer também que o acordo firmado com o FMI, que hoje foi anunciado e será ratificado em setembro, dará ao País tranquilidade necessária para superar essa fase de transição política que acaba refletindo-se na economia. O Brasil foi um dos países que mais recebeu investimentos nestes anos, porque mantém suas contas em dia, cumpre as metas e os compromissos que estabelece com a comunidade internacional. O País mantém agora também um bom superávit na balança comercial, fruto de uma nova política de substituição de importações e valorização da nossa política cambial.

O valor do acordo com o FMI é de 30 bilhões de reais. Trata-se de acordo **stand by**, ou seja, o dinheiro fica no FMI e o Governo recebe as parcelas conforme o combinado. Oitenta por cento desses recursos serão liberados a partir de 2003. A contrapartida que o Brasil vai dar é o superávit fiscal de 3,75, que já está previsto para 2003, aprovado na LDO. O FMI pede que esse superávit se estenda até 2005.

Ora, com esses 30 milhões e com a redução dos valores que devemos manter em reservas cambiais, o Brasil terá ampla condição de passar esse período de turbulência, provocada pela sucessão presidencial e pelo debate político, que é saudável.

Registre-se que o FMI declarou que o Brasil tem políticas sólidas, de longo prazo e fortes condições de receber suporte da comunidade internacional. O debate democrático no Brasil é bem-vindo, como já tem dito o FMI.

Portanto, não há patrulhamento. Pela terceira vez, no Governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil faz acordo com o FMI, porque se sente efetivamente prejudicado pelos problemas que ocorreram nos Estados Unidos, com o escândalo dos falsos balanços das grandes empresas americanas, inclusive com a falência de algumas delas.

Antes, não foi diferente, pois também sofremos por causa das crises russa, mexicana e asiática. Estamos em um país integrado à comunidade internacional, que sofre com essas dificuldades. Sofremos com a crise argentina e, graças a Deus, não geramos crise para ninguém. O País tem suportado essas diferenças com uma competente equipe econômica. Este Governo fez bem o seu papel, manteve o cumprimento de suas metas, o Brasil nos eixos e credibilidade para que continue a ser o país que mais recebe recursos da comunidade internacional.

Sr. Presidente, o Governo orienta o voto favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) - Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, quero registrar minha satisfação em ver concretizado entendimento que fez com que pudesse funcionar a máquina dos Poderes Exe-

cutivo Federal, Judiciário e Legislativo, na medida em que aqui, mediante acordo de Liderança, pudemos aprovar os créditos suplementares.

Portanto, quero parabenizar V.Exa., o Presidente Ramez Tebet e os Líderes que participaram da reunião.

Sr. Presidente, quero fazer um comunicado a todos os Senadores e Deputados em relação a uma questão que está sendo discutida, que é a aplicação da Lei de Reformulação do Setor Elétrico.

Na Câmara e no Senado, foi aprovada lei estabelecendo uma série de condições compensatórias, sobretudo para as famílias de baixa renda. Pela lei, seriam beneficiadas 14 milhões de famílias, e uma parte das empresas de distribuição de energia elétrica resolveu não cumprir a legislação e cobrou indevidamente desses 14 milhões de consumidores nos meses de maio e junho. Uma decisão de um desembargador federal, em junho, suspendeu a execução da lei. Fiz representação à Agência Nacional de Energia Elétrica dizendo que o acordo geral de recomposição tarifária não poderia ser homologado pela ANEEL em razão de essas empresas não terem retirado suas ações na Justiça. Hoje, tive a satisfação de ver na imprensa uma nota da Agência Nacional de Energia Elétrica dizendo que não homologará os acordos. Portanto, se as empresas não retirarem as ações até o dia 30 de agosto próximo, terá que ser suspensa a cobrança da chamada recomposição tarifária, decorrente do racionamento. É uma vitória do Congresso. Agradeço a V.Exa. a oportunidade de ter dado essa notícia.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Encerrada a discussão, passa-se à votação.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

FUNDO			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNDO	PROGRAMATICA	PROGRAMACAO SUBTITULO PRODUTO	E S T	G N D	R P	M O D	I L	F I E	VALOR
0046 HOSPITAIS DE ENSINO									65.060.400
12.302	0046 4086	ATIVIDADES							
12.302	0046 4086 0035	SERVICOS SOCIAIS A COMUNIDADE POR MEIO DE HOSPITAIS DE ENSINO							65.060.400
		SERVICOS SOCIAIS A COMUNIDADE POR MEIO DE HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	P	90	0	250	65.060.400
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									65.060.400
TOTAL - GERAL									65.060.400

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Cumprida a finalidade da presente sessão, declaro-a
encerrada.

*(Encerra-se a sessão às 20 horas e 52
minutos.)*

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Mistas

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA,
DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA
PROVISÓRIA N.º 051**, ADOTADA EM 04 DE JULHO DE 2002 E
PUBLICADA NO MESMO DIA, MÊS E ANO (EDIÇÃO EXTRA), QUE
“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE GUARDA DE
POLÍCIA FEDERAL E DE ANALISTA DE INFORMAÇÕES
POLICIAIS NO QUADRO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE
POLÍCIA FEDERAL E DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO
SUPERIORES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”:

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS
Deputado AGNELO QUEIROZ.....	004 006.
Deputado ALDIR CABRAL.....	017.
Deputado CARLOS BATATA.....	013 016.
Deputado CARLOS SANTANA.....	014.
Deputado JOSÉ ANTONIO ALMEIDA.....	003 005.
Deputado GONZAGA PATRIOTA.....	015.
Deputada LAURA CARNEIRO.....	018.
Deputado ROBSON TUMA.....	009 010 011 012.
Deputado WALTER PINHEIRO.....	001 002 007 008.
Deputada ZULAIÊ COBRA.....	019.

SACM

EMENDAS APRESENTADAS: 019

MP 051

000001

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 51, DE 04 DE JULHO

Dispõe sobre a criação de cargos de Guarda de Polícia Federal e de Analista de Informações Policiais no Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, e de Direção e Assessoramento Superiores no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

Emenda modificativa n.ºde 2002

Dê-se ao artigo 1º da Medida Provisória nº 51, de 4 de julho de 2002, a seguinte redação.

“Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal Permanente do Departamento de Polícia Federal, organizado na Carreira Policial Federal, de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, reorganizada pela Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, os seguintes cargos:

I – dois mil e oitocentos cargos efetivos de Agente de Polícia Federal;

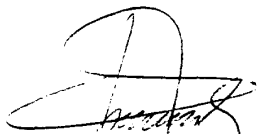
II - cem cargos efetivos de Papiloscopista Policial;

III – cem cargos efetivos de Perito Criminal Federal.”

JUSTIFICATIVA

SEDA PROFERIDA EM PLÉNO

Sala das Sessões, em 06/08/02

Deputado WALTER PINHEIRO
PT/BA

MP 051**000002****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 51, DE 04 DE JULHO**

Dispõe sobre a criação de cargos de Guarda de Polícia Federal e de Analista de Informações Policiais no Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, e de Direção e Assessoramento Superiores no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

Emenda modificativa n.º.....de 2002

Dê-se ao artigo 2º da Medida Provisória nº 51, de 4 de julho de 2002, a seguinte redação.

“Art. 2º. Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, seiscentos cargos de Analista Administrativo, de nível superior.

Parágrafo único. As atribuições, nomenclatura e vencimentos básico dos cargos acima, serão estabelecidas pelo Poder Executivo, mediante decreto.”

JUSTIFICATIVA
SERA PROFERIDA EM PLENÁRIO.

Sala das Sessões, em 05/08/02



Deputado WALTER PINHEIRO
PT/BA

MP 051

000003

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/08/02

Proposição: MP 51/02

Autor: Deputado José Antonio Almeida

Nº Prontuário: 076

☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☒ Aditiva ☐ Substitutiva/Global

Página: 01/01

Artigo: 2º

Parágrafo: 3º

Inciso:

Alínea:

O art. 2º da MP 51/02 passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

Art. 2º (....)

(....)

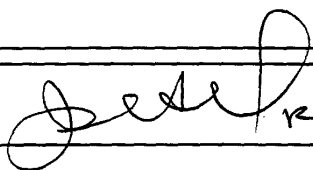
§ 3º Os servidores da carreira referida no art. 1º observarão a procedência dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, dentro de sua área de competência e jurisdição, no que interessar à Fazenda Nacional, especialmente no zona primária e de vigilância aduaneira, no que concerne à disciplina da entrada, permanência, movimentação e saída de pessoas, veículos, unidades de carga e mercadorias, sem prejuízo das suas atribuições e das de outros órgãos ou servidores.

(....)

JUSTIFICAÇÃO

O dispositivo acrescentado define com clareza a precedência dos servidores fiscais da administração fazendária, sobre os demais setores administrativos que atuem dentro de sua área de competência e jurisdição, nos termos do art. 37, inciso XVIII da Constituição Federal, evitando assim conflitos quanto às competências e atribuições dos servidores de que trata esta medida, em especial na zona primária e de vigilância aduaneira.

Assinatura



MP 051

000004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

04/07/2002		MP 51, de 04 de Julho 2002.	
AUTOR		PC do B.	
AGNELO QUEIROZ			
11	2º	3	4
11		2º	

Adiciona-se um novo parágrafo ao dispositivo, com a seguinte

redação:

Art. 2º ...

§ ... - Os servidores da carreira referida no art. 1º observarão a precedência dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, dentro de sua área de competência e jurisdição, no que interessar à Fazenda Nacional, especialmente na zona primária e de vigilância aduaneira, no que concerne à disciplina da entrada, permanência, movimentação e saída de pessoas, veículos, unidades de carga e mercadorias, sem prejuízo das suas atribuições e das de outros órgãos ou servidores.

JUSTIFICATIVA:

O dispositivo acrescentado define com clareza a precedência dos servidores fiscais da administração fazendária, sobre os demais setores administrativos que atuem dentro de sua área de competência e jurisdição, nos termos do art. 37, inc. XVIII da Constituição Federal, evitando assim conflitos quanto as competências e atribuições dos servidores de que trata esta medida, em especial na zona primária e de vigilância aduaneira.

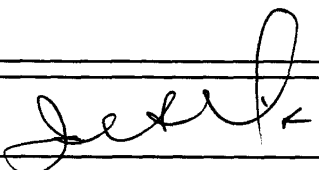
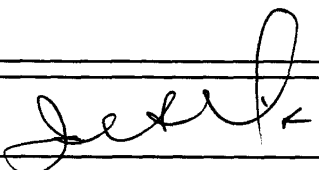
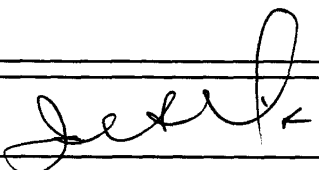
art. 2º_precedência

SIGNATURA

MP 051

000005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/08/02	Proposição: MP 51/02					
Autor: Deputado José Antonio Almeida	Nº Prontuário: 076					
<table style="width: 100%;"><tr><td><input type="checkbox"/> Supressiva</td><td><input type="checkbox"/> Substitutiva</td><td><input type="checkbox"/> Modificativa</td><td><input checked="" type="checkbox"/> Aditiva</td><td><input type="checkbox"/> Substitutiva/Global</td></tr></table>		<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> Substitutiva	<input type="checkbox"/> Modificativa	<input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutiva/Global
<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> Substitutiva	<input type="checkbox"/> Modificativa	<input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutiva/Global		
Página: 01/01	Artigo: 2º	Parágrafo: 3º	Inciso:	Alínea:		
<p>O art. 2º da MP 51/02 passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:</p> <p>Art. 2º (....)</p> <p>(....)</p> <p>§ 3º Os ocupantes do cargo de Guarda da Polícia Federal deverão prestar auxílio imediato aos Auditores-Fiscais da Receita Federal, sempre que requisitado, para o cumprimento das atividades fiscais, inclusive na zona de vigilância aduaneira.</p> <p>(....)</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>O dispositivo acrescentado estabelece a necessidade de imediato atendimento das requisições feitas pelos auditores-fiscais, no exercício das suas atividades, dando prioridade às ações que visam a salvaguardar os interesses da Fazenda Nacional, tanto no que concerne ao combate à sonegação, ao contrabando e ao descaminho, no sentido de evitar a impunidade fiscal e o dano ao erário.</p> <p>Tem-se observado nos anos o aumento da violência contra os servidores fiscais, inclusive com a ocorrência de diversos atentados fatais contra a vida de vários auditores-fiscais, em decorrência de suas atividades. O Estado não pode e não deve aceitar passivamente que sua autoridade, representada na pessoa desses servidores venha a ser cerceada ou mesmo suprimida, sob quaisquer formas de intimidação, mormente numa área vital para o seu funcionamento, como a da arrecadação tributária e do controle aduaneiro do país.</p>						
<table style="width: 100%;"><tr><td style="width: 30%;">Assinatura</td><td style="width: 70%; text-align: center;"></td></tr></table>					Assinatura	
Assinatura						

MP 051

000006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

04/07/2002		MP 51, de 04 de Julho 2002.						
AGNELO QUEIROZ		PC do B						
1	2	3	4	5	6	7	8	9
11	2º							

Adiciona-se um novo parágrafo ao dispositivo, com a seguinte redação

Art. 2º ...

§ ... - Os ocupantes do cargo de Guarda da Polícia Federal deverão prestar auxílio imediato aos Auditores-Fiscais da Receita Federal, sempre que requisitado, para o cumprimento das atividades fiscais, inclusive na zona de vigilância aduaneira.

JUSTIFICATIVA:

O dispositivo acrescentado estabelece a necessidade de imediato atendimento das requisições feitas pelos auditores-fiscais, no exercício das suas atividades, dando prioridade às ações que visam a salvaguardar os interesses da Fazenda Nacional, tanto no que concerne ao combate à sonegação, ao contrabando e ao descaminho, no sentido de evitar a impunidade fiscal e o dano ao erário.

Tem-se observado nos últimos anos o aumento da violência contra os servidores fiscais, inclusive com a ocorrência de diversos atentados fatais contra a vida de vários auditores-fiscais, em decorrência do exercício de suas atividades. O Estado não pode e não deve aceitar passivamente que sua autoridade, representada na pessoa desses servidores venha a ser cerceada ou mesmo suprimida, sob quaisquer formas de intimidação, mormente numa área vital para o seu funcionamento, como o da arrecadação tributária e do controle aduaneiro do país.

art. 2º_força policial

Assinatura
Agnele Queiroz

MP 051**000007****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 51, DE 04 DE JULHO**

Dispõe sobre a criação de cargos de Guarda de Polícia Federal e de Analista de Informações Policiais no Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, e de Direção e Assessoramento Superiores no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

Emenda modificativa n.º.....de 2002

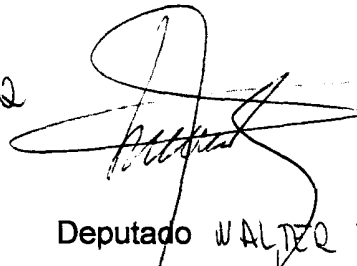
Dê-se ao artigo 3º da Medida Provisória nº 51, de 4 de julho de 2002, a seguinte redação.

“Art. 3º. Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, dois mil e quatrocentos cargos de Assistente Administrativo, de nível médio.”

Parágrafo único. As atribuições, nomenclatura e vencimentos básico dos cargos acima, serão estabelecidas pelo Poder Executivo, mediante decreto.”

JUSTIFICATIVA
SERÁ PROFERIDA EM PLENÁRIO.

Sala das Sessões, em 06/08/02



Deputado WALTER PINHEIRO
PT/BA

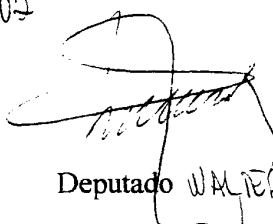
MP 051**000008****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 51, DE 04 DE JULHO**

Dispõe sobre a criação de cargos de Guarda de Polícia Federal e de Analista de Informações Policiais no Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, e de Direção e Assessoramento Superiores no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

Emenda supressiva n.ºde 2002

Suprima-se os artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e o § 5º, do art 16, da Medida Provisória nº 51, de 4 de julho de 2002,

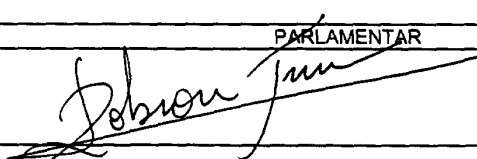
JUSTIFICATIVA
SERÁ PROPOSTA EM PLENÁRIO.
Sala das Sessões, em 06/08/02


Deputado WALTER DINIZ
PT/BA

MP 051

000009

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 06/08/02	proposição Medida Provisória nº			
autor DEP. ROBSON TUMA			nº do prontuário	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Proposta de emenda a Medida Provisória nº51 de 04/07/2002.</p> <p>Modifica-se o art.15:</p> <p>"Art.15. O Ministro de Estado da Justiça estabelecerá programa de capacitação para os ocupantes dos cargos da Guarda de Polícia Federal, Especialistas em Informações Policiais, Especialista em Gestão Administrativa, Técnico em Gestão Administrativa e de Auxiliar em Gestão Administrativa do Departamento de Polícia Federal."</p> <p style="text-align: center;"><u>JUSTIFICATIVA</u></p> <p>O programa de capacitação destina-se a possibilitar o aprimoramento e o desenvolvimento profissional dos servidores no desempenho das novas atribuições dos cargos e à assimilação dos valores éticos das atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Federal.</p>				
PARLAMENTAR				
				

MP 051

000010

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 02/08/02	proposição Medida Provisória nº			
autor DEPUTADO ROBSON TUMA	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO				

Proposta de Emenda a Medida Provisória nº51 de 04/07/2002.

Modifica-se o art.16:

"Art.16.Fica criado o Plano Especial de Cargos de Gestão Administrativa do Departamento de Polícia Federal, composto pelos cargos de provimento efetivo em Gestão Administrativa, Técnico em Gestão Administrativa e de Auxiliar em Gestão Administrativa, regidos pela Lei nº8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal na data de vigência desta Medida Provisória, mediante enquadramento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante no Anexo IV."

§3º O enquadramento de que trata este artigo dar-se-á mediante opção irretratável do servidor, a ser formalizada até o dia 02 de janeiro de 2003.

.....

§5º. São atribuições dos ocupantes do cargo de Especialista em Gestão Administrativa: cont...

I - planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades administrativas e logísticas relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Departamento de Polícia Federal;

II - promover o desenvolvimento dos recursos humanos para a atividade policial;

III - exercer atividades de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, direcionadas à obtenção e análise de dados relativos à missão policial.

§6º. Os ocupantes do cargo de Técnico em Gestão Administrativa têm por atribuições dar suporte às atividades decorrentes do disposto no parágrafo anterior.

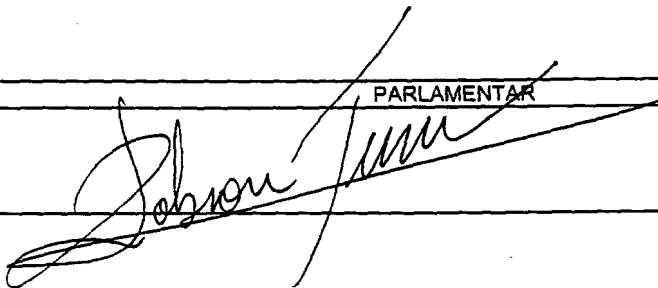
§7º. Os ocupantes do cargo de Auxiliar em Gestão Administrativa têm como atribuições dar suporte operacional às atividades decorrentes do disposto nos §§6º e 7º do Art.16 desta Lei.

JUSTIFICATIVA

É necessária a denominação e as atribuições dos cargos ora criados ou enquadrados no Plano Especial de Cargos de Gestão Administrativa, justificando-se sua inclusão no sentido de liberação dos policiais federais para as atividades fins do Departamento de Polícia Federal.

Com relação ao §5º o mesmo deverá ser revogado, pois cria-se um plano extinto, afastando-se do objetivo de estruturar as atividades meio do Órgão. A medida em que ocorrer avacância dos cargos, os mesmos deverão ser providos por Concurso Público.

PARLAMENTAR



MP 051**000011****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 06/08/2002	proposição Medida Provisória nº			
DEPUTADO ROBSON TUMA	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se o §8 e §9 ao Art.16 da Medida Provisória nº51 de 04 de julho de 2002.

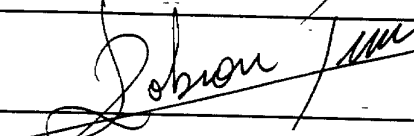
§8º. O ingresso nos cargos efetivos, de que a Lei far-se-á no padrão inicial da classe ou categoria inicial do respectivo cargo, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigindo-se curso superior ou médio, ou equivalente, concluído, conforme o nível do cargo, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.

§9º. O concurso referido no parágrafo anterior poderá ser realizado por áreas de especialização organizado em fases, incluindo curso de formação profissional, conforme dispuser o edital de abertura do certame, observado a legislação pertinente."

JUSTIFICATIVA

É necessário o concurso público, pois precisa-se suprir a carência de pessoal na atividade meio, liberando assim o agente federal para a atividade fim, o que acaba com o desvio de função, regulamentando assim a atividade meio, além do que, a realização de concurso público para a contratação de servidores já tem previsão constitucional.

PARLAMENTAR



MP 051**000012****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 06/08/2002	proposição Medida Provisória nº
--------------------	------------------------------------

DEPUTADO ROBSON TUMA	autor	nº do prontuário
----------------------	-------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifica-se o Art.21 da Medida Provisória nº51 de 04/07/2002:

"Art.21. Os servidores de que trata o Art.16, atualmente cedidos, que optarem na forma do §3º pelo Plano Especial de Cargos de Gestão Administrativa do Departamento de Polícia Federal, deverão retornar à Instituição de origem até o dia 02 de janeiro de 2003, sob pena de nulidade de opção feita, ressalvados os casos de requisição."

JUSTIFICATIVA

A extensão do prazo permitirá que os servidores que se encontram na situação prevista, terão um tempo maior para se organizarem, até que o Plano seja melhor definido.

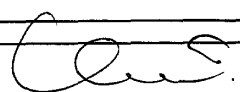

PARLAMENTAR

MP 051

000013

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
	Medida Provisória nº 51/2002			
autor	nº do prontuário			
Deputado Carlos Batata	148			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p style="text-align: center;">Emenda Aditiva</p> <p>Acrescente-se à Medida Provisória nº 51, de 4 de julho de 2002, o artigo 33, renumerando-se os demais.</p> <p>Art. 33 – Fica o Poder Executivo autorizado a transformar os oitocentos cargos de Policial Ferroviário existente em todo território nacional em cargos efetivos no Âmbito do Ministério da Justiça, obedecidos a qualificação profissional e os níveis hierárquicos das carreiras de nível médio.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>Os atuais profissionais da Polícia Ferroviária, Instituição criada em 26 de julho de 1852, através do Decreto Régio nº 641, somam hoje, larga experiência na função que exercem. É de grande relevância lembrar que o território brasileiro mantém hoje, vinte e três mil quilômetros de malha ferroviária sob o controle da União. Embora concedido a terceiros, a União não pode abandonar o seu poder de polícia, pelo fato de que são fronteiras internas e divisas internacionais, logo esses profissionais somariam como um braço em outras instituições hoje existentes do Sistema de Segurança Pública no âmbito do Ministério da Justiça. Tal pretensão prende-se pelo fato que a matéria é constitucional, Art. 48, X.</p>				
PARLAMENTAR				
Brasília				



MP 051

000014

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
	Medida Provisória nº 51/2002

autor	nº do prontuário
Deputado Carlos Santana	290

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Aditiva

Acrescente-se à Medida Provisória nº 51, de 4 de julho de 2002, o artigo 33, renumerando-se os demais.

Art. 33 – Fica o Poder Executivo autorizado a transformar os oitocentos cargos de Policial Ferroviário existente em todo território nacional em cargos efetivos no Âmbito do Ministério da Justiça, obedecidos a qualificação profissional e os níveis hierárquicos das carreiras de nível médio.

JUSTIFICAÇÃO

Os atuais profissionais da Polícia Ferroviária, Instituição criada em 26 de julho de 1852, através do Decreto Régio nº 641, somam hoje, larga experiência na função que exercem. É de grande relevância lembrar que o território brasileiro mantém hoje, vinte e três mil quilômetros de malha ferroviária sob o controle da União. Embora concedido a terceiros, a União não pode abandonar o seu poder de polícia, pelo fato de que são fronteiras internas e divisas internacionais, logo esses profissionais somariam como um braço em outras instituições hoje existentes do Sistema de Segurança Pública no âmbito do Ministério da Justiça. Tal pretensão prende-se pelo fato que a matéria é constitucional, Art. 48, X.

PARLAMENTAR

Brasília

MP 051

000015

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
	Medida Provisória nº 51/2002

autor	nº do prontuário
Deputado Gonzaga Patriota	143

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Emenda Aditiva

Acrescente-se à Medida Provisória nº 51, de 4 de julho de 2002, o artigo 33, renumerando-se os demais.

Art. 33 – Fica o Poder Executivo autorizado a transformar os oitocentos cargos de Policial Ferroviário existente em todo território nacional em cargos efetivos no Âmbito do Ministério da Justiça, obedecidos a qualificação profissional e os níveis hierárquicos das carreiras de nível médio.

JUSTIFICAÇÃO

Os atuais profissionais da Polícia Ferroviária, Instituição criada em 26 de julho de 1852, através do Decreto Régio nº 641, somam hoje, larga experiência na função que exercem. É de grande relevância lembrar que o território brasileiro mantém hoje, vinte e três mil quilômetros de malha ferroviária sob o controle da União. Embora concedido a terceiros, a União não pode abandonar o seu poder de polícia, pelo fato de que são fronteiras internas e divisas internacionais, logo esses profissionais somariam como um braço em outras instituições hoje existentes do Sistema de Segurança Pública no âmbito do Ministério da Justiça. Tal pretensão prende-se pelo fato que a matéria é constitucional, Art. 48, X.

PARLAMENTAR

Brasília

MP 051**000016****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data	Proposição Medida Provisória n.º 51, de 4/7/2002
-------------	---

Autor Deputado CARLOS BATATA	Nº Prontuário 148
---	------------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
---------------------------------------	--	-----------------	--------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**Emenda Aditiva**

Acrescente-se à Medida Provisória n.º 51, de 4 julho de de 2002, os artigos 33,34e 35, remunerando-se os demais.

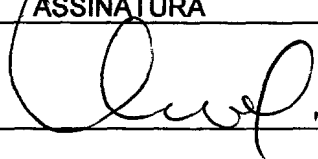
Art. 33 - Fica criado no âmbito do Ministério da Justiça, o Policial Portuário Federal.

Art. 34 - O ingresso nos cargos de que trata esse artigo dar-se-á mediante transformação dos atuais membros da guarda portuária em cargos de Policial Portuário Federal.

Art. 35 – As despesas decorrentes da aplicação desta Medida Provisória correrão à conta de dotações orçamentaria da União

JUSTIFICAÇÃO

A constituição Federal prevê em seu Art. 144, as Policias Rodoviárias e Ferroviárias Federal, portanto reverte-se de grande relevância à inclusão da Policia Portuária Federal, bem c9om a sua subordinação ao Ministério da Justiça em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contra bando e ao tragefo de drogas cujos os traficantes utilizam- se dos diversos modais de transportes como rodovias, ferrovias e Portos , como também é relevância o aproveitamento dos atuais profissionais que executam a função de guarda portuários em todo o nosso território, onde todos contam no mínimo com 15 anos de experiências.

ASSINATURA

MP 051

000017

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
	Medida Provisória nº 51/2002

autor	nº do prontuário
Deputada Aldir Cabral	283

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Emenda Aditiva

Acrescente-se à Medida Provisória nº 51, de 4 de julho de 2002, os artigos 33, 34, 35 e 36, renumerando-se os demais.

Art. 33 – Fica criado no âmbito do Ministério da Justiça, o Departamento de Polícia Ferroviária Federal.

Art. 34 – Ficam criados no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, seis cargos em Comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS, assim distribuídos: um DAS – 101.5, um DAS – 101.4, um DAS – 101.3 e três DAS – 102.3.

Art. 35 – Ficam criados no Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Ferroviária Federal – DPFF, oitocentos cargos efetivos de Agentes de Polícia Ferroviária Federal, para provimento a partir do exercício de 2003.

Parágrafo Único – O ingresso nos cargos de que trata este artigo dar-se-á mediante transformação dos atuais cargos de Policial Ferroviário em cargos de policial Ferroviário Federal.

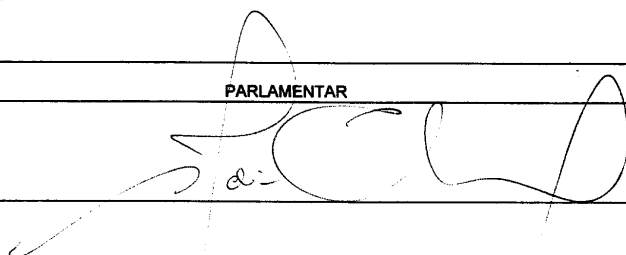
Art. 36 – As despesas decorrentes da aplicação desta Medida Provisória correrão à conta de dotações orçamentária da União.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu Art. 144, Inciso III § 3º a Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, está assegurada a sua existência e a sua missão institucional. Portanto, reveste-se de grande relevância a permanência da existência do órgão, bem como a sua subordinação ao Ministério da justiça em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes ou contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transportes, tais como: as rodovias, ferrovias e fluviais. Como também é de relevância o aproveitamento dos atuais profissionais que executam a função de Policial Ferroviário em nosso território, onde todos contam com no mínimo vinte anos de experiência.

PARLAMENTAR

Brasília



MP 051**000018****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição
	Medida Provisória nº 51/2002

autor	nº do prontuário
Deputada Laura Carneiro	311

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Emenda Aditiva

Acrescente-se à Medida Provisória nº 51, de 4 de julho de 2002, os artigos 33, 34, 35 e 36, renumerando-se os demais.

Art. 33 – Fica criado no âmbito do Ministério da Justiça, o Departamento de Polícia Ferroviária Federal.

Art. 34 – Ficam criados no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, seis cargos em Comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS, assim distribuídos: um DAS – 101.5, um DAS – 101.4, um DAS – 101.3 e três DAS – 102.3.

Art. 35 – Ficam criados no Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Ferroviária Federal – DPFF, oitocentos cargos efetivos de Agentes de Polícia Ferroviária Federal, para provimento a partir do exercício de 2003.

Parágrafo Único – O ingresso nos cargos de que trata este artigo dar-se-á mediante transformação dos atuais cargos de Policial Ferroviário em cargos de policial Ferroviário Federal.

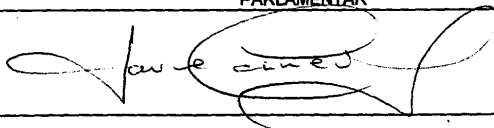
Art. 36 – As despesas decorrentes da aplicação desta Medida Provisória correrão à conta de dotações orçamentária da União.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu Art. 144, Inciso III § 3º a Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, está assegurada a sua existência e a sua missão institucional. Portanto, reveste-se de grande relevância a permanência da existência do órgão, bem como a sua subordinação ao Ministério da justiça em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes ou contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transportes, tais como: as rodovias, ferrovias e fluviais. Como também é de relevância o aproveitamento dos atuais profissionais que executam a função de Policial Ferroviário em nosso território, onde todos contam com no mínimo vinte anos de experiência.

PARLAMENTAR

Brasília



MP 051

000019

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 06/08/2002	proposição Medida Provisória nº 51/2002
--------------------	--

autor Deputada ZULAIÊ COBRA	nº do prontuário 540
--------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Emenda Aditiva

Acrescente-se à Medida Provisória nº 51, de 4 de julho de 2002, os artigos 33, 34, 35 e 36, renumerando-se os demais.

Art. 33 – Fica criado no âmbito do Ministério da Justiça, o Departamento de Polícia Ferroviária Federal.

Art. 34 – Ficam criados no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, seis cargos em Comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS, assim distribuídos: um DAS – 101.5, um DAS – 101.4, um DAS – 101.3 e três DAS – 102.3.

Art. 35 – Ficam criados no Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Ferroviária Federal – DPFF, oitocentos cargos efetivos de Agentes de Polícia Ferroviária Federal, para provimento a partir do exercício de 2003.

Parágrafo Único – O ingresso nos cargos de que trata este artigo dar-se-á mediante transformação dos atuais cargos de Policial Ferroviário em cargos de policial Ferroviário Federal.

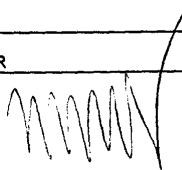
Art. 36 – As despesas decorrentes da aplicação desta Medida Provisória correrão à conta de dotações orçamentária da União.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu Art. 144, Inciso III § 3º a Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, está assegurada a sua existência e a sua missão institucional. Portanto, reveste-se de grande relevância a permanência da existência do órgão, bem como a sua subordinação ao Ministério da justiça em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes ou contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transportes, tais como: as rodovias, ferrovias e fluviais. Como também é de relevância o aproveitamento dos atuais profissionais que executam a função de Policial Ferroviário em nosso território, onde todos contam com no mínimo vinte anos de experiência.

PARLAMENTAR

Brasília 06 DE AGOSTO DE 2002

ZULAIÊ COBRA – Deputada Federal
(PSDB/SP)

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A
COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR
PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 052**, ADOTADA
EM 04 DE JULHO DE 2002 E PUBLICADA NO DIA 04 DO
MESMO MÊS E ANO, QUE “DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA
CARREIRA DE SUPERVISÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado ANTÔNIO CAMBRAIA	001, 012, 022, 033 e 044
Senador ARLINDO PORTO	002, 013, 023, 034 e 045
Deputado CARLOS BATATA	003, 014, 024, 035, 046 e 055
Senador CARLOS PATROCÍNIO	004, 025, 036 e 047
Deputado Dr.ROSINHA	005, 015, 026, 037 e 048
Senador LÚCIO ALCÂNTARA	006, 016, 027, 038 e 049
Deputado RAFAEL GUERRA	007, 017, 028, 039 e 050
Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	008, 018, 029, 040 e 051
Senador SEBASTIÃO ROCHA	009, 019, 030, 041 e 052
Senador TIÃO VIANA	010, 020, 031, 042 e 053
Deputado URSICINO QUEIROZ	011, 021, 032, 043 e 054

SACM

TOTAL DE EMENDAS – 055
Apresentadas: 55 Emendas

MP 52**000001****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 1º e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Fica criada no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde a Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, na forma desta Medida Provisória”.

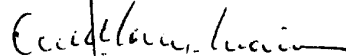
§ 1º. – Ficam criados na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria quatrocentos cargos efetivos de Especialista em Auditoria de Saúde e cento e sessenta cargos de Técnico em Auditoria de Saúde.

§ 2º Os atuais cargos de provimento efetivo, integrantes dos quadros de pessoal a que se refere o *caput* passam a denominar-se cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde na proporção a ser definida em regulamento, vedando-se a modificação do nível de escolaridade do cargo em razão da transformação feita.

§ 3º A transformação de que trata este artigo será devida aos servidores que ora estejam lotados e em exercício de atividades de auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – componente federal do Sistema Nacional de Auditoria, devendo ser observada a legislação vigente.

JUSTIFICAÇÃO

O pleito de regulamentação da carreira de auditor e técnico em auditoria é antigo e promessa do Ministro da Saúde, tendo sido, inclusive, objeto de Exposição de Motivos de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, de 06 de junho de 2001, dirigida ao Senhor Presidente da República, onde os Ministros à época, JOSÉ SERRA e MARTUS TAVARES, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.

**ANTÔNIO CAMBRAIA****Deputado Federal – PSDB/CE**

MP 52**000002****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 1º e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Fica criada no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde a Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, na forma desta Medida Provisória”.

§ 1º. – Ficam criados na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria quatrocentos cargos efetivos de Especialista em Auditoria de Saúde e cento e sessenta cargos de Técnico em Auditoria de Saúde.

§ 2º Os atuais cargos de provimento efetivo, integrantes dos quadros de pessoal a que se refere o *caput* passam a denominar-se cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde na proporção a-ser definida em regulamento, vedando-se a modificação do nível de escolaridade do cargo em razão da transformação feita.

§ 3º A transformação de que trata este artigo será devida aos servidores que ora estejam lotados e em exercício de atividades de auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – componente federal do Sistema Nacional de Auditoria, devendo ser observada a legislação vigente.

JUSTIFICAÇÃO

O pleito de regulamentação da carreira de auditor e técnico em auditoria é antigo e promessa do Ministro da Saúde, tendo sido, inclusive, objeto de Exposição de Motivos de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, de 06 de junho de 2001, dirigida ao Senhor Presidente da República, onde os Ministros à época, JOSÉ SERRA e MARTUS TAVARES, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.

**ARLINDO PORTO****Senador da República – PTB/MG**

MP 52**000003****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 1º e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Fica criada no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde a Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, na forma desta Medida Provisória”.

§ 1º. – Ficam criados na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria quatrocentos cargos efetivos de Especialista em Auditoria de Saúde e cento e sessenta cargos de Técnico em Auditoria de Saúde.

§ 2º Os atuais cargos de provimento efetivo, integrantes dos quadros de pessoal a que se refere o *caput* passam a denominar-se cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde na proporção a ser definida em regulamento, vedando-se a modificação do nível de escolaridade do cargo em razão da transformação feita.

§ 3º A transformação de que trata este artigo será devida aos servidores que ora estejam lotados e em exercício de atividades de auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – componente federal do Sistema Nacional de Auditoria, devendo ser observada a legislação vigente.

JUSTIFICAÇÃO

O pleito de regulamentação da carreira de auditor e técnico em auditoria é antigo e promessa do Ministro da Saúde, tendo sido, inclusive, objeto de Exposição de Motivos de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, de 06 de junho de 2001, dirigida ao Senhor Presidente da República, onde os Ministros à época, JOSÉ SERRA e MARTUS TAVARES, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.


CARLOS BATATA**Deputado Federal – PSDB/PE**

MP 52

000004

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 1º e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Fica criada no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde a Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, na forma desta Medida Provisória”.

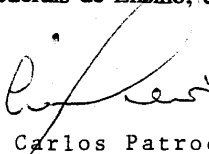
§ 1º. – Ficam criados na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria quatrocentos cargos efetivos de Especialista em Auditoria de Saúde e cento e sessenta cargos de Técnico em Auditoria de Saúde.

§ 2º Os atuais cargos de provimento efetivo, integrantes dos quadros de pessoal a que se refere o *caput* passam a denominar-se cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde na proporção a ser definida em regulamento, vedando-se a modificação do nível de escolaridade do cargo em razão da transformação feita.

§ 3º A transformação de que trata este artigo será devida aos servidores que ora estejam lotados e em exercício de atividades de auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – componente federal do Sistema Nacional de Auditoria, devendo ser observada a legislação vigente.

JUSTIFICAÇÃO

O pleito de regulamentação da carreira de auditor e técnico em auditoria é antigo e promessa do Ministro da Saúde, tendo sido, inclusive, objeto de Exposição de Motivos de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, de 06 de junho de 2001, dirigida ao Senhor Presidente da República, onde os Ministros à época, JOSÉ SERRA e MARTUS TAVARES, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.



Senador Carlos Patrocínio

MP 52**000005****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 1º e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Fica criada no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde a Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, na forma desta Medida Provisória”.

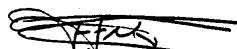
§ 1º. – Ficam criados na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria quatrocentos cargos efetivos de Especialista em Auditoria de Saúde e cento e sessenta cargos de Técnico em Auditoria de Saúde.

§ 2º Os atuais cargos de provimento efetivo, integrantes dos quadros de pessoal a que se refere o *caput* passam a denominar-se cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde na proporção a ser definida em regulamento, vedando-se a modificação do nível de escolaridade do cargo em razão da transformação feita.

§ 3º A transformação de que trata este artigo será devida aos servidores que ora estejam lotados e em exercício de atividades de auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – componente federal do Sistema Nacional de Auditoria, devendo ser observada a legislação vigente.

JUSTIFICAÇÃO

O pleito de regulamentação da carreira de auditor e técnico em auditoria é antigo e promessa do Ministro da Saúde, tendo sido, inclusive, objeto de Exposição de Motivos de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, de 06 de junho de 2001, dirigida ao Senhor Presidente da República, onde os Ministros à época, JOSÉ SERRA e MARTUS TAVARES, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.



Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha)
Deputado Federal PT/PR

MP 52**000006****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 1º e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Fica criada no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde a Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, na forma desta Medida Provisória”.

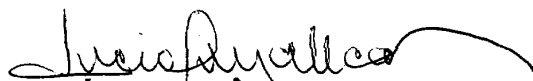
§ 1º – Ficam criados na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria quatrocentos cargos efetivos de Especialista em Auditoria de Saúde e cento e sessenta cargos de Técnico em Auditoria de Saúde.

§ 2º Os atuais cargos de provimento efetivo, integrantes dos quadros de pessoal a que se refere o *caput* passam a denominar-se cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde na proporção a ser definida em regulamento, vedando-se a modificação do nível de escolaridade do cargo em razão da transformação feita.

§ 3º A transformação de que trata este artigo será devida aos servidores que ora estejam lotados e em exercício de atividades de auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – componente federal do Sistema Nacional de Auditoria, devendo ser observada a legislação vigente.

JUSTIFICAÇÃO

O pleito de regulamentação da carreira de auditor e técnico em auditoria é antigo e promessa do Ministro da Saúde, tendo sido, inclusive, objeto de Exposição de Motivos de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, de 06 de junho de 2001, dirigida ao Senhor Presidente da República, onde os Ministros à época, JOSÉ SERRA e MARTUS TAVARES, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.

**LÚCIO ALCÂNTARA****Senador da República – PSDB/CE**

MP 52**000007****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE J****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 1º e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Fica criada no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde a Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, na forma desta Medida Provisória”.

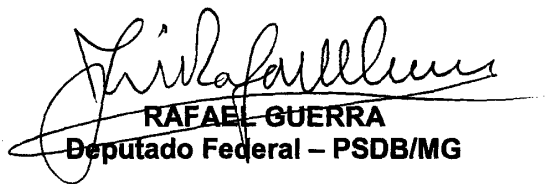
§ 1º. – Ficam criados na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria quatrocentos cargos efetivos de Especialista em Auditoria de Saúde e cento e sessenta cargos de Técnico em Auditoria de Saúde.

§ 2º Os atuais cargos de provimento efetivo, integrantes dos quadros de pessoal a que se refere o *caput* passam a denominar-se cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde na proporção a ser definida em regulamento, vedando-se a modificação do nível de escolaridade do cargo em razão da transformação feita.

§ 3º A transformação de que trata este artigo será devida aos servidores que ora estejam lotados e em exercício de atividades de auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – componente federal do Sistema Nacional de Auditoria, devendo ser observada a legislação vigente.

JUSTIFICAÇÃO

O pleito de regulamentação da carreira de auditor e técnico em auditoria é antigo e promessa do Ministro da Saúde, tendo sido, inclusive, objeto de Exposição de Motivos de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, de 06 de junho de 2001, dirigida ao Senhor Presidente da República, onde os Ministros à época, JOSÉ SERRA e MARTUS TAVARES, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.



RAFAEL GUERRA
Deputado Federal – PSDB/MG

MP 52**000008****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 1º e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Fica criada no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde a Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, na forma desta Medida Provisória”.

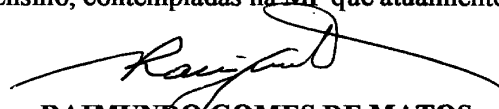
§ 1º. – Ficam criados na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria quatrocentos cargos efetivos de Especialista em Auditoria de Saúde e cento e sessenta cargos de Técnico em Auditoria de Saúde.

§ 2º Os atuais cargos de provimento efetivo, integrantes dos quadros de pessoal a que se refere o *caput* passam a denominar-se cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde na proporção a ser definida em regulamento, vedando-se a modificação do nível de escolaridade do cargo em razão da transformação feita.

§ 3º A transformação de que trata este artigo será devida aos servidores que ora estejam lotados e em exercício de atividades de auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – componente federal do Sistema Nacional de Auditoria, devendo ser observada a legislação vigente.

JUSTIFICAÇÃO

O pleito de regulamentação da carreira de auditor e técnico em auditoria é antigo e promessa do Ministro da Saúde, tendo sido, inclusive, objeto de Exposição de Motivos de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, de 06 de junho de 2001, dirigida ao Senhor Presidente da República, onde os Ministros à época, JOSÉ SERRA e MARTUS TAVARES, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.



RAIMUNDO GOMES DE MATOS
Deputado Federal – PSDB/CE

MP 52**000009****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 1º e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Fica criada no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde a Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, na forma desta Medida Provisória”.

§ 1º. – Ficam criados na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria quatrocentos cargos efetivos de Especialista em Auditoria de Saúde e cento e sessenta cargos de Técnico em Auditoria de Saúde.

§ 2º Os atuais cargos de provimento efetivo, integrantes dos quadros de pessoal a que se refere o *caput* passam a denominar-se cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde na proporção a ser definida em regulamento, vedando-se a modificação do nível de escolaridade do cargo em razão da transformação feita.

§ 3º A transformação de que trata este artigo será devida aos servidores que ora estejam lotados e em exercício de atividades de auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – componente federal do Sistema Nacional de Auditoria, devendo ser observada a legislação vigente.

JUSTIFICAÇÃO

O pleito de regulamentação da carreira de auditor e técnico em auditoria é antigo e promessa do Ministro da Saúde, tendo sido, inclusive, objeto de Exposição de Motivos de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, de 06 de junho de 2001, dirigida ao Senhor Presidente da República, onde os Ministros à época, JOSÉ SERRA e MARTUS TAVARES, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.


SEBASTIÃO ROCHA**Senador da República – PDT/AP**

MP 52

000010

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 1º e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Fica criada no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde a Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior, e, de Técnico em Auditoria de Saúde de nível intermediário na forma desta Medida Provisória”.

§ 1º. – Ficam criados na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria quatrocentos cargos efetivos de Especialista em Auditoria de Saúde e cento e sessenta cargos de Técnico em Auditoria de Saúde.

§ 2º Os atuais cargos de provimento efetivo, integrantes dos quadros de pessoal a que se refere o *caput* passam a denominar-se cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde na proporção a ser definida em regulamento, vedando-se a modificação do nível de escolaridade do cargo em razão da transformação feita.

§ 3º A transformação de que trata este artigo será devida aos servidores que estejam lotados e em exercício de atividades de auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – componente federal do Sistema Nacional de Auditoria, devendo ser observada a legislação vigente.

JUSTIFICAÇÃO

O pleito de regulamentação da carreira de auditor e técnico em auditoria é antigo e promessa do Ministro da Saúde, tendo sido, inclusive, objeto de Exposição de Motivos de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, de 06 de junho de 2001, dirigida ao Senhor Presidente da República, onde os Ministros à época, JOSÉ SERRA e MARTUS TAVARES, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.



Senador Tião Viana
PT/AC

MP 52**000011****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 1º e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Fica criada no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde a Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, na forma desta Medida Provisória”.

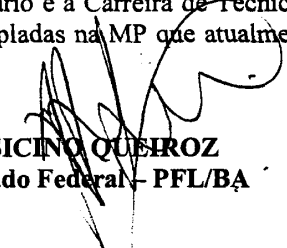
§ 1º – Ficam criados na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria quatrocentos cargos efetivos de Especialista em Auditoria de Saúde e cento e sessenta cargos de Técnico em Auditoria de Saúde.

§ 2º Os atuais cargos de provimento efetivo, integrantes dos quadros de pessoal a que se refere o *caput* passam a denominar-se cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde na proporção a ser definida em regulamento, vedando-se a modificação do nível de escolaridade do cargo em razão da transformação feita.

§ 3º A transformação de que trata este artigo será devida aos servidores que ora estejam lotados e em exercício de atividades de auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – componente federal do Sistema Nacional de Auditoria, devendo ser observada a legislação vigente.

JUSTIFICAÇÃO

O pleito de regulamentação da carreira de auditor e técnico em auditoria é antigo e promessa do Ministro da Saúde, tendo sido, inclusive, objeto de Exposição de Motivos de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, de 06 de junho de 2001, dirigida ao Senhor Presidente da República, onde os Ministros à época, JOSÉ SERRA e MARTUS TAVARES, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.



URSICINO QUEIROZ
Deputado Federal – PFL/BA

MP 52**000012****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 3º da MP 52, a seguinte redação:

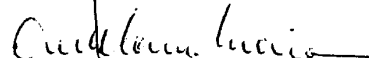
“Art. 3º Os vencimentos do cargo de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde constituem-se exclusivamente de vencimento básico e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, não se lhes aplicando as vantagens de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.

§ 1º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Especialista em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo a esta Medida Provisória.

§ 2º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Técnico em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo VIII da Medida Provisória 2.229-43.

JUSTIFICAÇÃO

A MP 52 não contemplou originalmente tabela salarial para o cargo de Técnico em Auditoria de Saúde. Contudo, a tabela expressa pelo Anexo VIII da Medida Provisória 2229-43, que contempla os técnicos de finanças e controle, técnico de planejamento e orçamento e cargos de nível intermediário do IBAMA, também contempla a carreira atualmente criada.

**ANTÔNIO CAMBRAIA**

Deputado Federal – PSDB/CE

MP 52**000013****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 3º da MP 52, a seguinte redação:

“Art. 3º Os vencimentos do cargo de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde constituem-se exclusivamente de vencimento básico e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, não se lhes aplicando as vantagens de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.

§ 1º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Especialista em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo a esta Medida Provisória.

§ 2º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Técnico em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo VIII da Medida Provisória 2.229-43.

JUSTIFICAÇÃO

A MP 52 não contemplou originalmente tabela salarial para o cargo de Técnico em Auditoria de Saúde. Contudo, a tabela expressa pelo Anexo VIII da Medida Provisória 2229-43, que contempla os técnicos de finanças e controle, técnico de planejamento e orçamento e cargos de nível intermediário do IBAMA, também contempla a carreira atualmente criada.


ARLINDO PORTO**Senador da República – PTB/MG**

MP 52**000014****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 3º da MP 52, a seguinte redação:

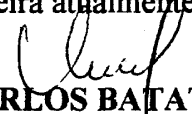
“Art. 3º Os vencimentos do cargo de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde constituem-se exclusivamente de vencimento básico e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, não se lhes aplicando as vantagens de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.

§ 1º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Especialista em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo a esta Medida Provisória.

§ 2º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Técnico em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo VIII da Medida Provisória 2.229-43.

JUSTIFICAÇÃO

A MP 52 não contemplou originalmente tabela salarial para o cargo de Técnico em Auditoria de Saúde. Contudo, a tabela expressa pelo Anexo VIII da Medida Provisória 2229-43, que contempla os técnicos de finanças e controle, técnico de planejamento e orçamento e cargos de nível intermediário do IBAMA, também contempla a carreira atualmente criada.


CARLOS BATATA
Deputado Federal - PSDB/PE

MPV - 052**000015****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 3º da MP 52, a seguinte redação:


“Art. 3º Os vencimentos do cargo de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde constituem-se exclusivamente de vencimento básico e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, não se lhes aplicando as vantagens de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.

§ 1º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Especialista em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo a esta Medida Provisória.

§ 2º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Técnico em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo VIII da Medida Provisória 2.229-43.

JUSTIFICAÇÃO

A MP 52 não contemplou originalmente tabela salarial para o cargo de Técnico em Auditoria de Saúde. Contudo, a tabela expressa pelo Anexo VIII da Medida Provisória 2229-43, que contempla os técnicos de finanças e controle, técnico de planejamento e orçamento e cargos de nível intermediário do IBAMA, também contempla a carreira atualmente criada.


Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha)
Deputado Federal PT/PT

MPV - 052**000016****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 3º da MP 52, a seguinte redação:

“Art. 3º Os vencimentos do cargo de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde constituem-se exclusivamente de vencimento básico e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, não se lhes aplicando as vantagens de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.

§ 1º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Especialista em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo a esta Medida Provisória.

§ 2º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Técnico em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo VIII da Medida Provisória 2.229-43.

JUSTIFICAÇÃO

A MP 52 não contemplou originalmente tabela salarial para o cargo de Técnico em Auditoria de Saúde. Contudo, a tabela expressa pelo Anexo VIII da Medida Provisória 2229-43, que contempla os técnicos de finanças e controle, técnico de planejamento e orçamento e cargos de nível intermediário do IBAMA, também contempla a carreira atualmente criada.


LÚCIO ALCÂNTARA
Senador da República – PSDB/CE

MPV - 052**000017****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 3º da MP 52, a seguinte redação:

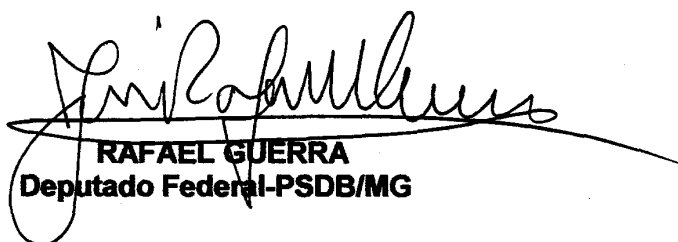
“Art. 3º Os vencimentos do cargo de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde constituem-se exclusivamente de vencimento básico e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, não se lhes aplicando as vantagens de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.

§ 1º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Especialista em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo a esta Medida Provisória.

§ 2º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Técnico em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo VIII da Medida Provisória 2.229-43.

JUSTIFICAÇÃO

A MP 52 não contemplou originalmente tabela salarial para o cargo de Técnico em Auditoria de Saúde. Contudo, a tabela expressa pelo Anexo VIII da Medida Provisória 2229-43, que contempla os técnicos de finanças e controle, técnico de planejamento e orçamento e cargos de nível intermediário do IBAMA, também contempla a carreira atualmente criada.



RAFAEL GUERRA
Deputado Federal-PSDB/MG

MPV - 052**000018****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 3º da MP 52, a seguinte redação:

“Art. 3º Os vencimentos do cargo de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde constituem-se exclusivamente de vencimento básico e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, não se lhes aplicando as vantagens de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.

§ 1º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Especialista em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo a esta Medida Provisória.

§ 2º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Técnico em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo VIII da Medida Provisória 2.229-43.

JUSTIFICAÇÃO

A MP 52 não contemplou originalmente tabela salarial para o cargo de Técnico em Auditoria de Saúde. Contudo, a tabela expressa pelo Anexo VIII da Medida Provisória 2229-43, que contempla os técnicos de finanças e controle, técnico de planejamento e orçamento e cargos de nível intermediário do IBAMA, também contempla a carreira atualmente criada.



RAIMUNDO GOMES DE MATOS
Deputado Federal – PSDB/CE

MPV - 052**000019****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 3º da MP 52, a seguinte redação:

“Art. 3º Os vencimentos do cargo de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde constituem-se exclusivamente de vencimento básico e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, não se lhes aplicando as vantagens de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.

§ 1º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Especialista em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo a esta Medida Provisória.

§ 2º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Técnico em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo VIII da Medida Provisória 2.229-43.

JUSTIFICAÇÃO

A MP 52 não contemplou originalmente tabela salarial para o cargo de Técnico em Auditoria de Saúde. Contudo, a tabela expressa pelo Anexo VIII da Medida Provisória 2229-43, que contempla os técnicos de finanças e controle, técnico de planejamento e orçamento e cargos de nível intermediário do IBAMA, também contempla a carreira atualmente criada.



SEBASTIÃO ROCHA
Senador da República – PDT/AP

MPV - 052**000020****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 3º da MP 52, a seguinte redação:

“Art. 3º Os vencimentos do cargo de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde constituem-se exclusivamente de vencimento básico e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, não se lhes aplicando as vantagens de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.

§ 1º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Especialista em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo a esta Medida Provisória.

§ 2º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Técnico em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo VIII da Medida Provisória 2.229-43.

JUSTIFICAÇÃO

A MP 52 não contemplou originalmente tabela salarial para o cargo de Técnico em Auditoria de Saúde. Contudo, a tabela expressa pelo Anexo VIII da Medida Provisória 2229-43, que contempla os técnicos de finanças e controle, técnico de planejamento e orçamento e cargos de nível intermediário do IBAMA, também contempla a carreira atualmente criada.



Senador Tião Viana
PT/AC

MPV - 052**000021****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 3º da MP 52, a seguinte redação:

“Art. 3º Os vencimentos do cargo de Especialista em Auditoria de Saúde e Técnico em Auditoria de Saúde constituem-se exclusivamente de vencimento básico e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, não se lhes aplicando as vantagens de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.

§ 1º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Especialista em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo a esta Medida Provisória.

§ 2º O vencimento básico dos integrantes da Carreira de Técnico em Auditoria de Saúde é o constante do Anexo VIII da Medida Provisória 2.229-43.

JUSTIFICAÇÃO

A MP 52 não contemplou originalmente tabela salarial para o cargo de Técnico em Auditoria de Saúde. Contudo, a tabela expressa pelo Anexo VIII da Medida Provisória 2229-43, que contempla os técnicos de finanças e controle, técnico de planejamento e orçamento e cargos de nível intermediário do IBAMA, também contempla a carreira atualmente criada.


URSICINO QUEIROZ
Deputado Federal – PFL/BA

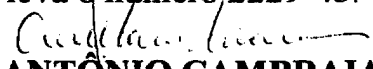
MPV - 052**000022****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 4º e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Art. 4º. O ingresso na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta dos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e de Técnico em Auditoria de Saúde dar-se-á sempre no primeiro padrão da classe inicial do cargo, mediante concurso público, após a transformação de que trata o § 2º. do art. 1º. dessa Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Em 06 de junho de 2001, em Exposição de Motivos conjunta, os Ministros da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão, de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, dirigida ao Senhor Presidente da República, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – Ministério da Saúde, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.


ANTÔNIO CAMBRAIA
Deputado Federal – PSDB/CE

MPV - 052**000023****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 4º da MP a seguinte redação:

“Art. 4º. O ingresso na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta dos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e de Técnico em Auditoria de Saúde dar-se-á sempre no primeiro padrão da classe inicial do cargo, mediante concurso público, após a transformação de que trata o § 2º. do art. 1º. dessa Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Em 06 de junho de 2001, em Exposição de Motivos conjunta, os Ministros da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão, de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, dirigida ao Senhor Presidente da República, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – Ministério da Saúde, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.


ARLINDO PORTO
Senador da República – PTB/MG

MPV - 052**000024****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 4º.e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Art. 4º. O ingresso na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta dos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e de Técnico em Auditoria de Saúde dar-se-á sempre no primeiro padrão da classe inicial do cargo, mediante concurso público, após a transformação de que trata o § 2º. do art. 1º. dessa Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Em 06 de junho de 2001, em Exposição de Motivos conjunta, os Ministros da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão, de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, dirigida ao Senhor Presidente da República, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – Ministério da Saúde, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43..


CARLOS BATATA**Deputado Federal – PSDB/PE**


MPV - 052**000025****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 4º.e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Art. 4º. O ingresso na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta dos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e de Técnico em Auditoria de Saúde dar-se-á sempre no primeiro padrão da classe inicial do cargo, mediante concurso público, após a transformação de que trata o § 2º. do art. 1º. dessa Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Em 06 de junho de 2001, em Exposição de Motivos conjunta, os Ministros da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão, de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, dirigida ao Senhor Presidente da República, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – Ministério da Saúde, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.



Senador Carlos Patrocínio


MPV - 052**000026****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 4º.e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Art. 4º. O ingresso na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta dos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e de Técnico em Auditoria de Saúde dar-se-á sempre no primeiro padrão da classe inicial do cargo, mediante concurso público, após a transformação de que trata o § 2º. do art. 1º. dessa Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Em 06 de junho de 2001, em Exposição de Motivos conjunta, os Ministros da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão, de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, dirigida ao Senhor Presidente da República, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – Ministério da Saúde, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.



Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha)
Deptado Federal PT/PT

MPV - 052**000027****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 4º.e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Art. 4º. O ingresso na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta dos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e de Técnico em Auditoria de Saúde dar-se-á sempre no primeiro padrão da classe inicial do cargo, mediante concurso público, após a transformação de que trata o § 2º. do art. 1º. dessa Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Em 06 de junho de 2001, em Exposição de Motivos conjunta, os Ministros da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão, de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, dirigida ao Senhor Presidente da República, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – Ministério da Saúde, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.


LÚCIO ALCÂNTARA**Senador da República – PSDB/CE**

MPV - 052

000028


MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULI**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 4º.e parágrafos da MP a seguinte redação:

"Art. 4º. O ingresso na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta dos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e de Técnico em Auditoria de Saúde dar-se-á sempre no primeiro padrão da classe inicial do cargo, mediante concurso público, após a transformação de que trata o § 2º. do art. 1º. dessa Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Em 06 de junho de 2001, em Exposição de Motivos conjunta, os Ministros da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão, de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, dirigida ao Senhor Presidente da República, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – Ministério da Saúde, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.



RAFAEL GUERRA
Deputado Federal-PSDB/MG

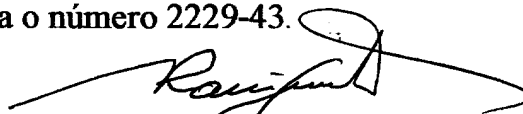
MPV - 052**000029****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 4º.e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Art. 4º. O ingresso na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta dos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e de Técnico em Auditoria de Saúde dar-se-á sempre no primeiro padrão da classe inicial do cargo, mediante concurso público, após a transformação de que trata o § 2º. do art. 1º. dessa Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Em 06 de junho de 2001, em Exposição de Motivos conjunta, os Ministros da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão, de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, dirigida ao Senhor Presidente da República, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – Ministério da Saúde, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.



RAIMUNDO GOMES DE MATOS
Deputado Federal – PSDB/CE

MPV - 052**000030****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 4º.e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Art. 4º. O ingresso na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta dos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e de Técnico em Auditoria de Saúde dar-se-á sempre no primeiro padrão da classe inicial do cargo, mediante concurso público, após a transformação de que trata o § 2º. do art. 1º. dessa Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Em 06 de junho de 2001, em Exposição de Motivos conjunta, os Ministros da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão, de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, dirigida ao Senhor Presidente da República, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – Ministério da Saúde, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.


SEBASTIÃO ROCHA**Senador da República – PDT/AP**

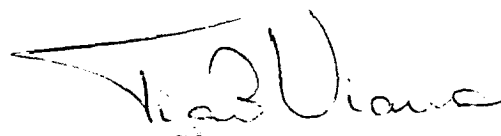
MPV - 052**000031****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 4º.e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Art. 4º. O ingresso na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta dos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e de Técnico em Auditoria de Saúde dar-se-á sempre no primeiro padrão da classe inicial do cargo, mediante concurso público, após a transformação de que trata o § 2º. do art. 1º. dessa Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Em 06 de junho de 2001, em Exposição de Motivos conjunta, os Ministros da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão, de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, dirigida ao Senhor Presidente da República, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – Ministério da Saúde, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.



SENADOR TIÃO VIANA
PT/AC

MPV - 052**000032****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 4º e parágrafos da MP a seguinte redação:

“Art. 4º. O ingresso na Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta dos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde e de Técnico em Auditoria de Saúde dar-se-á sempre no primeiro padrão da classe inicial do cargo, mediante concurso público, após a transformação de que trata o § 2º. do art. 1º. dessa Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Em 06 de junho de 2001, em Exposição de Motivos conjunta, os Ministros da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão, de nº EM Interministerial nº 00051/MS/MP, dirigida ao Senhor Presidente da República, submetiam à apreciação do Executivo a alteração da MP 2150-39, para inclusão da carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde, com a transformação dos cargos de nível superior e intermediário daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – Ministério da Saúde, enquadrando-os na nova situação proposta, a exemplo da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e a Carreira de Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, contempladas na MP que atualmente leva o número 2229-43.

URSICINO QUEIROZ
Deputado Federal - PFL/BA



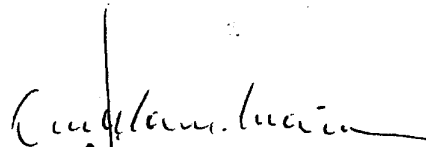
MPV - 052**000033****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 6º da MP 52, a seguinte redação:

“Art. 6º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, devida aos integrantes da Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva Carreira, no Ministério da Saúde, de acordo com a seguinte composição e limites:

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa a extensão da GDASS para o Técnico em Auditoria de Saúde, compatibilizando com o Especialista em Auditoria de Saúde.


ANTÔNIO CAMBRAIA
Deputado Federal – PSDB/CE

MPV - 052**000034****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao ‘caput’ do artigo 6º da MP 52, a seguinte redação:

“Art. 6º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, devida aos integrantes da Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva Carreira, no Ministério da Saúde, de acordo com a seguinte composição e limites:

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa a extensão da GDASS para o Técnico em Auditoria de Saúde, compatibilizando com o Especialista em Auditoria de Saúde.


ARLINDO PORTO**Senador da República – PTB/MG**


MPV - 052**000035****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 6º da MP 52, a seguinte redação:

“Art. 6º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, devida aos integrantes da Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva Carreira, no Ministério da Saúde, de acordo com a seguinte composição e limites:

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa a extensão da GDASS para o Técnico em Auditoria de Saúde, compatibilizando com o Especialista em Auditoria de Saúde.



CARLOS BATATA
Deputado Federal – PSDB/PE

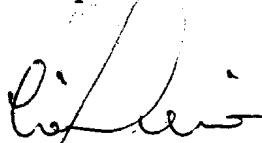
MPV - 052**000036****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 6º da MP 52, a seguinte redação:

“Art. 6º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, devida aos integrantes da Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva Carreira, no Ministério da Saúde, de acordo com a seguinte composição e limites:

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa a extensão da GDASS para o Técnico em Auditoria de Saúde, compatibilizando com o Especialista em Auditoria de Saúde.



Senador Carlos Patrocínio

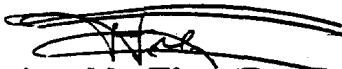
MPV - 052**000037****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 6º da MP 52, a seguinte redação:

“Art. 6º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, devida aos integrantes da Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva Carreira, no Ministério da Saúde, de acordo com a seguinte composição e limites:

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa a extensão da GDASS para o Técnico em Auditoria de Saúde, compatibilizando com o Especialista em Auditoria de Saúde.



Florisvaldo Fler (Dr. Rosinha)
Deputado Federal PT/PT

MPV - 052**000038****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 6º da MP 52, a seguinte redação:

“Art. 6º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, devida aos integrantes da Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva Carreira, no Ministério da Saúde, de acordo com a seguinte composição e limites:

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa a extensão da GDASS para o Técnico em Auditoria de Saúde, compatibilizando com o Especialista em Auditoria de Saúde.



LÚCIO ALCÂNTARA
Senador da República – PSDB/CE

MPV - 052**000039****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 6º da MP 52, a seguinte redação:

“Art. 6º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, devida aos integrantes da Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva Carreira, no Ministério da Saúde, de acordo com a seguinte composição e limites:

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa a extensão da GDASS para o Técnico em Auditoria de Saúde, compatibilizando com o Especialista em Auditoria de Saúde.



RAFAEL GUERRA
Deputado Federal-PSDB/MG

MPV - 052**000040****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 6º da MP 52, a seguinte redação:

“Art. 6º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, devida aos integrantes da Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva Carreira, no Ministério da Saúde, de acordo com a seguinte composição e limites:

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa a extensão da GDASS para o Técnico em Auditoria de Saúde, compatibilizando com o Especialista em Auditoria de Saúde.



RAIMUNDO GOMES DE MATOS
Deputado Federal – PSDB/CE

MPV - 052

000041

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao artigo 6º da MP 52, a seguinte redação:

“Art. 6º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, devida aos integrantes da Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva Carreira, no Ministério da Saúde, de acordo com a seguinte composição e limites:

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa a extensão da GDASS para o Técnico em Auditoria de Saúde, compatibilizando com o Especialista em Auditoria de Saúde.



SEBASTIÃO ROCHA

Senador da República – PDT/AP

MPV - 052**000042****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 6º da MP 52, a seguinte redação:

“Art. 6º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, devida aos integrantes da Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva Carreira, no Ministério da Saúde, de acordo com a seguinte composição e limites:

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa a extensão da GDASS para o Técnico em Auditoria de Saúde, compatibilizando com o Especialista em Auditoria de Saúde.



SENADOR TIÃO VIANA
PT/AC

MPV - 052**000043****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 6º da MP 52, a seguinte redação:

“Art. 6º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Sistema de Saúde – GDASS, devida aos integrantes da Carreira de Auditoria de Saúde do Sistema Nacional de Auditoria, composta pelos cargos de Especialista em Auditoria de Saúde, de nível superior e de Técnico em Auditoria de Saúde, de nível intermediário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva Carreira, no Ministério da Saúde, de acordo com a seguinte composição e limites:

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa a extensão da GDASS para o Técnico em Auditoria de Saúde, compatibilizando com o Especialista em Auditoria de Saúde.



URSICINO QUEIROZ
Deputado Federal – PFL/BA

MPV - 052**000044****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA ADITIVA**

Insira-se no artigo 2º da MP 52, Parágrafo Único, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - São atribuições do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde auxiliar o Especialista em Auditoria de saúde no exercício de suas atribuições, executando atividades essenciais de processamento de informações, operação de sistemas, subsídio à Direção com informações gerenciais e ou analíticas de caráter estratégico, participação em todas as atividades dispostas nos incisos I a XII, assegurando o suporte técnico e operacional ao planejamento e às ações finalísticas do Sistema Nacional de Auditoria.”

JUSTIFICAÇÃO

Com a criação do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde, se faz necessário a caracterização das suas atribuições, que são auxiliares às atividades dos Especialistas em Auditoria de Saúde no desempenho do mister próprio ao Sistema Nacional de Auditoria.


ANTÔNIO CAMBRAIA

Deputado Federal – PSDB/CE

MPV - 052**000045****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA ADITIVA**

Insira-se no artigo 2º da MP 52, Parágrafo Único, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - São atribuições do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde auxiliar o Especialista em Auditoria de saúde no exercício de suas atribuições, executando atividades essenciais de processamento de informações, operação de sistemas, subsídio à Direção com informações gerenciais e ou analíticas de caráter estratégico, participação em todas as atividades dispostas nos incisos I a XII, assegurando o suporte técnico e operacional ao planejamento e às ações finalísticas do Sistema Nacional de Auditoria.”

JUSTIFICAÇÃO

Com a criação do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde, se faz necessário a caracterização das suas atribuições, que são auxiliares às atividades dos Especialistas em Auditoria de Saúde no desempenho do mister próprio ao Sistema Nacional de Auditoria.

**ARLINDO PORTO****Senador da República – PTB/MG**


MPV - 052**000046****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA ADITIVA**

Insira-se no artigo 2º da MP 52, Parágrafo Único, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - São atribuições do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde auxiliar o Especialista em Auditoria de saúde no exercício de suas atribuições, executando atividades essenciais de processamento de informações, operação de sistemas, subsídio à Direção com informações gerenciais e ou analíticas de caráter estratégico, participação em todas as atividades dispostas nos incisos I a XII, assegurando o suporte técnico e operacional ao planejamento e às ações finalísticas do Sistema Nacional de Auditoria.”

JUSTIFICAÇÃO

Com a criação do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde, se faz necessário a caracterização das suas atribuições, que são auxiliares às atividades dos Especialistas em Auditoria de Saúde no desempenho do mister próprio ao Sistema Nacional de Auditoria.



CARLOS BATATA
Deputado Federal – PSDB/PE

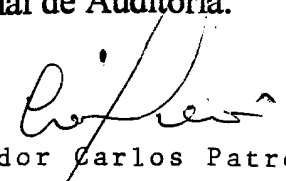
MPV - 052**000047****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA ADITIVA**

Insira-se no artigo 2º da MP 52, Parágrafo Único, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - São atribuições do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde auxiliar o Especialista em Auditoria de saúde no exercício de suas atribuições, executando atividades essenciais de processamento de informações, operação de sistemas, subsídio à Direção com informações gerenciais e ou analíticas de caráter estratégico, participação em todas as atividades dispostas nos incisos I a XII, assegurando o suporte técnico e operacional ao planejamento e às ações finalísticas do Sistema Nacional de Auditoria.”

JUSTIFICAÇÃO

Com a criação do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde, se faz necessário a caracterização das suas atribuições, que são auxiliares às atividades dos Especialistas em Auditoria de Saúde no desempenho do mister próprio ao Sistema Nacional de Auditoria.



Senador Carlos Patrocínio

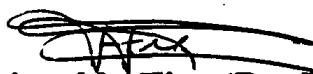
MPV - 052**000048****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA ADITIVA**

Insira-se no artigo 2º da MP 52, Parágrafo Único, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - São atribuições do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde auxiliar o Especialista em Auditoria de saúde no exercício de suas atribuições, executando atividades essenciais de processamento de informações, operação de sistemas, subsídio à Direção com informações gerenciais e ou analíticas de caráter estratégico, participação em todas as atividades dispostas nos incisos I a XII, assegurando o suporte técnico e operacional ao planejamento e às ações finalísticas do Sistema Nacional de Auditoria.”

JUSTIFICAÇÃO

Com a criação do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde, se faz necessário a caracterização das suas atribuições, que são auxiliares às atividades dos Especialistas em Auditoria de Saúde no desempenho do mister próprio ao Sistema Nacional de Auditoria.



Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha)
Deputado Federal PT/PT

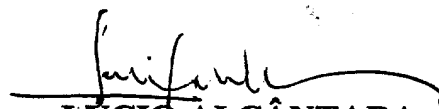
MPV - 052**000049****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA ADITIVA**

Insira-se no artigo 2º da MP 52, Parágrafo Único, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - São atribuições do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde auxiliar o Especialista em Auditoria de saúde no exercício de suas atribuições, executando atividades essenciais de processamento de informações, operação de sistemas, subsídio à Direção com informações gerenciais e ou analíticas de caráter estratégico, participação em todas as atividades dispostas nos incisos I a XII, assegurando o suporte técnico e operacional ao planejamento e às ações finalísticas do Sistema Nacional de Auditoria.”

JUSTIFICAÇÃO

Com a criação do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde, se faz necessário a caracterização das suas atribuições, que são auxiliares às atividades dos Especialistas em Auditoria de Saúde no desempenho do mister próprio ao Sistema Nacional de Auditoria.

**LÚCIO ALCÂNTARA****Senador da República – PSDB/CE**

MPV - 052**000050****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA ADITIVA**

Insira-se no artigo 2º da MP 52, Parágrafo Único, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - São atribuições do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde auxiliar o Especialista em Auditoria de saúde no exercício de suas atribuições, executando atividades essenciais de processamento de informações, operação de sistemas, subsídio à Direção com informações gerenciais e ou analíticas de caráter estratégico, participação em todas as atividades dispostas nos incisos I a XII, assegurando o suporte técnico e operacional ao planejamento e às ações finalísticas do Sistema Nacional de Auditoria."

JUSTIFICAÇÃO

Com a criação do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde, se faz necessário a caracterização das suas atribuições, que são auxiliares às atividades dos Especialistas em Auditoria de Saúde no desempenho do mister próprio ao Sistema Nacional de Auditoria.



RAFAEL GUERRA
Deputado Federal-PSDB/MG


MPV - 052**000051****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA ADITIVA**

Insira-se no artigo 2º da MP 52, Parágrafo Único, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - São atribuições do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde auxiliar o Especialista em Auditoria de saúde no exercício de suas atribuições, executando atividades essenciais de processamento de informações, operação de sistemas, subsídio à Direção com informações gerenciais e ou analíticas de caráter estratégico, participação em todas as atividades dispostas nos incisos I a XII, assegurando o suporte técnico e operacional ao planejamento e às ações finalísticas do Sistema Nacional de Auditoria.”

JUSTIFICAÇÃO

Com a criação do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde, se faz necessário a caracterização das suas atribuições, que são auxiliares às atividades dos Especialistas em Auditoria de Saúde no desempenho do mister próprio ao Sistema Nacional de Auditoria.



RAIMUNDO GOMES DE MATOS
Deputado Federal – PSDB/CE

MPV - 052**000052****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA ADITIVA**

Insira-se no artigo 2º da MP 52, Parágrafo Único, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - São atribuições do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde auxiliar o Especialista em Auditoria de saúde no exercício de suas atribuições, executando atividades essenciais de processamento de informações, operação de sistemas, subsídio à Direção com informações gerenciais e ou analíticas de caráter estratégico, participação em todas as atividades dispostas nos incisos I a XII, assegurando o suporte técnico e operacional ao planejamento e às ações finalísticas do Sistema Nacional de Auditoria.”

JUSTIFICAÇÃO

Com a criação do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde, se faz necessário a caracterização das suas atribuições, que são auxiliares às atividades dos Especialistas em Auditoria de Saúde no desempenho do mister próprio ao Sistema Nacional de Auditoria.



SEBASTIÃO ROCHA
Senador da República – PDT/AP

MPV - 052**000053****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA ADITIVA**

Insira-se no artigo 2º da MP 52, Parágrafo Único, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - São atribuições do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde auxiliar o Especialista em Auditoria de saúde no exercício de suas atribuições, executando atividades essenciais de processamento de informações, operação de sistemas, subsídio à Direção com informações gerenciais e ou analíticas de caráter estratégico, participação em todas as atividades dispostas nos incisos I a XII, assegurando o suporte técnico e operacional ao planejamento e às ações finalísticas do Sistema Nacional de Auditoria.”

JUSTIFICAÇÃO

Com a criação do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde, se faz necessário a caracterização das suas atribuições, que são auxiliares às atividades dos Especialistas em Auditoria de Saúde no desempenho do mister próprio ao Sistema Nacional de Auditoria.



Senador Tião Viana
PT/AC

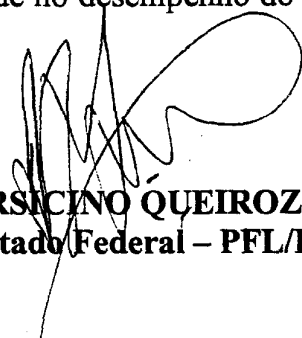
MPV - 052**000054****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA ADITIVA**

Insira-se no artigo 2º da MP 52, Parágrafo Único, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - São atribuições do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde auxiliar o Especialista em Auditoria de saúde no exercício de suas atribuições, executando atividades essenciais de processamento de informações, operação de sistemas, subsídio à Direção com informações gerenciais e ou analíticas de caráter estratégico, participação em todas as atividades dispostas nos incisos I a XII, assegurando o suporte técnico e operacional ao planejamento e às ações finalísticas do Sistema Nacional de Auditoria.”

JUSTIFICAÇÃO

Com a criação do cargo de Técnico em Auditoria de Saúde, se faz necessário a caracterização das suas atribuições, que são auxiliares às atividades dos Especialistas em Auditoria de Saúde no desempenho do mister próprio ao Sistema Nacional de Auditoria.



URSICINO QUEIROZ
Deputado Federal – PFL/BA

MPV - 052**000055****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

2. data	3. proposição Medida Provisória n.º 52, de 4 julho de 2002			
4. autor Deputado Carlos Batata			5. n.º do prontuário 148	
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
7. página	8. artigo 9	Parágrafo 1 e 2	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**MEDIDA PROVISÓRIA N. 52, DE 4 DE JULHO DE 2002.****EMENDA N. – ADITIVA**

Acrescente-se ao art.9 os parágrafos 1 e 2 com a seguinte redação:

“ Art. 9º

Parágrafo 1. Fica criada a Carreira de Sanitarista, composta de cargos de igual denominação, nos Quadros Gerais de Pessoal do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, integrantes da Categoria Funcional de Sanitarista, regidos pela Lei n.º 6.433, de 15 de julho de 1977.

Parágrafo 2. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão encaminhará à Casa Civil da Presidência da República a regulamentação da criação da Carreira de Sanitarista, de que trata o parágrafo 1.

JUSTIFICAÇÃO

Os integrantes da Categoria Funcional de Sanitarista possuem respaldo de legislação específica para o exercício de suas atividades finalísticas, no Ministério da Saúde e Fundação Nacional de Saúde, carecendo de tratamento diferenciado – o que se justifica com a legislação referida na presente emenda

PARLAMENTAR
Deputado Carlos Batata

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 055**, ADOTADA EM 12 DE JULHO DE 2002 E PUBLICADA NO DIA 15 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “AUTORIZA CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA O CRÉDITO DE VALORES IGUAIS OU INFERIORES A R\$100,00, DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 29 DE JUNHO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
Deputado EDISON ANDRINO	001

SACM

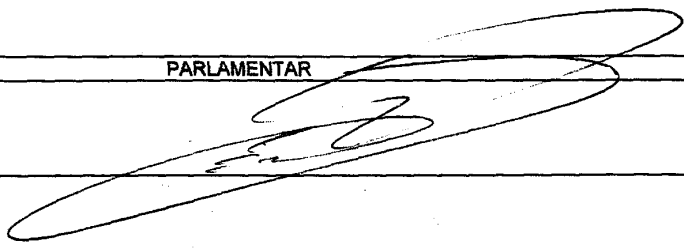
TOTAL DE EMENDA – 001

Apresentada: 01 Emenda

MPV - 055

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000001

data 06.08.2002	proposição Medida Provisória nº 55/2002			
autor DEPUTADO EDISON ANDRINO	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	X Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>O art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 2º O titular de conta vinculada do FGTS, com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, se homem, e com idade igual ou superior a sessenta anos, se mulher, ou que vier a completar essa idade até a data final para firmar o termo de adesão de que trata o art. 6º da Lei Complementar nº 110, de 2001, fará jus ao crédito do complemento de atualização monetária de que trata a referida Lei Complementar, com a redução nela prevista, em parcela única, no mês seguinte ao de publicação desta Medida Provisória ou no mês subsequente ao que completar a mencionada idade.”</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Com esta emenda, pretende-se um tratamento igualitário ao aposentado cuja idade limite é de 65 anos, se do sexo masculino, e de 60 anos, se do sexo feminino.</p> <p>Ora, se o artigo 201 da Constituição Federal reconhece essas idades para o cidadão ou a cidadã se aposentar, porque não ter os mesmos o direito de usufruir da antecipação do recebimento das diferenças do FGTS? Aposentados ou não aposentados. Por que somente a partir dos 70 anos de idade?</p> <p>É de justiça, assim entendemos, a ampliação da faixa de idade para o cumprimento do artigo 2º da Medida Provisória 55/2002.</p>				
PARLAMENTAR				
				

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 056**, ADOTADA EM 18 DE JULHO DE 2002 E PUBLICADA NO DIA 19 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DOS CARGOS QUE ESPECIFICA NO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 5.645, DE 10 DE DEZEMBRO de 1970, ALTERA AS LEIS Nºs 10.486, DE 4 DE JULHO DE 2002, E 5.662, DE 21 DE JUNHO DE 1971, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado José Antonio Almeida	001, 003 e 004
Deputado Professor Luizinho	002

SACM

TOTAL DE EMENDAS – 004

Apresentadas: 004 Emendas

MPV-056

000001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 01/08/02

Proposição: MP 56/02

Autor: Deputado José Antonio Almeida

Nº Prontuário: 076

☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☒ Modificativa ☐ Aditiva ☐ Substitutiva/Global

Página: 01/03

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

A MP 56/02 passa a vigor com as seguintes alterações:

Art. 1º Ficam enquadrados no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, as categorias funcionais dos Quadros de Pessoal da Administração Pública Federal, que integram as Tabelas de Especialistas.

§ 1º Na aplicação do disposto neste artigo, o enquadramento dar-se-á de acordo com os critérios estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, combinado com a Portaria nº 89, de 14 de janeiro de 1992, da Secretaria de Administração Federal - SAF.

§ 2º Para os efeitos da aplicação do Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980, o prazo de que trata o seu art. 10 será contado a partir da vigência da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, prevalecendo, para os períodos anteriores, normas então vigentes para cada categoria funcional.

§ 3º Para que seja definida a classificação dos Especialistas, deverá ser observada sua atribuição funcional, com as contidas na Portaria 179, de 1973, do Departamento de Administração do Serviço Público - DASP, fazendo a correlação com as categorias funcionais constantes nos Anexos X e XI, da Lei nº 7.995, de 09 de janeiro de 1990.

Art. 9º Os art. 1º, 2º, 3º, 4º, 19, 20 e o inciso II do art. 7º da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, passam a vigor com as seguintes alterações:

Art. 1º Fica criada, no âmbito das Forças Armadas e nos termos desta Lei, a Carreira de Tecnologia Militar de níveis superior e intermediário, com atribuições voltadas para as áreas de desenvolvimento, manutenção e reparos relativos a projetos de construção, manutenção e modernização dos meios tecnológicos militares, cujos cargos são ocupados por servidores públicos.

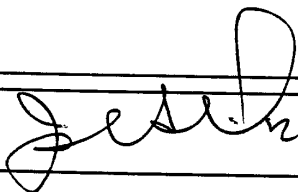
Art. 2º Ficam criados, na Carreira de Tecnologia Militar:

I - no Comando da Marinha:

- a) quinhentos e vinte e cinco cargos de Engenheiro de Tecnologia Militar - nível superior;
- b) duzentos e vinte e cinco cargos de Analista de Tecnologia Militar - nível superior.

Parágrafo único: A inclusão de Engenheiro de Tecnologia Militar e de Técnico de Tecnologia Militar dos Comandos da Marinha, Exército e da Aeronáutica dar-se-á da transposição dos cargos classificados e enquadrados de acordo com o art. 1º desta Medida Provisória no Plano de Classificação de Cargos da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no efetivo exercício atual do cargo.

Assinatura



MPV-056**000002****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 56, DE 16 DE JULHO DE 2002.****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se, ao art. 1º, a seguinte redação:

Art. 1º Ficam incluídos nos Grupos Outras Atividades de Nível Superior e Outras Atividades de Nível Médio do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, as Categorias Funcionais dos Quadros de Pessoal da Administração Pública Federal que integram as Tabelas de Especialistas, na forma do Anexo a esta Lei.

§ 1º Na aplicação do disposto neste artigo, não poderá ocorrer mudança de nível, classe e padrão, ressalvado o disposto no § 2º.

§ 2º. Serão concedidas, mediante enquadramento na classe e padrão correspondentes, aos servidores de que trata o "caput" as progressões e promoções cujo interstício tenha sido concluído nos cinco anos anteriores à data da vigência desta Lei, com efeitos retroativos à data de cumprimento dos referidos interstícios.

§ 3º Para os efeitos da aplicação do Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980, o prazo de que trata o seu art. 10 será contado a partir da vigência desta Medida Provisória, prevalecendo, para os períodos anteriores, as normas então vigentes para cada Categoria Funcional.

§ 4º. Aplica-se o disposto nos §§ 2º e 3º aos aposentados e pensionistas, nos termos do § 8º do art. 40 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória, ao dispor sobre o enquadramento dos servidores das Tabelas de Especialista no PCC, não considerou adequadamente as peculiaridades da situação funcional desses servidores, vedando a mudança de classe e padrão no ato de enquadramento.

Tal previsão equivale a negar o direito desses servidores a progressões funcionais e promoções que, por razões diversas, não foram concedidas tempestivamente.

A presente emenda visa superar essa falha, assegurando, ademais, efeitos retroativos à data da conclusão dos interstícios, observado o prazo de prescrição quinquenal para o pagamento de eventuais direitos não atendidos na data devida.

Sala das Sessões, 06/08/02

DEP. ROOF, WIZIUKO
PT/SP

MPV-056

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000003

Data: 01/08/02

Proposição: MP 56/02

Autor: Deputado José Antonio Almeida

Nº Prontuário: 076

☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☒ Modificativa ☐ Aditiva ☐ Substitutiva/Global

Página: 02/03

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Art. 3º A investidura nos cargos de que trata esta Lei ocorrerá mediante aprovação em concurso público, constituído de duas fases, ambas eliminatórias e classificatórias, sendo a primeira de provas ou de provas e títulos, e a segunda de curso de especialização complementar à formação profissional.

§ 1º Os títulos que comprovam a educação superior e a educação profissional do Engenheiro e do Analista de Tecnologia Militar devem, obrigatoriamente, estar em conformidade com o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 2º Os títulos que comprovam a educação profissional de nível médio, a habilitação profissional e a educação escolar do Técnico de Tecnologia Militar, de nível intermediário, devem, obrigatoriamente, estar em conformidade com o instituído pelos art. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996.

§ 3º O ingresso nos cargos de níveis superior e intermediário, de que trata esta lei, dar-se-á na Classe "D", Padrão "I".

Art. 4º A estrutura de classes e padrões e o vencimento básico dos cargos criados por esta Lei são os fixados nas Tabelas dos Anexos I e III desta Lei, respectivamente, tem sua correlação estabelecida no Anexo II, e alterações posteriores.

§ 1º Os vencimentos dos servidores de que trata este artigo corresponderão àqueles fixados no Anexo III para os respectivos níveis, classes e padrões.

Art.7º (....)

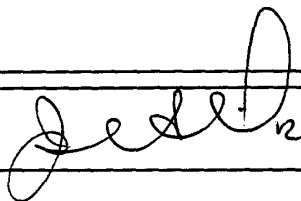
(....)

II - valor do maior vencimento básico corresponde ao da carreira e ao cargo, classe e padrão da Tabela de Vencimento do Anexo III desta Lei, considerando a correlação do Anexo II, e alterações posteriores .

Art. 19. Os servidores lotados nos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ocupantes de cargos efetivos de Engenheiro e os de nível intermediários do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou na forma do art. 243 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, instituídos pelo art. 1º desta Medida Provisória, serão enquadrados nos cargos de Engenheiro de Tecnologia Militar e de Técnicos de Tecnologia Militar no mesmo nível, classe e padrão onde estejam posicionados.

Parágrafo único. O enquadramento dos servidores de que trata este artigo, só será efetivado mediante o atendimento aos requisitos contidos no §§ 1º e 2º do art. 3º desta Lei e desde que desempenhem, efetivamente, atividades técnicas compatíveis com as áreas de atuação da Carreira de Tecnologia Militar descritas no "caput" do art. 9º desta Lei.

Assinatura



MPV-056

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000004

Data: 01/08/02

Proposição: MP 56/02

Autor: Deputado José Antonio Almeida

Nº Prontuário: 076



Supressiva



Substitutiva



Modificativa



Aditiva



Substitutiva/Global

Página: 03/03

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Art.20. Ficam vedadas as redistribuições de cargos vagos ou ocupados de Engenheiro, de Técnico Especializado de nível superior, de Técnico Especializado de nível intermediário, bem como extintos os atuais lotados nos Comandos Militares, cujos servidores foram enquadrados na Carreira de Tecnologia Militar.

Art. 10. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se os arts. 5º e 15 da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração do art. 1º desta MP, *caput*, com a substituição da expressão *inclusão* por *enquadramento*, dá-se em função de que ninguém pode ser incluído em alguma carreira ou até mesmo grupo pertencente a quadro de servidor, sem antes ser devidamente classificado e posteriormente enquadrado.

O termo *inclusão* só poderia ser aplicado aos Especialistas, se os mesmos tivessem sido *enquadrados* de acordo com o preconizado pela Lei nº 8.270, de 1991, combinado com a Portaria nº 89, de 1992, e demais diplomas legais que regulamentam os grupos de cargos da lei de diretrizes e classificação de cargos (Lei nº 5.645/70).

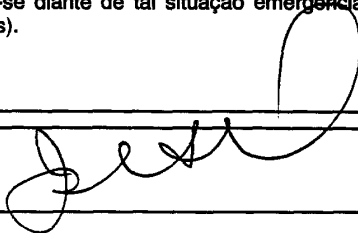
Já a parte alteradora da MP, no tocante à Lei nº 9.657, de 1998, faz-se em função de que não há, nos diversos quadros funcionais do funcionalismo público federal, carreira que possa comportar os servidores dos Órgãos Militares que não seja a carreira já instituída e denominada de Carreira de Tecnologia Militar. Logo, propor que sejam incluídos ao Aexo nesta Medida Provisória, torna-se procedimento inadequado em nosso ordenamento jurídico e indiferente dos interesses atuais do Modelo Administrativo ora em discussão.

É com este objetivo que se propõe a alteração dessa Lei, que fora criada a partir de um novo pensamento administrativo, voltado para a dinâmica da coisa pública, e com o firme propósito de enxugar os diversos quadros de servidores públicos existentes. Não tem se não outro aspecto, a criação de uma carreira estruturada para atender as necessidades administrativas dentro de sua nova filosofia governamental.

Tais instrumentos, obtidos em decorrência da política de Reforma do Aparelho do Estado, além de possibilitarem a gerência das coisas públicas, mediante prazos e metas previamente estabelecidos, têm a virtude maior de, em médio prazo, poderem funcionar como elemento redutor do quantitativo de pessoal hoje existente nas OMPS. De modo que seja mantida e controlada, na condição de núcleo estratégico, apenas uma parcela de técnicos de nível superior e de nível médio, cujos processos de capacitação em Tecnologia Militar foram obtidos às custas de elevados investimentos efetuados pelo próprio Estado.

O Congresso Nacional, por sua vez, já apreciou e votou diversas leis e MPs voltadas para o mesmo fim. Não pode, agora, omitir-se diante de tal situação emergencial que se encontram os órgãos de Defesa do nosso País (Comandos Militares).

Assinatura



Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização *

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Comissão instalada em 15-5-2002

Composição

Presidente: Deputado José Carlos Aleluia

1º Vice-Presidente: Senador Freitas Neto

2º Vice-Presidente: Deputado Anivaldo Vale

3º Vice-Presidente: Senador Tião Viana

Relator da LDO: Senador João Alberto Souza

Relator-Geral do Orçamento para o ano de 2003: Senador Sergio Machado

SENADORES	
Titulares	Suplentes
PMDB	
Gilvam Borges	1. Alberto Silva
Nabor Júnior	2. Fernando Ribeiro
Gilberto Mestrinho	3. Ney Suassuna
João Alberto Souza	4. Valmir Amaral
Sergio Machado	5. Carlos Bezerra
Marluce Pinto	6. Amir Lando
PFL	
Mozarildo Cavalcanti	1. Antônio Carlos Júnior
Moreira Mendes	2. Romeu Tuma
Leomar Quintanilha	3. Paulo Souto
Jonas Pinheiro	4. Francelino Pereira
Adir Gentil	5. Geraldo Althoff

(Continuação da composição da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

SENADORES	
Titulares	Suplentes
Bloco (PSDB-PPB)	
Romero Jucá	1. Ricardo Santos
Freitas Neto	2. Lúcio Alcântara
Benício Sampaio	3. Lúdio Coelho
Ronaldo Cunha Lima	4. Luiz Otávio
Bloco Oposição (PT/PDT/PPS) ^(**)	
Tião Viana	1. Eduardo Suplicy
Sebastião Rocha	2. Emília Fernandes
Heloísa Helena	3. Roberto Saturnino
Osmar Dias	4. José Fogaça
PSB	
Antonio Carlos Valadares	1. Ademir Andrade
PTB	
Carlos Patrocínio	1. Wellington Roberto
^(*) PL	
Roberto Saturnino	1. (vago)

^(**) O PDT desligou-se do Bloco Oposição em 17-4-2002 (DSF 18-4-2002)

^(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

(continuação da Composição da CMPOPF)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PFL	
Antonio Carlos Konder Reis-SC	1. Átila Lins-AM
Aracely de Paula-MG	2. Cláudio Cajado-BA
João Ribeiro-TO	3. Francisco Rodrigues-RR
Jorge Khoury-BA	4. Gerson Gabrielli-BA
José Carlos Aleluia-BA	5. Gervásio Silva-SC
Luciano Castro-RR	6. José Carlos Coutinho-RJ
Mussa Demes-PI	7. José Carlos Fonseca Jr.-ES
Neuton Lima-SP	8. José Thomaz Nonô-AL
Oswaldo Coelho-PE	9. Lael Varella-MG
Pedro Fernandes-MA	10. Laura Carneiro-RJ
Santos Filho-PR	11. Paes Landim-PI
Wilson Braga-PB	12. José Rocha-BA ⁽⁴⁾
PSDB	
Anivaldo Vale-PA	1. Paulo Kobayashi – SP
Armando Abílio-PB	2. Carlos Batata-PE
Arnon Bezerra-CE	3. Chiquinho Feitosa-CE
Basílio Villani-PR	4. Custódio Mattos-MG
Danilo de Castro-MG	5. Domiciano Cabral-PB
João Almeida-BA	6. Helenildo Ribeiro-AL
Paulo Feijó-RJ	7. Lúcia Vânia-GO
Alberto Goldman – SP	8. Luiz Ribeiro-RJ
Ricarte de Freitas-MT	9. Jovair Arantes-GO
Nilo Coelho -BA	10. Paulo Mourão-TO
Sampaio Dória-SP	11. Sérgio Barros-AC
Sérgio Carvalho-RO	12. Vicente Caropreso-SC
PMDB	
Aníbal Gomes-CE	1. Coriolano Sales-BA
Antonio do Valle-MG	2. Darcísio Perondi-RS
Eunício Oliveira-CE	3. Gastão Vieira-MA
João Matos-SC	4. Jonival Lucas Júnior-BA
José Borba-PR	5. Jorge Alberto-SE
José Chaves-PE	6. Oswaldo Reis-TO
José Priante-PA	7. Zé Gomes da Rocha-GO ⁽³⁾
Milton Monti-SP	8. Renato Vianna-SC
Olavo Calheiros-AL	9. Silas Brasileiro-MG
Pedro Novais-MA	10. Waldemir Moka-MS
Pedro Chaves-GO (3)	11. Zé Índio-SP

⁽⁴⁾ Substituição do Dep. Paulo Braga pelo Dep. José Rocha(S), em 15-5-2002 – PFL-CD⁽³⁾ Remanejamento do Dep. Pedro Chaves para titular e do Dep. Zé Gomes da Rocha para suplente, em 15-5-2002 PMDB – CD.

(Continuação da Composição da CMPOPF)

DEPUTADOS	
PT	
Carlito Merss-SC	1.Professor Luizinho-SP
Dr. Rosinha-PR	2.Tarcisio Zimmermann-RS
Gilmar Machado-MG	3.Telma de Souza-SP
João Coser-ES	4.Walter Pinheiro-BA
João Grandão-MS	5. Virgílio Guimarães-MG
Jorge Bittar-RJ	6.(vago)
João Magno-MG	7. (vago)
PPB	
Almir Sá-RR	1. Cleonânio Fonseca-SE
Francisco Dornelles-RJ	2. João Pizzolatti-SC
João Leão-MG	3. João Tota-AC
Márcio Reinaldo Moreira-MG	4. Nelson Meurer – PR
Pedro Henry-MT	5.Ricardo Barros –PR
Roberto Balestra-GO	6. (vago)
PTB	
Félix Mendonça-BA	1.Fernando Gonçalves-RJ
Iris Simões-PTB	2. Iberê Ferreira-PTB
José Carlos Elias-ES	3.Josué Bengtson-PA
Zila Bezerra-AC	4.Romeu Queiroz-MG
Bloco PDT/PPS	
Airton Cascavel-RR	1.Clementino Coelho-PE
Airton Dipp-RS	2.Fernando Coruja-SC
Giovanni Queiroz-PA	3.Rubens Bueno-PR
Clementino Coelho-PE	4.(vago)
Bloco PL/PSL	
Welinton Fagundes-MT ⁽¹⁾	1.Alceste Almeida-RR
Eujácio Simões-BA	2.João Caldas-AL
Juquinha-GO	3.Robério Araújo-RR
Bloco PSB/PcdoB	
Alexandre Cardoso-RJ	1.Agnelo Queiroz-DF
Gonzaga Patriota-PE	2.Givaldo Carimbão-AL
Sérgio Miranda-MG	3.Tânia Soares-SE
PST	
Divaldo Suruagy-AL	1.(vago)
(*)PTN	
José de Abreu-SP	1.(vago)

Secretária: Myrna Lopes Pereira

Endereço: Câmara dos Deputados – Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II)
Ala “C” – Sala 8 – Térreo – CEP – 70160-900

⁽¹⁾ Substituição do Dep. Cornélio Ribeiro pelo Dep. Welinton Fagundes, em 10-5-2002 – Bloco (PL/PSL)-CD

^(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

Tel: 318-6937 – 318-6938

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS
ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO EM ABRIL DE 2002

Presidente: Deputado Aldo Rebelo ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> <u>Senador RENAN CALHEIROS</u> (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EDUARDO SUPPLY (Bloco PT/PPS-SP) Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862
<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984	<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

¹ Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

**PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR
JOSÉ SARNEY**

Presidente: Senador Roberto Requião
Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes
Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa
Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes
(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
ADIR GENTIL	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. JOSÉ JORGE	PE		311-1284	
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LUIZ OTÁVIO	PA	###	3111027	3114393
LÚDIO COELHO	MS		3112381	3112387	2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PPS (2)									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1.Jefferson Péres (PDT)	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) O PDT se desliga do Bloco de Oposição, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ @ ALA SEM. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@ @ @ ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTEs				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GA B	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	318-2268	1. Dr. ROSINHA	PR			
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	1.CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	1.INÁCIO ARRUDA	CE	*58 2	318-5582	3182582

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF – 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul
e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 29/05/2002

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

Requerimento nº 23, de 2000-CN

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de apurar, em todo País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

Composição

Presidente: Senador Romeu Tuma – PFL-SP

Vice-Presidente: Deputado Mário Negromonte – PSDB-BA

Relator: Deputado Oscar Andrade – PFL-RO

SENADORES	
Titulares	Suplentes
PMDB	
Maguito Vilela ⁽¹⁰⁾	1.Alberto Silva
Gerson Camata	2. Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾
Marluce Pinto ⁽⁹⁾	3. (vago) ⁽¹⁴⁾
Wellington Roberto	4.Gilvam Borges
PFL	
Moreira Mendes	1.Leomar Quintanilha ⁽¹⁹⁾
Romeu Tuma ⁽²⁾	2.José Coelho ⁽¹⁸⁾
Francelino Pereira ^{(15) (6)}	3.Jonas Pinheiro
PSDB	
Antero Paes de Barros	1.Luiz Pontes ⁽⁴⁾
Fernando Matusalém ⁽⁵⁾	2.Romero Jucá ⁽⁴⁾
Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)	
Sebastião Rocha	1.Jefferson Peres
Geraldo Cândido	2.José Eduardo Dutra

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
Bloco (PSDB/PTB)	
Domiciano Cabral-PB ⁽¹⁶⁾	1.Márcio Fortes-RJ ⁽⁷⁾
Chico da Princesa-PR	2.Raimundo Gomes de Matos-CE ⁽³⁾
Mário Negromonte-BA	3.Sílvio Torres-SP
Bloco (PMDB/PST/PTN)	
Carlos Dunga-PB	1.Albérico Filho-MA
Alberto Fraga-DF ⁽¹¹⁾	2.Waldir Schmidt-RS
PFL	
Jaime Martins-MG	1.Moroni Torgan-CE
Oscar Andrade-RO	2.Robson Tuma-SP
PT	
Nelson Pellegrino-BA ⁽⁸⁾	1.Telma de Souza-SP ⁽¹⁾
PPB	
Ary Kara-SP ⁽¹³⁾	1.Almir Sá-RR
PDT	
Pompeo de Mattos-RS	1.Cabo Júlio-MG (PL) ⁽¹²⁾
Bloco (PSB/PC do B)	
Wanderley Martins-RJ ⁽¹⁷⁾	1.Eduardo Campos-PE

Secretário: Francisco Nauridice de Barros

Endereço: Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa – Sala 17-A-Subsolo

Tel: 311-3508

Leitura: 29-3-2000

Designação da Comissão: 10-5-2000

⁽¹⁰⁾ Substituições feitas em 15-6-2000 – PMDB-SF

⁽¹⁶⁾ Substituição feita em 6-4-2001 – Bloco (PSDB/PTB) CD

⁽⁷⁾ Substituição feita em 24-5-2000 – PSDB/PTB-CD

⁽³⁾ Substituição feita em 17-5-2000 – Bloco PSDB/PTB-CD

⁽⁹⁾ Substituição feita em 14-6-2000-PMDB-SF

⁽¹⁴⁾ Em virtude do afastamento do Senador Agnelo Alves, 1º suplente, para assumir mandato de prefeito.

⁽¹⁹⁾ Substituição do Sen. Freitas Neto (S) pelo Sen. Leomar Quintanilha (S), em 18-10-2001 – PFL-SF.

⁽¹¹⁾ Substituição feita em 21-6-2000 - Bloco PMDB/PST/PTN-CD

⁽²⁾ Substituição feita em 16-5-2000 – PFL-SF

⁽¹⁸⁾ Substituição do Senador Edison Lobão pelo Senador José Coelho (S), em 31-8-2001 – PFL (SF)

⁽¹⁵⁾ Substituindo o Senador Geraldo Althoff, em 29-3-2001-PFL(SF)

⁽⁶⁾ Substituição feita em 19-5-2000 – PFL-SF

⁽⁵⁾ Substituição feita em 8-5-2001 – PSDB-SF

⁽⁴⁾ Substituições feitas em 18-5-2000 – PSDB-SF

⁽⁸⁾ Substituição feita em 1º-6-2000 – PT-CD

⁽¹⁾ Substituição feita em 16-5-2000 – PT-CD

⁽¹³⁾ Substituição feita em 13-12-2000 – PPB-CD

⁽¹²⁾ Indicação feita em 13-11-2000 – PDT-CD (cessão)

⁽¹⁷⁾ Substituição feita em 17-4-2001 – Bloco (PSB/PC do B) - CD

Prazo final no Congresso: 30-6-2002 – Prazo prorrogado em virtude de aprovação de requerimento.

Comissão Mista Especial

Requerimento nº 73, de 2001-CN

Requer a criação de Comissão Mista Especial com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia no país, bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

Composição

Presidente: Deputado Márcio Fortes-RJ

Vice-Presidente: Deputado Fernando Gabeira-RJ

Relator: Senador Paulo Souto-BA

SENADORES	
Titulares	Suplentes
PMDB	
Alberto Silva	1.Valmir Amaral
Mauro Miranda	2.Gerson Camata
José Fogaça (PPS)	3.Wellington Roberto
Nabor Junior	4.Pedro Simon
PFL	
Paulo Souto	1.Freitas Neto - PSDB
José Agripino	2.Carlos Patrocínio (PTB)
Francelino Pereira	3.Moreira Mendes
Bloco (PSDB/PPB)	
Teotonio Vilela Filho (1)	1. Geraldo Melo (1)
Antero Paes de Barros(1)	2. Leomar Quintanilha-PFL ⁽¹⁾
Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)	
Heloísa Helena	1.Eduardo Suplicy
Paulo Hartung (PSB)	2.Sebastião Rocha
PSB	
Ademir Andrade	1.Roberto Saturnino

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
Bloco (PSDB/PTB)	
Márcio Fortes-RJ ⁽³⁾	1.João Caldas-AL
Iris Simões-PR	2.Paulo Feijó-RJ ⁽⁴⁾
Juquinha-GO	3.Rose de Freitas-ES
Bloco (PFL/PST)	
Marcos Cintra-SP	1.José Carlos Aleluia-BA
Ney Lopes-RN	2.Robson Tuma-SP
PMDB	
Aníbal Gomes-CE	1.Gastão Vieira-MA
João Colaço-PE	2.Salatiel Carvalho-PE
PT	
Fernando Ferro-PE	1.Virgílio Guimarães-MG
PPB	
Delfim Netto-SP	1.Mário Negromonte-BA ⁽²⁾
Bloco (PSB/PC do B)	
Jandira Feghali-RJ	1.Sérgio Novais-CE
Bloco (PDT/PPS)	
Airton Dipp-RS	1.Clementino Coelho-PE
*PV	
Fernando Gabeira-RJ	1.Luciano Zica-SP

Secretário: Francisco Nauridice de Barros

Endereço: Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa – Sala 17-A-Subsolo

Tel: 311-3508

Leitura: 16-5-2001(CN)

Designação da Comissão:31-5-2001

Instalação da Comissão: 31-5-2001

Prazo final no Congresso: 30-4-2002^(*) **

⁽³⁾ Substituição feita em 12-11-2001-Bloco (PSDB/PTB)

⁽⁴⁾ Substituição do Dep. Márcio Fortes pelo Dep. Paulo Feijó, em 7-12-2001 – PSDB - CD

⁽¹⁾ Indicações feitas em 7-6-2001 – PSDB (SF)

⁽²⁾ Substituição do Dep. Odelmo Leão pelo Dep. Mário Negromonte(S), em 13-9-2001 – PPB (CD)

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

^(*) Prazo prorrogado até 30-4-2002, em virtude de aprovação do Requerimento nº 182/2001-CN, em 5-12-2001.

** Prazo prorrogado até 30-11-2001, em virtude de aprovação do Requerimento nº 137/2001-CN.

Comissão Mista Especial

Requerimento nº 1, de 2002-CN

Requer a criação de Comissão Mista Especial com a finalidade de levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que assola o País, ouvindo-se, para tanto, Governadores de Estados, Secretários de Segurança Pública, Comandantes das Polícias Cíveis e Militares, Diretores de Presídios e outros especialistas e autoridades ligados à área e requisitando-se cópia de todas as proposições em tramitação em ambas as Casas para consolidá-las em uma única proposta de emenda à Constituição ou em um único projeto de lei, conforme o caso, com vista a uma tramitação em ritmo acelerado tanto na Câmara como no Senado.

Composição

Presidente: Senador Iris Rezende - PMDB
Vice-Presidente: Senador Artur da Távola - PSDB
Relator: Deputado Moroni Torgan-PFL

SENADORES	
Titulares	Suplentes
PMDB	
Pedro Simon	1. Sérgio Machado
Marluce Pinto	2. Casildo Maldaner
Iris Rezende	3. Gilberto Mestrinho
Maguito Vilela	4. Nabor Júnior
Amir Lando	5. Renan Calheiros
João Alberto Souza	6. Gilvam Borges
PFL	
Romeu Tuma	1. Bello Parga
Edison Lobão	2. Mozarildo Cavalcanti
Bernardo Cabral	3. Lindberg Cury
Moreira Mendes	4. José Coêlho
Bloco (PSDB/PPB)	
Geraldo Melo	1. Teotônio Vilela Filho
Artur da Távola	2. Freitas Neto
Lúcio Alcântara	3. Eduardo Siqueira Campos
Benício Sampaio	4. Luiz Otávio
Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)	
Roberto Freire	1. Heloísa Helena
Sebastião Rocha	2. Emilia Fernandes
Geraldo Cândido	3. Osmar Dias
PSB	
Paulo Hartung	1. Ademir Andrade
PTB	
Arlindo Porto	1. Carlos Patrocínio
PL	
José Alencar	1.

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PST)	
Abelardo Lupion-PR	1. Aldir Cabral-RJ
Chico Sardelli-SP	2. Francisco Rodrigues-RR
Laura Carneiro-RJ	3. Ildio Rosa-RJ
Moroni Torgan-CE	4. Robson Tuma-SP
PSDB	
Custódio Mattos-MG	1. Luiz Ribeiro-RJ
Wilson Santos-MT	2. Roberto Rocha-MA
Zenaldo Coutinho-PA	3. Lino Rossi-MT
Zulaiê Cobra-SP	4. Feu Rosa-ES
PMDB	
Tadeu Filippi-DF	1. Osmar Serraglio
José Índio-SP	2. Silas Brasileiro
Nair Xavier Lobo-GO	3. Cabo Júlio-PST/MG(Cessão)
PT	
Luiz Eduardo Greenhalgh-SP	1. José Genoíno-SP
Marcos Rolim-RS	2. Nilmário Miranda-MG
PPB	
Edmar Moreira-MG	1. Celso Russomanno-SP
Marcus Vicente-ES	2. Vadão Gomes-SP
PTB	
Luiz Antonio Fleury-SP	1. Edir Oliveira-RS
Bloco (PDT/PPS)	
Pompeo de Mattos-RS	1. Ricardo Ferraço-ES
Bloco (PL/PSL)	
Magno Malta-ES	1. Philemon Rodrigues-MG
Bloco (PSB/PcdoB)	
Gonzaga Patriota-PE	1. Wanderley Martins-MA
*PHS	
Roberto Argenta-RS	1. Augusto Nardes-RS(cessão)

Leitura: 15-2-2002(CN)

Designação da Comissão: 15-2-2002

Prazo final no Congresso: 16-4-2002

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 030002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 376 PÁGINAS